



II - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
COM DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

2007





## 1. Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior

Desde o anúncio oficial da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), em novembro de 2003, até a data atual, já foram implementadas ações efetivas que culminaram na consolidação de um novo ambiente institucional para a política industrial brasileira. Diversas ações previstas na PITCE puderam ser instrumentalizadas, tais como a Lei de Inovação; a regulamentação da Lei de Biossegurança; a chamada “Lei do Bem”; a introdução de um novo modelo de gestão integrada dos Fundos Setoriais; a reestruturação do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI); as linhas de financiamento para a inovação do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES); entre tantos outros avanços.

Em 2006, houve progresso tanto nas linhas de ação horizontais – inovação e desenvolvimento tecnológicos, inserção externa, modernização industrial e ambiente institucional, como nas opções estratégicas da PITCE – semicondutores, *software*, bens de capital e fármacos e medicamentos, cabendo aqui realçar as discussões da indústria de semicondutores no âmbito da TV Digital. Houve um forte processo de desoneração de bens de capital e estímulo à produção e comercialização, em especial à exportação, linhas de crédito, redução de spreads, facilitação e informatização de processos.

Após a definição do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (SBTVD-T) pelo modelo japonês, o Governo passou a discutir um conjunto de medidas propondo a desoneração da cadeia de valor do setor eletroeletrônico e o estabelecimento de benefícios e incentivos para a capacitação de recursos humanos, a inovação tecnológica, a produção e as importações de insumos críticos. Estão sendo analisadas medidas fiscais, tributárias, de financiamento e procedimentos aduaneiros simplificados para dar competitividade à produção e comercialização desses bens e possibilitar uma logística adequada ao setor.

Em 2007, deverá ser implementada uma legislação abordando incentivos fiscais para semicondutores, produtos e equipamentos de TV Digital, além de topografia de circuitos integrados e incentivos para a indústria de *software*.

No setor de *software*, entidades do Governo e empresas privadas estão trabalhando no estímulo à formação de mão-de-obra especializada e na divulgação internacional do Brasil como um pólo atrativo para se tornar uma plataforma de exportação de *software* e serviços, a exemplo da Índia. A meta de exportação para o setor de *software* é de US\$ 1 bilhão, até 2007, meta essa que está sendo efetivamente incorporada pelo mercado, com as várias mudanças que estão sendo promovidas pelo Governo e pela iniciativa privada.

Outros setores da indústria também foram favorecidos pela atuação governamental. O Governo procurou dar novo impulso à indústria microeletrônica no Brasil, adotando várias medidas, com destaque para a previsão da construção de fábricas de semicondutores no País, criando valor de mercado para o setor eletroeletrônico brasileiro, há muito tempo carente de novos investimentos.

Outras cadeias produtivas tiveram um diálogo efetuado por intermédio de 17 fóruns de competitividade em funcionamento no ano de 2006, quais sejam: plástico; couro e calçados; construção civil; têxtil e confecções; madeira e móveis; complexo eletrônico; indústria aeroespacial; siderurgia; farmacêutica; automotiva; bens de capital; higiene pessoal, perfumaria e cosméticos; agroquímica; gemas e jóias; carnes; e biotecnologia. Além destes, estão em atividade o Fórum Mercosul de Madeira e Móveis e o Fórum Setorial de Franquias.

Alguns dos resultados desses fóruns devem ser destacados: ações de sensibilização, diagnóstico e discussão de agendas e de planos de ação nos Arranjos Produtivos Locais (APL) do setor têxtil e de confecções e do setor de madeira e móveis; ações de melhoria da qualidade dos produtos plásticos e produtos da indústria de carnes; redução de 20% para 12% da alíquota do IPI e redução de ICMS, em vários Estados, para indústria e comércio de gemas, jóias e afins; lançamento de linhas de crédito, específicas para franquia e produtos personalizados para franqueadores, franqueados e pré-franqueados, pela Caixa Econômica Federal (CEF); lançamento da Política de Desenvolvimento da Biotecnologia; e o desenvolvimento da primeira planta-piloto para ferro-gusa com tecnologia 100% brasileira, denominada Tecnoled, com o decisivo aporte de recursos do BNDES.

Em 2007, espera-se, entre outras ações, a aprovação e divulgação do Estatuto do Garimpeiro e um avanço sobre o tema normalização e avaliação da conformidade para o setor de jóias, gemas e afins; mais medidas de desoneração do setor de Materiais de Construção; e desenvolvimento dos pólos moveleiros em programas interministeriais, tais, como, Plano BR-163 Sustentável, Plano de Combate ao Desmatamento e Distritos Florestais Sustentáveis; e normalização do abate de avestruzes no setor da indústria de carnes.

Com relação à metrologia, normalização e qualidade dos produtos e serviços, cabe destacar o Programa Brasileiro de Avaliação da Conformidade que contemplou 52 famílias de produtos, processos, serviços, sistemas de gestão ou profissionais, desmembrados em cerca de 90 itens, passíveis de certificação pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), definidos em função de seu impacto nas áreas de saúde, segurança e meio ambiente, nas exportações e no mercado interno. Além do crescimento significativo do número de produtos com avaliação compulsória, já são mais de 200 produtos de adesão voluntária, entre os quais as frutas, segmento para o qual foi criado o Programa de Avaliação da Conformidade de Produção Integrada de Frutas (PIF).

Por serem os biocombustíveis considerados produtos estratégicos para o País, foi lançado o Programa do Padrão de Biocombustíveis, no Inmetro, com o objetivo de desenvolver um Material de Referência Certificado (MRC) para o álcool combustível. Esse programa é fundamental para a ampliação das exportações do produto. O Programa também desenvolve atividades referentes ao biodiesel, no sentido de equipar o Laboratório de Motores, Combustíveis e Lubrificantes para dar suporte ao País em toda a cadeia desse combustível, desde a análise, por cromatografia e espectrometria de plasma, até a realização de testes em motores-padrão. Vale mencionar, ainda, o estabelecimento da cooperação em Metrologia e Padrões para Biocombustíveis, dentro dos acordos estabelecidos no primeiro Diálogo Comercial Brasil-Estados Unidos, de 21 de julho de 2006, entre o Inmetro e o *National Institute of Standards and Technology* (NIST), dos Estados Unidos.

As atividades da metrologia química têm impacto direto em segmentos como fármacos e medicamentos, proteção da saúde do cidadão e ao meio ambiente, aumento da competitividade da indústria nacional e superação de barreiras técnicas à exportação. Por isso, o Inmetro vem atuando fortemente em cinco áreas da metrologia química: eletroquímica, orgânica, inorgânica, gases e motores, combustíveis e lubrificantes, despontando como liderança para o desenvolvimento da metrologia química na América Latina.

No âmbito do Programa Brasileiro de Avaliação da Conformidade pretende-se, em 2007, a implantação de 52 novos programas de certificação de produtos; a concepção e implementação de um novo modelo de Avaliação da Conformidade no Brasil; o envolvimento de cinco mil Microempresas e Empresas de Pequeno Porte nos processos de certificação de produtos, por meio do

Bônus Certificação, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae); o desenvolvimento: de programas de certificação de pessoas; a ampliação do número de tipos de frutas a serem certificadas e extensão da certificação da produção integrada para outras culturas, tais como, camarão, batata, plantas e flores ornamentais, tomate, leite, arroz irrigado, carne bovina e café; e a sensibilização do empresário brasileiro para a importância do Programa de Certificação de Manejo Florestal, de forma a alcançar 1.500.000 hectares de florestas certificadas.

Será consolidado o Centro de Nanometrologia, por intermédio da montagem e início de operação do mais moderno microscópio de transmissão e varredura disponível na atualidade, o Titan 80-300, que representa um investimento de US\$ 4,5 milhões, ferramenta indispensável para tratar de inovação tecnológica em escala nanométrica, em praticamente todas as áreas, como fármacos, biocombustíveis, materiais nanoestruturados, nano catálise, materiais para implantes odontológicos e ortopédicos.

Como decorrência da aprovação da Lei da Inovação e da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, a chamada Lei do Bem, foi construído, com ampla participação de entidades públicas e privadas, os esquemas operacionais dos novos instrumentos de subvenção econômica para as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica das empresas. Recursos da ordem de R\$ 510 milhões serão destinados para essa finalidade, no período de 2006-2008. Já foram lançados três editais, um no valor de R\$ 300 milhões, para apoiar prioritariamente o desenvolvimento de projetos no âmbito da PITCE, que recebeu, aproximadamente, 1.200 propostas de cerca de 900 empresas e consórcios de empresas, com o valor de, aproximadamente, R\$ 1,8 bilhão, com uma expressiva contrapartida financeira do setor empresarial. O segundo edital, no valor de R\$ 150 milhões, dará suporte à estruturação de uma rede descentralizada no território brasileiro de instituições ou consórcios para o atendimento de demandas oriundas de empresas de pequeno porte. E uma terceira chamada, no valor de R\$ 60 milhões, para apoiar a inserção de mestres ou doutores nas atividades de P&D e inovação tecnológica das empresas brasileiras. Em 2007, o Governo prosseguirá na implantação plena da Lei de Inovação e da Lei do Bem, integrando as agendas de financiamento da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e do BNDES, para potencializar suas ações, ampliando recursos, intensificando e aperfeiçoando os instrumentos para alavancar uma nova dinâmica de inovação nas empresas.

No âmbito das opções estratégicas da PITCE, (*software*, microeletrônica/semicondutores, fármacos e medicamentos e bens de capital) e das áreas portadoras de futuro (biotecnologia, nanotecnologia, energias renováveis) destacam-se várias medidas indutoras. No setor de *software*, cabe ressaltar o direcionamento de expressivos recursos dos Fundos Setoriais de Ciência e Tecnologia (C&T) para financiamento não-reembolsável de projetos de cooperação entre Instituições de C&T (ICTs) e empresas para desenvolvimento de *software*. No período 2003-2006, foram alocados R\$ 32 milhões em ações dos Fundos Setoriais diretamente relacionadas ao setor de *software*, entre os quais destacam-se: *Software Livre*, Biblioteca Compartilhada de Componentes, Computação em Grade Aplicada à Área de Governo, Inovação em *Software* para Segmentos Emergentes – Rede Brasileira de Visualização e Projetos Inovadores em *Software*.

O Programa de Formação de capital humano em *software* deverá aumentar a competitividade e a presença de empresas nacionais nos mercados local e global, com atuação em quatro frentes complementares: (i) capacitação de profissionais de outras áreas para a inserção no mercado de desenvolvimento de *software*; (ii) reciclagem de profissionais de informática; (iii) formação técnica e superior; e (iv) atração de jovens talentos para a área de desenvolvimento de *software*. O Programa prevê investimentos da ordem de R\$ 480 milhões para o período 2006 a 2012, a serem mobilizados por meios de parcerias desenvolvidas com outros órgãos

públicos e entidades do setor empresarial e acadêmico. Com tal investimento, deverão ser habilitados para o mercado de desenvolvimento de *software* cerca de 50 mil profissionais nos níveis técnico, tecnológico, de graduação e pós-graduação.

No setor de microeletrônica, têm sido ampliados os investimentos para qualificação de recursos humanos, com o lançamento de editais para a formação de mestres e doutores para atuar em microeletrônica e nanoeletrônica. Estão sendo apoiados projetos em microeletrônica voltados para o desenvolvimento de circuitos integrados e processos inovadores para a produção de dispositivos microeletrônicos de interesse do País. Destaca-se ainda: i) a continuidade da implantação do Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec). Trata-se de um centro de pesquisa e desenvolvimento especializado no projeto e produção de circuitos integrados de aplicação específica, que atuará na formação de recursos humanos, em prototipagem, fabricação e testes de circuitos integrados e sistemas. Em operação, o Ceitec contribuirá para estimular a criação de empresas de eletrônica no País e para a redução do déficit brasileiro em componentes microeletrônicos; ii) o Programa Nacional de Projetos Semicondutores (CI-Brasil), que tem o propósito de desenvolver o setor nacional de microeletrônica. Esse programa promove a criação de unidades de projetos de circuitos integrados (CI), conhecidos como design houses (DH). Na primeira fase do Programa estão sendo investidos R\$ 12,1 milhões para a capacitação de recursos humanos, bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para projetistas de CIs e infra-estrutura (equipamentos e *software*). Além de estimular a constituição de DHs brasileiras, o programa objetiva atrair para o Brasil uma parcela das atividades de projetos de CIs desenvolvidas internacionalmente por empresas do setor de tecnologia da informação e comunicação (TICs), fabricantes de componentes semicondutores, ou mesmo, empresas internacionais independentes especializadas em *design*. O CI-Brasil irá possibilitar o desenvolvimento da engenharia de produto de bens finais no País, com foco em sistemas do complexo eletrônico. Para 2007, prevê-se a conclusão das instalações e início da operação do CEITEC; formação, em quatro anos, de pelo menos dois mil especialistas em projetos de circuitos integrados; apoio, no âmbito do Programa Nacional de Microeletrônica (PNM), a pelo menos 200 projetos de desenvolvimento de circuitos integrados, objetivando agregar novas funcionalidades aos produtos de empresas brasileiras; adoção de medidas visando a criação de um ambiente propício para empresas nacionais no setor de semicondutores a atração de empresas multinacionais.

No setor de fármacos e medicamentos, o Governo Federal objetiva o estímulo à pesquisa, desenvolvimento e produção de medicamentos fitoterápicos. Também se investiu na estruturação da cadeia produtiva do setor de fármacos e medicamentos, em pesquisas para o combate de doenças como a dengue, tuberculose, hanseníase, leishmaniose e malária. Entre as iniciativas nesse setor está a chamada pública realizada pela Finep para selecionar projetos de cooperação entre as ICTs e as empresas, da ordem de R\$ 63,5 milhões, para serem desembolsados no período 2006-2007. Também são apoiados estudos em relação a insumos farmacêuticos diversificados a partir de algas marinhas. No Projeto Proteoma, estão sendo pesquisadas toxinas de origem animal, com destaque para o veneno do escorpião amarelo (*Tityus serrulatus*) – insumo para nova classe de drogas com ação no sistema nervoso, muscular e cardiovascular – e fatores plasmáticos recombinantes. Em 2007, o Governo irá: (i) ampliar e consolidar os grupos de síntese orgânica, produtos naturais, química medicinal e formulação farmacêutica visando o desenvolvimento de novos fármacos; (ii) consolidar a competência e a infra-estrutura para o desenvolvimento dos testes pré-clínicos e clínicos; e (iii) promover e criar instrumentos que possibilitem a ampla interação entre a academia e o setor produtivo.

No setor de bens de capital, o Governo vem atuando, principalmente, por meio da Rede Brasil de Tecnologia (RBT), sendo que, a partir de 2006, passou a atuar também por meio de subvenção econômica. Busca-se, assim, viabilizar a retomada da produção nacional de produtos que deixaram de ser produzidos no Brasil e que podem vir a ser novamente aqui fabricados, por meio de



tecnologias inovadoras já dominadas, bem como promover a substituição competitiva de insumos, bens e serviços hoje importados pelo setor de máquinas e equipamentos, além de agregar valor à produção para exportação.

Na área de biotecnologia, destacaram-se, em 2006, as ações de fortalecimento de grupos de pesquisa básica, pré-clínica e clínica, desenvolvimento de medicamentos, além de pesquisas com células-tronco; estímulo à aproximação entre o setor empresarial e as instituições de pesquisa, para o desenvolvimento de bioprodutos; implementação da Rede Genoprot, visando integrar os resultados gerados pelos estudos genômicos com as pesquisas proteômicas, com foco em problemas nacionais relevantes; fortalecimento e ampliação da competência em biotecnologia nos Estados do Nordeste (Rede Nordeste de Biotecnologia – Renorbio), com lançamento de edital, com o objetivo de apoiar projetos em redes de pesquisa.

Em 2007, deverão ser implementadas ações voltadas para o desenvolvimento de pesquisas em biologia molecular e de componentes celulares, focados em problemas regionais, e em bioprodutos de interesse econômico.

A nanotecnologia hoje é um dos principais focos das atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação em todos os países industrializados. O desenvolvimento da nanotecnologia tem sido apontado como uma nova revolução tecnológica. O controle e a manipulação da matéria e suas propriedades na escala nanométrica possibilita o desenvolvimento de produtos e processos inovadores, com impactos positivos em setores industriais e de serviços. Os investimentos em P&D do Governo, no período 2003/2006, ultrapassaram a casa dos R\$ 100 milhões, destinados ao apoio da pesquisa básica e aplicada, incentivando a interação entre a academia e o setor privado, o fortalecimento da infra-estrutura de laboratórios e da cooperação internacional, e a formação de redes de pesquisa. Atualmente, há 10 redes de pesquisa sendo apoiadas, atuando nas diversas regiões do País. O Brasil já possui mais de 10 produtos com caráter nanotecnológico no mercado e a perspectiva para 2007 e 2008 é de manter os investimentos num patamar de R\$ 85 milhões.

Na área de energias renováveis, merecem destaque: i) o programa de C,T&I para a utilização econômica do hidrogênio, que envolve 34 laboratórios de 20 universidades e centros de pesquisa. Entre 2003 e 2007, estão sendo investidos R\$ 29 milhões dos recursos dos Fundos Setoriais para o apoio à formação de redes de pesquisa e R\$ 3,75 milhões para a reestruturação e ativação da área de C,T&I do setor de caracterização e uso do carvão na geração de energia elétrica e outras aplicações; ii) na área de energia de biomassa – merece destaque a formação, em 2006, da rede de pesquisa em hidrólise enzimática, com o objetivo de desenvolver a tecnologia para conversão da biomassa celulósica em etanol. A rede foi constituída e já envolve cerca de 100 pesquisadores em 14 universidades e centros de pesquisa, inclusive, com colaboração de instituições estrangeiras.

Para 2007, estão planejados a articulação e financiamento da formação de uma Rede de Institutos Tecnológicos de Apoio ao Desenvolvimento Industrial (Ritadi), a partir dos institutos federais, estaduais e privados, com o objetivo de apoiar principalmente as pequenas e médias empresas, por meio da realização de projetos de P&D e inovação sob encomenda, serviços de certificação e metrologia acreditados pelo Inmetro, promovendo o aumento de sua competitividade e fortalecendo APL. Também ocorrerá a ampliação do Programa Nacional de Incubadoras e Parques Tecnológicos, para facilitar a criação de novas empresas de base tecnológica e congregando empresas inovadoras.

### a) Política de Comércio Exterior

Com o objetivo de desenvolver a produção industrial brasileira e expandir o intercâmbio comercial com o exterior, em 2006, o Governo realizou diversas atividades, especialmente por meio da disseminação de informações estratégicas e do aperfeiçoamento dos instrumentos de operações de comércio exterior.

Essa linha de atuação contribuiu para que, no ano de 2006, as exportações do País atingissem o valor de US\$ 137,471 bilhões. Por sua vez, as importações atingiram o valor de US\$ 91,394 bilhões, resultando em saldo comercial de US\$ 46,077 bilhões. Para 2007, a expectativa é que o superávit alcance US\$ 44 bilhões, com US\$ 135 bilhões de exportações e US\$ 91 bilhões em importações.

O crescimento das exportações de 15,8%, em relação a 2005, foi motivado por três categorias de produtos: semimanufaturados (+46,5%, principalmente açúcar em bruto), manufaturados (+19,1%, principalmente álcool etílico) e básicos (+9,3%, principalmente milho em grão).

Na área do comércio exterior, em 2006, o Programa de Financiamento às Exportações (Proex), na modalidade de financiamento, possibilitou exportações de US\$ 437 milhões e, na modalidade de equalização, viabilizou exportações de aproximadamente US\$ 3,6 bilhões.

O Banco do Brasil oferece diversificado portfólio de produtos, serviços e programas para apoio às operações de comércio exterior contando com uma rede de 15 mil pontos de atendimento, 18 Gerências Regionais de Apoio ao Comércio Exterior e 41 dependências, em 22 países. Em 2006, o banco negociou US\$ 36,1 bilhões em câmbio de exportação. Em câmbio de importação, foram US\$ 17,0 bilhões fechados no mesmo período.

Em 2006, a Política de Desenvolvimento para o Comércio e Serviços deu início à concepção e definição do Sistema Integrado de Comércio Externo de Serviços (Siscoserv), que tem por objetivo proporcionar aos usuários dos setores privado e público, em tempo real, um único ambiente para processamento e validação das operações de exportação e importação e de consulta a informações e dados estatísticos sobre comércio internacional de serviços.

Foram lançadas, em 2006, a primeira e a segunda edições do “Panorama do Comércio Internacional de Serviços”, contendo os principais dados do setor terciário até o ano de 2005. Trata-se de uma compilação das informações sobre o comércio exterior brasileiro de serviços, com dados inéditos sobre os principais parceiros brasileiros, exportações e importações Estaduais e os principais serviços prestados no exterior. Foi lançada, também, a Câmara de Exportação de Serviços, sob a coordenação da MDIC e da Associação Brasileira de Comércio Exterior (AEB).

Para o primeiro semestre de 2007 está prevista a realização do II Encontro Nacional de Comércio Externo de Serviços. Serão estudadas medidas de apoio à internacionalização do varejo, entre elas o financiamento para o estabelecimento das empresas no exterior, visando ao aumento das exportações. Está prevista, ainda, ações para estimular e aprofundar o processo de internacionalização das atividades das franquias brasileiras.

Quanto ao desempenho dos instrumentos de informação, o Portal do Exportador, em 2006, ultrapassou 1,6 milhão de acessos e o ambiente Fala Exportador recebeu, com a redução do tempo de resposta para um dia útil, cerca de 19 mil consultas provenientes de mais de 1.000 cidades de todas as Unidades da Federação. O Governo Federal oferece aos empresários e exportadores, por meio desse Portal, informações claras e diretas sobre os principais termos, mecanismos, legislações, eventos, e atividades ligadas à exportação.

O ambiente “Fala Exportador” do Portal do Exportador está sendo reformulado para, em 2007, oferecer novos serviços e ferramentas, como chat, newsletter, divulgação de missões comerciais direcionadas a exportadores de setores selecionados, ampliação de parcerias com órgãos e entidades voltadas ao comércio exterior. Também estão previstas as seguintes iniciativas para o ambiente “Aprendendo a Exportar”: Aprendendo a Exportar Gemas, Jóias e Afins; Aprendendo a Exportar Manufaturados de Plástico; Aprendendo a Exportar Pescados; Aprendendo a Exportar Cachaça; e Aprendendo a Exportar Cooperativas.

O Sistema de Radar Comercial, instrumento auxiliar na seleção de mercados e produtos que apresentam maior potencialidade para o incremento das exportações brasileiras, obteve uma média mensal de 3.275 acessos, alcançando um patamar de 20.000 usuários cadastrados, em 2006. Esse sistema tem contribuído para a democratização das informações relativas ao comércio externo, propiciando mesmo às pequenas e médias empresas (PME), localizadas nas regiões mais distantes do Brasil, o acesso gratuito a dados e análises que facilitam a sua inserção no mercado internacional.

No Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex), destacou-se, em 2006, o desenvolvimento do Siscomex Exportação Web, com o novo módulo que permitirá maior agilidade, confiabilidade e simplificará ainda mais o processo operacional de registro, acompanhamento e controle das diferentes etapas das operações de exportação, representando avanço tecnológico considerável. Ressalte-se que o sistema permite que as operações de exportação sejam registradas via Sistema e analisadas *on-line* pelos órgãos que atuam em comércio exterior, tanto os chamados órgãos “gestores”, a Secretaria de Comércio Exterior, Secretaria da Receita Federal e do Banco Central do Brasil, como os órgãos “anuentes”, que atuam apenas em algumas operações específicas, tais como o Ministério da Saúde, o Departamento da Polícia Federal e o Comando do Exército.

Outro sistema de informação bastante consultado foi o sistema AliceWeb, responsável pela divulgação dos dados da Balança Comercial Brasileira. Esse sistema é atualizado mensalmente a partir dos dados do Siscomex. Em 2006, foram registrados 97.532 usuários, 803.000 consultas e 657.000 arquivos gerados. Prevê-se 21.000 novos usuários em 2007 e a implementação das versões em idioma inglês e espanhol.

A taxa de alavancagem de exportações, índice importação/exportação, proporcionada pelo Sistema *Drawback* foi de 23,05% em 2006: foram mais de 8.159 operações aprovadas, realizadas por cerca de 2.000 empresas. Cerca de 60% das operações, representando compromisso de mais de US\$ 41 bilhões em exportações, foram aprovadas automaticamente pelo sistema.

Quanto à diversificação da pauta de exportação, a difusão da cultura exportadora foi fator relevante no segmento de microempresas e empresas de pequeno porte. Para tanto, foram realizados 11 Encontros de Comércio Exterior (Encomex) no decorrer de 2006, sendo quatro em capitais e sete em grandes cidades do interior com potencial exportador. Esses eventos contaram com a presença de 6.130 participantes, com uma média de 557 participantes por evento. Cerca de 2.000 empresas participaram desses eventos. Para 2007, está prevista a realização de 10 Encomex em diversas regiões do País.

No que concerne às negociações internacionais, foram aprovados os seguintes temas a serem negociados na Comissão de Comércio do Mercosul: proposta brasileira para inclusão de todos os produtos utilizados no setor aeronáutico, beneficiando-se de tarifa de zero por cento; defesa comercial intra e extra zona; disciplinamento dos regimes aduaneiros especiais e eliminação da dupla cobrança de Tarifa Externa Comum (TEC). Com a prorrogação do Acordo Automotivo com a Argentina, o Governo Federal tem como plano de ação para 2007 consolidar o Acordo, bem como reeditar a Política Automotiva do Mercosul (PAM), que deverá ser o marco para a negociação dos acordos com terceiros países e/ou blocos econômicos.

O Brasil participou de fóruns de negociações internacionais sobre a questão dos biocombustíveis, em especial o etanol, com vista a fomentar uma maior produção e utilização mundial deste tipo de combustível, o que possibilita ao País maior oportunidade de vendas externas não apenas de tais fontes de energia, mas também de máquinas, equipamentos e tecnologia associadas à sua produção. Vale mencionar, ao longo de 2006, os trabalhos de elaboração de proposta de Memorando de Entendimento entre Brasil e Estados Unidos, e entre Brasil, Índia e África do Sul sobre o tema. Outro ponto relevante foi a missão empresarial brasileira à América Central para desenvolver um programa regional de produção e comercialização de etanol e biodiesel.

#### **b) Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**

Como grande destaque, em 2006, figura a Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, sancionada em dezembro. A Lei simplifica o registro de abertura e fechamento de microempresas e empresas de pequeno porte. A partir da vigência da Lei Geral, os empresários não terão a obrigação de apresentar certidão negativa para encerrar uma empresa ou abrir outra.

Adicionalmente, encontra-se em tramitação no Congresso Nacional, Projeto de Lei para Simplificação do Registro e de Legalização de Empresas e Negócios (Redesim), que estabelece diretrizes e procedimentos para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas. O projeto prevê a integração do trabalho dos órgãos envolvidos no registro e legalização de empresas. O Redesim deverá integrar todos os processos dos órgãos e entidades responsáveis pelo registro, inscrição, alterações e baixa das empresas, por intermédio dos seus sistemas informatizados próprios. Espera-se que uma empresa possa ser aberta em até 15 dias. Atualmente, a média para se abrir uma empresa no Brasil é de 39 dias, uma redução significativa na média apresentada pelo Banco Mundial, relativa a 2004, que era de 154 dias.

Espera-se, entre outros resultados, a implementação do novo Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte; a Constituição e Coordenação de Fóruns Estaduais nas unidades da federação; a implementação das ações construídas no âmbito do Programa de Aproximação Banco/Empresa – ações de médio e longo prazos; simplificação do registro e da legalização de empresas do Redesim.

O Estatuto foi um dos principais resultados dos trabalhos do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, composto por 57 entidades de representação das microempresas e 52 órgãos de Governo. Em 2006 foram discutidas e encaminhadas mais de 30 medidas de política para o setor, buscando reduzir a burocracia legal, estimular a entrada no comércio exterior, apoiar a formação e capacitação, bem como a inovação, o investimento e financiamento. Esta nova legislação dará maior uniformidade para o segmento, destacando sua abrangência e eficácia nas questões que concretizam o tratamento diferenciado previsto na Constituição Federal.



Também uma iniciativa do Fórum Permanente, foram habilitados, até 2006, 3.607 Telecentros de Informação e Negócios, o que representa mais de 1.000 centros em relação a 2005. Foi desenvolvido ainda o projeto Qualificação de Microempresas e Empreendedores Informais – Qualificar para Formalizar, contemplado com recursos do FAT. O Governo tem apoiado, também, o desenvolvimento dos APL, destacando-se entre as ações para o seu desenvolvimento efetivo: instalação de núcleos estaduais de apoio aos APL; desenvolvimento de programa de capacitação para as governanças; e elaboração de planos de desenvolvimento para apoio aos arranjos, pesquisa de mercado e promoção comercial.

Dentre os mecanismos de apoio às APL, destaca-se o Programa Extensão Industrial Exportadora (PEIEx), que visa contribuir para a solução de restrições gerenciais e técnicas de pequenas empresas, buscando aumentar a competitividade e estimular a entrada no comércio exterior. Já foram beneficiados com o programa 17 APL, totalizando, aproximadamente, 2.500 micro, pequenas e médias empresas, resultando em cerca de 34.000 trabalhadores capacitados entre 2005 e 2006.

O Fórum do Artesanato Brasileiro tem atuado na promoção da discussão em relação aos desafios, gargalos, oportunidades e ações conjuntas para o desenvolvimento do setor. Como resultado, destaca-se a implementação de 12 núcleos produtivos, a capacitação de 1.240 artesãos e a participação do Programa em 20 feiras e eventos para comercialização da produção. Durante a realização da Conferência Mundial da OCDE no Brasil, em 2006, 22 Unidades da Federação puderam divulgar e comercializar suas peças para delegações de 70 países.

Para 2007, estão previstas as seguintes ações: a regulamentação da profissão de artesão; a implementação do sistema de informações em nível nacional; o desenvolvimento e implementação da carteira nacional do artesão; a padronização de estandes, aventais, folders e cartões para as exposições; execução do Plano Nacional de Capacitação para os artesãos; e a realização de seminários estaduais de artesanato e a inclusão de cerca de 8,5 milhões de artesãos que estão na informalidade.

O Projeto *Design & Excellence* Brasil continua viabilizando e apoiando inscrições de produtos brasileiros na maior premiação do design mundial – o *iF Design Award*, da Feira Industrial de Hannover. Com esse projeto, o Brasil ampliou em 10 vezes o número de vitórias, passando de dois prêmios/ano para uma média de 20 prêmios/ano. Em 2006, dos 156 projetos inscritos pelo Brasil, 19 classificaram-se entre os vencedores. Em três edições com o *Design & Excellence*, foram 63 produtos brasileiros premiados, tanto em design de produto quanto em design gráfico, incluindo categorias de maior intensidade tecnológica, como eletrônicos, material de transporte e informática.

Para 2007, espera-se aumentar a prática da inovação nas empresas brasileiras, por meio do design; realizar a 2ª Bienal Brasileira do Design; consolidar a Rede Design Brasil; e ampliar a busca do reconhecimento internacional do design brasileiro.

### c) Inovação e Propriedade Industrial

Em 2006, foi regulamentada a Lei nº 11.077, de 30 de dezembro de 2004, a Lei de Informática, que é um dos mais relevantes instrumentos para o desenvolvimento desse setor e escolhido o padrão japonês para o Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre, com os aperfeiçoamentos desenvolvidos pelos pesquisadores brasileiros propiciando a criação de um padrão nipo-brasileiro.

O acordo com os japoneses também prevê a incorporação de inovações tecnológicas brasileiras. A implantação do novo sistema no País terá financiamento conjunto do BNDES e do banco japonês de fomento, que também poderá oferecer recursos para a reestruturação e novos projetos da indústria brasileira de microeletrônica, bem como para a produção de insumos e de equipamentos da eletrônica de consumo, como televisores de LCD e Plasma.

No âmbito dos projetos relacionados, o Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação do Pólo Industrial de Manaus (CT-PIM) firmou um acordo com a empresa Philips, que resultou na qualificação e validação do primeiro *One-Chip* para TV, recebendo reconhecimentos dos centros de competência da Philips Semiconductors e consolidando o Laboratório de Validação no Brasil. Outra importante ação foi a celebração de Convênio de Cooperação Técnica Internacional com o Interuniversitair Micro-Elektronics Centrum VZW (IMEC), para cooperação técnico-científica e treinamento de especialistas na área de microeletrônica.

Dentre as ações para 2007, deve ser dado destaque para a parceria com a Bélgica para capacitação de pesquisadores na área de projetos de circuitos integrados; a celebração de acordo com as universidades USP e Unicamp na área de projeto MEME (microelectronicsystem); a obtenção de credenciamento dos laboratórios do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA) junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) e, também, perante a Rede Brasileira de Laboratórios Associados (Reblas).

No setor de Biotecnologia, um dos portadores de futuro na Política Industrial brasileira, cabe ressaltar o processo de consolidação do referido CBA, que iniciou o exercício de 2006 com cerca de 144 pessoas e 11 laboratórios funcionando nas áreas de Farmacologia e Toxicologia, Central Analítica, Fitoquímica e Cultura de Tecidos, Microbiologia, Bioquímica e Biologia Molecular, Central de Extratos e Planta Piloto de Processos Industriais. Foram adquiridos os pré-requisitos necessários para sua plena atuação como a autorização do Ibama para acesso à biodiversidade com finalidade econômica. Em 2007, espera-se fazer do CBA um centro de biotecnologia de referência mundial.

A pesquisa dos materiais considerados estratégicos e de insumos básicos, dos mais diversos setores, são requisitos fundamentais para o desenvolvimento industrial do País. Alguns produtos, tais como o primeiro padrão nacional de aços magnéticos e o primeiro padrão para nanometrologia produzido em ultra-alto vácuo, estão em fase final de realização. Nos últimos 12 meses, ocorreu um significativo avanço na ampliação da Metrologia de Materiais pelo Inmetro, no qual foram instalados diversos laboratórios, com tecnologia de última geração, nas áreas de nanometrologia de materiais, magnetismo, propriedades térmicas e espectroscopia ótica.

No tocante à propriedade industrial, os resultados bastante satisfatórios de redução dos prazos para obtenção de marcas e patentes foram decorrentes da implementação do Programa de Reestruturação do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), com a incorporação de novos servidores, a inauguração da nova sede desse órgão e a implantação do e-marcas, denominado, em seu conjunto, como e-INPI.

Ainda nesse setor foram desenvolvidas normativas para obter redução no backlog de marcas, tendo-se alcançado ganho de 500% na capacidade operacional em marcas, o que permite assegurar prazo inferior a 18 meses para o primeiro exame das marcas



depositadas, a partir de outubro de 2006, e inferior a 12 meses para as que venham a ser depositadas a partir de julho de 2007. A racionalização e informatização de procedimentos de análise de marcas foram responsáveis pelo aumento do número de exames que saltou de 45 mil, em 2003, para 294 mil, em 2006.

A capacitação de recursos humanos, para disseminação da cultura de proteção e comercialização da propriedade intelectual, foi implementada em parceria com 17 Estados da Federação, envolvendo o treinamento de 1.350 profissionais, que se dedicam a estruturar os Núcleos de Inovação Tecnológica previstos na Lei da Inovação.

A propriedade intelectual constitui-se em um dos pilares para o fomento à inovação. Nesse sentido, serão desencadeadas, no âmbito do INPI, as seguintes ações, em 2007: participação no Sistema Internacional de Marcas – Adesão ao Protocolo de Madri; desenvolvimento de Indicações Geográficas e outras formas coletivas de propriedade intelectual; estabelecimento do Centro Depositário de Microorganismos; e integração dos Escritórios Sul-Americanos de Propriedade Intelectual.

#### **d) Fomento aos Investimentos**

Dentre as principais medidas de desoneração tributária do setor produtivo implementadas, especialmente em 2005 e 2006, especial atenção foi dada aos setores escolhidos como prioritários pela PITCE, quais sejam: o IPI zero para máquinas e equipamentos selecionados; o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (Recap); o Regime Especial de Tributação para Plataformas de Exportação de Serviços de Tecnologia (Repes); os incentivos fiscais à inovação tecnológica, que se somam às medidas criadas pela Lei da Inovação; e a devolução antecipada do IR e PIS/Cofins pagos na aquisição de máquinas e equipamentos.

Outro instrumento de desoneração importante utilizado, em 2006, foi o “Ex-tarifário”, que reduziu de 14% para 2%, o Imposto de Importação para máquinas e equipamentos, sem produção nacional. Foram analisados, em 2006, 1.461 pleitos, com a redução da tarifa para 1.142 deles. Este instrumento está viabilizando investimentos globais de mais de US\$ 12 bilhões, possibilitando, ainda, avanços tecnológicos significativos em setores importantes da economia, contribuindo para a geração de renda, de emprego e de exportação.

A desoneração tributária foi importante, também, para a conquista de novos mercados para exportações de microcomputadores, incluindo África do Sul e países do Mercosul. Em 2006, face às diversas medidas aplicadas pelo Governo, segundo dados do – Institute Data Corporation (IDC), o mercado informal caiu de 74%, no quarto trimestre de 2004, para 57%, no primeiro trimestre de 2006. Registrou-se uma produção, no exercício anterior, em torno de oito milhões de unidades.

Em 2006, o Governo, por meio do BNDES, desembolsou em torno de R\$ 52,3 bilhões com investimentos nos seguintes setores: R\$ 5,9 bilhões, com insumos básicos; ampliação da capacidade de oferta de bens e serviços, com R\$ 3,9 bilhões; telecomunicações, com R\$ 2,4 bilhões; financiamento a máquinas e equipamentos, com R\$ 12,9 bilhões; inclusão social, que apresentou aumento significativo dos desembolsos em 2006, saltando de R\$ 99 milhões para R\$ 412 milhões; desenvolvimento urbano, que atingiu R\$ 1 bilhão; financiamento à exportação de bens e serviços, com cerca de R\$ 13,8 bilhões; energia, transporte e logística, com aproximadamente R\$ 7 bilhões; e pequenos projetos de investimento, com R\$ 3,8 bilhões. Os financiamentos e

aplicações do BNDES, em 2007, deverão ter uma taxa de crescimento real superior à taxa de crescimento do PIB, considerando que a demanda para 2007 existente na carteira daquele Banco, no final de 2006, já era superior a R\$ 52 bilhões, equivalente ao desembolsado em 2006. Quanto ao apoio à Micro, Pequena e Média Empresa, o desembolso total para o ano de 2006 foi de R\$ 11,1 bilhões, contemplando aproximadamente 110 mil operações.

Para a ampliação da capacidade de oferta de bens e serviços, a perspectiva é de que os setores de agroindústria e agropecuária, materiais de transporte, química, e comércio e serviços venham a ser os mais atuantes na captação de recursos junto ao BNDES. A demanda existente sinaliza um desembolso de R\$ 3,1 bilhões.

No tocante a insumos básicos, a demanda existente é de R\$ 5,9 bilhões, sendo os setores de papel e celulose, metalurgia e química e petroquímica os que devem aplicar maior volume de atuação. No campo da energia, a expectativa é de que o BNDES venha aplicar R\$ 4,6 bilhões, além da aplicação de R\$ 1,5 bilhão associados à produção, distribuição e transporte de gás. Em termos de telecomunicações, a demanda para 2007 é de R\$ 2,0 bilhões. No setor de transporte e logística, a demanda existente é de R\$ 2,2 bilhões, dos quais mais da metade serão aplicados em projetos que envolvem empresas de transporte ferroviário e/ou grandes empresas do setor de mineração e siderurgia. No setor de desenvolvimento urbano, o desembolso deverá atingir R\$ 800 milhões, dos quais R\$ 300 milhões serão para transporte urbano. No âmbito de pequenos projetos de investimento, a expectativa é que R\$ 1,6 bilhão venha a ser desembolsado para o setor agrícola e R\$ 2,0 bilhões para os outros setores da economia. Para atuação na área da inclusão social serão desembolsados R\$ 220 milhões, parte dos quais não reembolsáveis, com recursos do Fundo Social.

No tocante a Financiamento à Exportação, projeta-se um desembolso da ordem de R\$ 12,7 bilhões, dos quais 60% seriam desembolsados na linha pré-embarque (capital de giro para produção de bens e serviços a serem exportados) e os 40% restantes seriam desembolsados na linha pós-embarque, que financia a aquisição dos bens e serviços exportados.

Para as Micro, Pequena e Média Empresas, a estimativa é de que o banco venha a desembolsar um montante na ordem de R\$ 13 bilhões, a maior parte para financiamento a máquinas e equipamentos, o que representaria cerca de 25% da demanda hoje projetada, que é de R\$ 52,6 bilhões.

Em consonância com a PITCE, o BNDES realizou, até 2006, os seguintes investimentos: cerca de R\$ 207 milhões em empresas da cadeia produtiva farmacêutica, em continuidade ao Programa Profarma; aproximadamente R\$ 185 milhões no desenvolvimento da indústria nacional de *software* e serviços correlatos no âmbito do Programa Prosoft; e mais de R\$ 3,6 bilhões no Programa Modermaq de aquisição de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional, credenciados no BNDES, com vistas à dinamização do setor de bens de capital e à modernização geral da indústria e do setor de saúde. Espera-se, em 2007, que o financiamento a máquinas e equipamentos resulte em um desembolso de R\$ 14,9 bilhões, dos quais R\$ 1,5 bilhão para o setor agrícola e R\$ 2,2 bilhões no Programa Modermaq.

Uma outra ação relevante do Governo foi a implementação do Programa Computador para Todos, criado pela Lei do Bem, que possibilita acesso facilitado ao crédito, com linhas do BNDES e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Como consequência, o Programa vem possibilitando a aquisição de computador, por parte da população menos favorecida.



Cabe, ainda, destacar o fortalecimento da Zona Franca de Manaus. O Pólo Industrial de Manaus (PIM), que atualmente abriga 467 unidades fabris, praticamente duplicou nestes quatro anos, assim como os empregos gerados e a arrecadação federal, mostrando que, mesmo com os benefícios fiscais que a Lei concede, ele pode ser um grande contribuinte e grande exportador, com mais de US\$ 2 bilhões em exportações. O PIM teve um faturamento, até o mês de outubro de 2006, de US\$ 18,81 bilhões, representando um crescimento de 23,28% se comparado ao mesmo período do ano anterior. Os aparelhos celulares continuam sendo o principal produto da pauta de exportação, seguidos pelos concentrados para elaboração de bebidas, as motocicletas de 150 cilindradas e os aparelhos de barbear, que tiveram um incremento nas exportações de 25%, 9% e 69,22%, respectivamente.

O Governo, por meio da Suframa, tem como perspectiva manter sua participação nas negociações comerciais internacionais e a promoção comercial do modelo Zona Franca de Manaus, promovendo o desenvolvimento da região. Para isso, pretende-se participar ainda mais de feiras, seminários e fóruns empresariais e missões nacionais e internacionais para divulgação do Pólo e potencialidades regionais e promover a IV Feira Internacional da Amazônia.

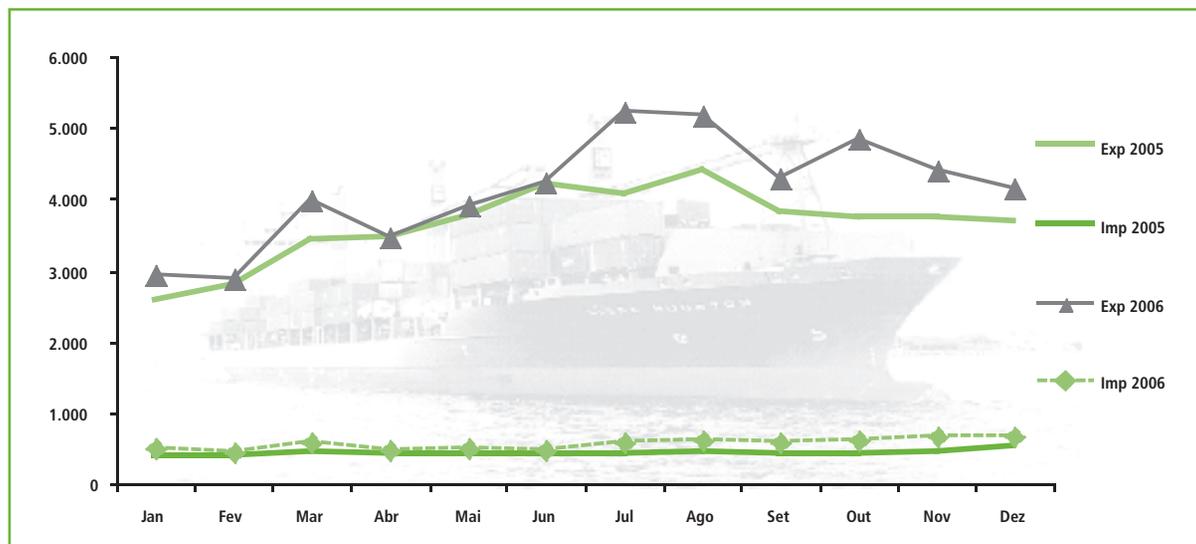
## 2. Agronegócio

Em 2006, o Governo manteve a prioridade para a política de desenvolvimento do agronegócio. Foi realizado um esforço adicional de apoio ao setor, compreendendo a implementação de normas para o reescalonamento dos prazos para pagamento das dívidas agropecuárias, especialmente as de custeio e investimento com vencimentos em 2006. As medidas que o Governo adotou visam preservar e fortalecer o agronegócio, setor que responde por cerca de 28% do PIB, 36% das exportações e 37% dos empregos, e conta com reconhecimento internacional de sua eficiência e competitividade.

Felizmente, o cenário atual – de redução dos custos dos insumos de produção, de elevação dos preços das commodities agrícolas e de aumento na utilização de mecanismos de proteção de produção e de garantia de preços – tem permitido a recomposição gradativa do poder de compra e de pagamento dos produtores rurais e a superação das dificuldades enfrentadas nas últimas duas safras.

As exportações do agronegócio, em 2006, totalizaram US\$ 49,422 bilhões, um recorde histórico para o setor. Em relação a 2005, as exportações apresentaram um aumento de US\$ 5,833 bilhões, o que significou uma taxa de crescimento de 13,4%. Com isso, as exportações do agronegócio corresponderam a 36% das exportações totais brasileiras no período, que foram de US\$ 137,47 bilhões. As importações apresentaram variação anual de 31%, totalizando US\$ 6,695 bilhões. Como consequência, registrou-se um superávit da balança comercial do agronegócio de US\$ 42,726 bilhões, também um recorde histórico.

## Balança Comercial do Agronegócio - Evolução Mensal das Exportações e Importações: 2006 e 2005



Fonte: MAPA

Considerando o desempenho por setores, a maior contribuição para a expansão das exportações foi dada pelo complexo sucroalcooleiro, cujas vendas externas cresceram 65,9%, passando de US\$ 4,7 bilhões em 2005, para US\$ 7,7 bilhões em 2006. O acréscimo das exportações de açúcar e álcool (US\$ 3,1 bilhões) representou 53% do incremento do valor das exportações do agronegócio em 2006 (US\$ 5,8 bilhões). No caso do açúcar, houve aumento de 57,4% no valor das exportações, passando de US\$ 3,9 bilhões para US\$ 6,2 bilhões, resultado do aumento da quantidade exportada (4%, de 18,1 milhões de toneladas para 18,8 milhões de toneladas) e também dos preços. O valor exportado de álcool mais que dobrou, passando de US\$ 765,5 milhões, em 2005, para US\$ 1,6 bilhão em 2006. O volume exportado de álcool cresceu 31% e os preços foram 60% superiores.

Ainda em termos de contribuição para o aumento das exportações em 2006, destacaram-se os acréscimos das vendas externas dos seguintes setores: produtos florestais (9,4%; de US\$ 7,2 bilhões para US\$ 7,9 bilhões); carnes (5,5%; de US\$ 8,2 bilhões para US\$ 8,6 bilhões); café (14,8%; de US\$ 2,9 bilhões para US\$ 3,4 bilhões); cereais, farinhas e preparações (147%; de US\$ 292 milhões para US\$ 722 milhões); couros e produtos de couro (13,7%; de US\$ 3,1 bilhões para US\$ 3,5 bilhões); e sucos de frutas (32,4%; de US\$ 1,2 bilhão para US\$ 1,6 bilhão).

As exportações de carnes totalizaram US\$ 8,641 bilhões, o que representou um crescimento de 5,5% em relação ao valor exportado em 2005. Cresceram as exportações de carne bovina e diminuíram as exportações de carne de frango e suíno. O valor exportado de carne bovina *in natura* aumentou 29,6% (de US\$ 2,4 bilhões em 2005 para US\$ 3,1 bilhões em 2006), resultado do incremento da quantidade exportada (12,9%) e dos preços (14,8%). Os valores exportados de carne de frango *in natura* e carne suína *in natura* diminuíram 12,1% e 11,8%, respectivamente.

O complexo soja registrou vendas externas de US\$ 9,308 bilhões, o que representou uma queda de 1,8% em relação ao valor exportado em 2005, US\$ 9,474 bilhões. A quantidade exportada manteve-se praticamente a mesma de 2005 (de 39,5 milhões de toneladas para 39,7 milhões de toneladas) e os preços foram levemente inferiores. Foram exportados 25 milhões de toneladas de



soja em grãos, 11% acima do volume exportado em 2005 (22,4 milhões de toneladas), o que gerou uma receita de US\$ 5,7 bilhões, 6% superior ao valor exportado em 2005. As exportações de farelo de soja e óleo de soja apresentaram reduções de 15,6% e 3%, respectivamente. Mesmo com a redução de receita, as exportações do complexo soja continuaram liderando as exportações do agronegócio, representando 18,8% das exportações do setor em 2006.

No que se refere às importações, em 2006, houve um crescimento de 31%, passando de US\$ 5,110 bilhões para US\$ 6,695 bilhões. Os produtos que se destacaram pelo incremento das importações foram: trigo (52%; de US\$ 649 milhões para US\$ 989 milhões); borracha natural (43%; de US\$ 269 milhões para US\$ 385 milhões); arroz (35%; de US\$ 129 milhões para US\$ 174 milhões); algodão (144%; de US\$ 41 milhões para US\$ 101 milhões); e milho (37,8%; de US\$ 57 milhões para US\$ 79 milhões).

#### Balança Comercial do Agronegócio - Exportações, Importações e Saldos: 2006 e 2005 (em US\$ milhões)

Setores	2006			2005			Var. %	
	Exp	Imp	Saldo	Exp	Imp	Saldo	Exp	Imp
COMPLEXO SOJA	9.308	47	9.261	9.474	103	9.371	-1,7	-54,5
CARNES	8.641	130	8.511	8.194	136	8.058	5,5	-4,1
PRODUTOS FLORESTAIS	7.879	1.630	6.248	7.199	1.223	5.976	9,4	33,3
COMPLEXO SUCROALCOOLEIRO	7.772	0	7.771	4.684	0	4.684	65,9	-7,1
COUROS, PRODUTOS DE COURO E PELETERIA	3.471	211	3.260	3.054	169	2.885	13,7	24,8
CAFÉ	3.364	2	3.362	2.929	2	2.927	14,9	23,3
FUMO E SEUS PRODUTOS	1.752	30	1.722	1.707	22	1.684	2,6	35,6
SUCOS DE FRUTA	1.570	8	1.562	1.185	6	1.179	32,5	28,4
FIBRAS E PRODUTOS TÊXTEIS	1.389	444	945	1.526	238	1.288	-9,0	86,7
FRUTAS (INCLUI NOZES E CASTANHAS)	733	317	415	706	241	466	3,7	31,9
CEREAIS, FARINHAS E PREPARAÇÕES	722	1.630	-908	292	1.174	-881	147,2	38,9
DEMAIS PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	562	262	301	444	226	218	26,6	15,7
PESCADOS	368	445	-77	405	297	107	-9,1	49,7
CACAU E SEUS PRODUTOS	362	131	232	387	114	273	-6,4	14,4
DEMAIS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	315	83	232	275	84	191	14,4	-1,0
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS	298	143	156	292	106	186	2,1	34,9
BEBIDAS	205	255	-49	201	188	13	2,1	35,3
CHÁ, MATE E ESPECIARIAS	171	22	149	136	23	113	26,3	-3,5
LÁCTEOS	169	155	14	151	121	29	11,9	27,8
PRODUTOS OLEAGINOSOS (exclui soja)	98	288	-190	144	212	-68	-31,7	35,9
ANIMAIS VIVOS	89	4	85	43	6	37	105,7	-43,1
RAÇÕES PARA ANIMAIS	73	110	-37	61	89	-29	20,7	23,1
PRODUTOS HORT., LEG., RAÍZES E TUBÉRCULOS	53	339	-285	52	323	-271	2,4	4,8
PLANTAS VIVAS E PROD. DE FLORICULTURA	30	9	21	26	6	20	14,8	55,8
PRODUTOS APÍCOLAS	28	0	28	25	0	25	12,9	152,2
<b>TOTAL</b>	<b>49.422</b>	<b>6.695</b>	<b>42.726</b>	<b>43.589</b>	<b>5.110</b>	<b>38.479</b>	<b>13,4</b>	<b>31,0</b>

Fonte: elaborado pela SRI / MAPA, a partir de dados da SECEX / MDIC.

As exportações apresentaram taxas positivas de crescimento para todos os principais blocos econômicos: União Européia 25, 7,4%; Ásia, 9%; Nafta, 16%; Oriente Médio, 35,7%; Europa Oriental, 14,2%; e África, 20,9%. As diferentes taxas de crescimento resultaram em alterações na participação desses blocos como destinos das exportações. A União Européia continuou na liderança, absorvendo 31,4% das exportações totais do agronegócio. A participação da Ásia foi de 19%, seguida pelo Nafta, cuja participação foi 16,1%. Vale a pena ressaltar o crescimento da participação do Oriente Médio (de 7,0% para 8,4%); Europa Oriental (de 8,2% para 8,3%); e África (de 6,5% para 6,9%).

Os principais países compradores de produtos do agronegócio brasileiro foram: Estados Unidos (US\$ 7 bilhões); Países Baixos (US\$ 4 bilhões); China (US\$ 3,8 bilhões); Rússia (US\$ 3,1 bilhões); Itália (US\$ 2,1 bilhões); e Alemanha (US\$ 2 bilhões). É importante destacar o elevado crescimento das exportações do agronegócio para os seguintes países: Irã (79,8%); Venezuela (64%); Egito (62%); e Emirados Árabes Unidos (47,9%).

#### Exportações do Agronegócio por Blocos Econômicos: 2006 e 2005 (em US\$ milhões)

Blocos	Janeiro-Dezembro		Var%	Participação	
	2006	2005		2006/2005	2006
UNIÃO EUROPEIA 25 - UE 25	15.541	14.473	7,4	31,4	33,2
UNIÃO EUROPEIA 15 - UE 15	15.175	14.166	7,1	30,7	32,5
ÁSIA (EXCL.ORIENTE MÉDIO)	9.386	8.615	9,0	19,0	19,8
NAFTA	7.962	6.857	16,1	16,1	15,7
ORIENTE MÉDIO	4.148	3.057	35,7	8,4	7,0
EUROPA ORIENTAL	4.096	3.586	14,2	8,3	8,2
ÁFRICA (EXCL.ORIENTE MÉDIO)	3.434	2.840	20,9	6,9	6,5
ALADI (EXCL.MERCOSUL)	2.009	1.734	15,9	4,1	4,0
MERCOSUL	1.459	1.299	12,3	3,0	3,0
DEMAIS DA EUROPA OCIDENTAL	519	437	18,8	1,1	1,0
OCEANIA	229	178	28,3	0,5	0,4
DEMAIS DA AMÉRICA LATINA	165	156	5,7	0,3	0,4

Fonte: elaborado pela SRI / MAPA, a partir de dados da SECEX / MDIC.



## Exportações do Agronegócio por Países: 2006 e 2005 (em US\$ milhões)

País	Janeiro-Dezembro		Var% 2006/2005	Participação	
	2006	2005		2006	2005
ESTADOS UNIDOS	7.008	5.961	17,6	14,2	13,7
PAÍSES BAIXOS	4.032	3.978	1,4	8,2	9,1
CHINA	3.784	3.089	22,5	7,7	7,1
RÚSSIA	3.140	2.721	15,4	6,4	6,2
ITÁLIA	2.092	1.765	18,5	4,2	4,1
ALEMANHA	2.059	1.854	11,1	4,2	4,3
BÉLGICA	1.614	1.213	33,0	3,3	2,8
REINO UNIDO	1.536	1.543	-0,5	3,1	3,5
JAPÃO	1.472	1.717	-14,3	3,0	3,9
IRÃ	1.395	776	79,8	2,8	1,8
FRANÇA	1.258	1.372	-8,3	2,5	3,1
ESPANHA	1.236	1.298	-4,8	2,5	3,0
ARGENTINA	1.004	881	13,9	2,0	2,0
HONG KONG	876	653	34,2	1,8	1,5
ARÁBIA SAUDITA	836	805	3,9	1,7	1,8
EGITO	822	507	62,0	1,7	1,2
EMIR. ÁRABES UNIDOS	729	493	47,9	1,5	1,1
VENEZUELA	669	408	64,0	1,4	0,9
CORÉIA DO SUL	641	619	3,6	1,3	1,4
CANADÁ	567	501	13,2	1,1	1,1
DEMAIS PAÍSES	12.654	11.435	10,7	25,6	26,2
<b>TOTAL</b>	<b>49.422</b>	<b>43.589</b>	<b>13,4</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: elaborado pela SRI / MAPA, a partir de dados da SECEX / MDIC.

A situação de crise de renda do agronegócio, devido à significativa redução da safra de verão nos Estados atingidos por estiagem, e aos efeitos indiretos da gripe aviária e aos baixos preços das *commodities* agrícolas – exigiu medidas emergenciais do Governo, em 2005 e 2006.

Houve a edição de normas, nesses dois últimos anos, que prolongaram prazos de pagamento das dívidas de custeio e investimento dos produtores e suas cooperativas, especialmente daqueles que se dedicam ao cultivo de algodão, de arroz, de milho, de trigo e de soja. Além disso, R\$ 3 bilhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) foram destinados ao refinanciamento de débitos de produtores rurais ou cooperativas, inclusive aqueles não amparados pelo crédito rural ou

contraídos junto a fornecedores de insumos. Também foi autorizado o refinanciamento, por um prazo de cinco anos, das parcelas vencidas em 2005 e 2006, de dívidas amparadas pela securitização, Programa Especial de Saneamento de Ativos (Pesa) e o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (Recoop).

Neste cenário, é importante salientar o esforço realizado pelo Banco do Brasil, principal financiador do agronegócio, que adotou medidas importantes para possibilitar o refinanciamento de cerca de 99% dos contratos passíveis de renegociação, totalizando aproximadamente R\$ 5,8 bilhões. Dentre essas medidas, destacam-se a automatização de etapas do processo de renegociação e a flexibilização de garantias.

O Governo desembolsou mais de R\$ 2,6 bilhões no apoio direto à comercialização de 21,7 milhões de toneladas de algodão, de arroz, de feijão, de milho, de semente de soja, de soja, de sisal, de sorgo, de fécula de mandioca e de trigo. Os desembolsos incluíram R\$ 883,7 milhões em Aquisições do Governo (AGF) e manutenção de estoques, R\$ 692,2 milhões por meio do prêmio ao escoamento de produto (PEP), R\$ 323,1 milhões em prêmios de risco para o lançamento de opções privadas (Prop) e R\$ 658,2 milhões em equalização paga ao produtor (Pepro). A atuação do Governo no apoio à comercialização contribuiu para minimizar a queda de renda resultante dos baixos preços dos produtos agrícolas.

No que se refere aos estoques públicos, foram estocados 2,6 milhões de toneladas de produtos agrícolas em 2006, sendo que os custos de aquisição e manutenção dos estoques foram de R\$ 883,7 milhões, até novembro de 2006. Para 2007, a previsão é de que seja formado um estoque de cerca de quatro milhões de toneladas de produtos agrícolas, sendo que os custos de aquisição e manutenção desse estoque foram estimados em R\$ 2,3 bilhões. Espera-se, também em 2007, poder viabilizar as aquisições via AGF e Contratos de Opção, também para a Agricultura Familiar, aos preços estabelecidos pelo Comitê Gestor. Estão previstos, neste exercício, investimentos da ordem de R\$ 10,0 milhões para modernização e manutenção da rede armazenadora própria da Conab, atendendo 96 unidades.

O Programa de Abastecimento Agro-Alimentar realizou a concessão de crédito rural da ordem de R\$ 4,1 bilhões de janeiro a agosto de 2006. Os negócios com Cooperativas representaram cerca de R\$ 1,5 bilhão em crédito aplicado, com o lançamento de linha de crédito com recursos do FAT, para financiar o capital de giro das atividades das cooperativas. As operações com Cédula do Produtor Rural (CPR) alcançaram R\$ 2,3 bilhões, até novembro de 2006, com mais de 34 mil operações realizadas por produtores e cooperativas. No mesmo período, os Negócios Eletrônicos, por meio do Balcão de Agronegócios (Agronegócios-e), somaram aproximadamente R\$ 1,7 bilhão, sendo 69,6% em insumos, 20,4% em CPR e 10% em outras operações, totalizando 63.115 transações.

Estruturalmente, uma das prioridades da política agrícola para fomentar a competitividade e a sustentabilidade do agronegócio nacional tem sido elevar a oferta de crédito para custeio da produção, com destaque para o Plano Agrícola e Pecuário. O montante de recursos do crédito rural oficial mais do que dobrou nos três últimos anos, atingido a marca de R\$ 50 bilhões na Safra 2006/2007, além dos R\$ 10 bilhões destinados ao financiamento da agricultura familiar. O volume de recursos para custeio e comercialização, a juros controlados, superou em 44% o da safra 2005/2006, atingindo 73% de todo o crédito rural oficial disponível para essas finalidades. Na Safra 2006/2007, 81% do total de recursos disponibilizados pelo crédito rural à agricultura (empresarial e familiar) possuem taxas de juros controladas, contra 77% na safra passada.



Além da elevação de recursos oficiais do crédito rural, o Governo, por intermédio do Mapa, tem desenvolvido novos instrumentos de fortalecimento da competitividade do setor do agronegócio, a exemplo do Certificado de Depósito Agropecuário (CDA), do Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) e do *Warrant* Agropecuário (WA). Trata-se de novos instrumentos de crédito que objetivam atrair recursos privados para o financiamento do agronegócio.

Para a melhoria do abastecimento interno e a redução dos entraves à comercialização, a Conab tem utilizado os seguintes instrumentos de intervenção: o Valor de Escoamento do Produto (VEP), o Prêmio de Escoamento do Produto (PEP), o Prêmio de Risco Para Aquisição de Produto Agrícola Oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda (Prop), o Prêmio para Equalização do Valor de Referência da Soja em Grãos (PEP Soja) e o Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (Peppo), cujos desempenhos foram os seguintes, em 2006:

- VEP: negociadas 320 mil toneladas, no montante de R\$ 76,7 milhões, para abastecimento de alguns dos Estados do Norte (AM, PA e TO), Sudeste (ES e MG) e Nordeste (AL, BA, CE, MA, PB, PE, PI, RN e SE);
- PEP: negociadas 3.948,9 mil toneladas de algodão, de arroz, de milho e de trigo, no valor de R\$ 328,6 milhões, atendendo as regiões Sul e Centro-Oeste;
- Prop: negociadas na região Sul, Sudeste (SP e MG), Centro-Oeste, Nordeste (BA, MA, e PI) e Norte (PA), 3.975,4 mil toneladas de arroz, de milho, de raiz de mandioca e de soja, no valor de R\$ 323,1 milhões;
- PEP Soja: as regiões atendidas foram o Sudeste (MG), o Centro-Oeste (MS, GO, DF e MT), o Norte (RO, TO e PA) e Nordeste (BA, MA e PI) com um total negociado de 5.194,4 mil toneladas, no valor de R\$ 360,1 milhões;
- Peppo: negociadas 6.029,4 mil toneladas de algodão, de milho e de soja no valor de R\$ 658,2 milhões, nas regiões Sudeste (SP e MG), Centro-Oeste, Norte (RO, TO e PA) e Nordeste (BA, MA e PI), sendo liquidado R\$ 36,4 milhões até novembro/2006.

Na política de gestão e minimização dos riscos associados à atividade agropecuária, foram fortalecidas as ações de meteorologia e climatologia, zoneamento agrícola de risco climático e o seguro rural. A necessidade de melhorar o índice de acerto da previsão do tempo e clima levou o Governo a implementar um conjunto de medidas vinculadas à coleta e transmissão dos dados, por meio da modernização da Rede Meteorológica Nacional. Tais medidas proporcionaram impactos diretos na sociedade e na economia, em especial nos setores de defesa civil, agricultura, energia, transportes, e turismo, por meio da disseminação antecipada de alertas e avisos. Em 2006, foram adquiridas e iniciadas as instalações de 250 estações meteorológicas automáticas, sendo 83 estações com recursos do Projeto Piloto de Investimentos (PPI) e 167 com recursos do orçamento do MAPA. Em 2007, está prevista a aquisição de 25 estações meteorológicas com recursos do PPI e a finalização das instalações.

Em relação ao zoneamento agropecuário de risco climático – que visa indicar a melhor época de plantio das culturas para cada município, com o objetivo de minimizar a chance de que as adversidades climáticas coincidam com a fase mais sensível de desenvolvimento das culturas – ampliaram-se os estudos em 2006, tendo sido concluídos 220 zoneamentos. Esses zoneamentos

contribuíram significativamente para minimizar as perdas de safras agrícolas por eventos climáticos. As culturas que já possuem zoneamento agrícola são: algodão, arroz, banana, café, caju, cevada, feijão, feijão caupi, mamona, mandioca, maçã, milho, soja, sorgo, trigo e uva.

Por sua vez, o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural foi ampliado de forma a amparar, além da modalidade agrícola, as modalidades de seguro pecuário, florestal e aquícola. De sete culturas beneficiadas em 2005, o Programa passou, em 2006, a amparar todas as culturas desenvolvidas pelos produtores rurais que contam com produtos de seguro aprovados pela Superintendência de Seguros Privados (Susep). Os limites financeiros, que em 2005 eram de R\$ 12 mil para frutas e de R\$ 7 mil para as demais culturas, foram elevados para R\$ 32 mil, possibilitando ao produtor com atividades diversificadas ser beneficiado com subvenção de até R\$ 192 mil. Ao Programa de Subvenção foram destinados, em 2006, recursos da ordem de R\$ 60,9 milhões.

Na previsão e monitoramento de safras agrícolas, a Conab vem utilizando metodologia de eficiência comprovada, denominada Projeto Geosafra. O Geosafra tem por finalidade aprimorar o sistema de estimativas das safras agrícolas brasileiras, com o apoio de uma rede multistitucional e o uso de geotecnologias, como o sensoriamento remoto, GPS (*Global Positioning System*) e Sistemas de Informações Geográficas no mapeamento e monitoramento das culturas, de aplicação de modelos agrometeorológicos nos prognósticos de rendimento diante das condições climáticas nos períodos cruciais do desenvolvimento da planta e, ainda, de levantamentos de dados de campo como apoio nas estimativas de área e de produtividade.

Outro projeto que integra um universo mais amplo das informações do agronegócio é o SIGABrasil – Sistema de Informações Geográficas da Agricultura Brasileira. O SIGABrasil destina-se a subsidiar as decisões da comunidade do agronegócio, tendo em vista que a logística do setor envolve uma estrutura de informações que, por natureza, necessita ser trabalhada de forma integrada. A confiabilidade e a qualidade das informações pertinentes a esse ambiente são aprimoradas por meio de ferramentas como os mencionados GPS e sensoriamento remoto, e são tratadas e disponibilizadas por meio de um Sistema de Informações Geográficas (SIG).

Na área de agroenergia, dado o ótimo ambiente de preços dos produtos do complexo sucroalcooleiro no mercado internacional e o aumento da demanda interna de álcool combustível, as linhas da atuação do Governo, em 2006, basearam-se na negociação dos critérios técnicos para a distribuição de cotas de importação de açúcar pelo mercado norte-americano, na atuação da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Açúcar e do Alcool, e no fomento à co-geração de energia elétrica por meio do bagaço de cana-de-açúcar, buscando privilegiar a adoção de tecnologias mais eficientes. Destacam-se, também, as ações de suporte ao desenvolvimento da produção agrícola de outros biocombustíveis, como a mamona e a palma, considerada matéria-prima para o setor no médio e longo prazo.

Parcela significativa da crescente participação brasileira no mercado agropecuário deve-se ao sucesso da ação governamental em acordos e disputas comerciais. Na área de negociações comerciais agrícolas internacionais, o Governo Federal teve participação intensa em 2006. O País marcou presença na Reunião Mini-Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) ocorrida em julho, em Genebra, além das Reuniões Ministeriais do G-20, no Rio de Janeiro, e do Grupo de Cairns, na Austrália.

Com relação aos acordos comerciais bilaterais, houve avanços significativos nos seguintes setores: Mercosul; área de livre comércio com Israel e com o Conselho de Cooperação do Golfo (CCG); acordo de preferências com a União Aduaneira Sul-Africana (SACU) e o aprofundamento do acordo com a Índia. Ressalte-se, ainda, a retomada das negociações com a União Européia, na qual a agricultura é tema central.

Destaca-se, também, a criação e a consolidação de fóruns bilaterais de discussão de temas agropecuários, intitulados Comitês Consultivos Agrícolas (CCA). Em 2006, foram criados CCAs com a Índia, África do Sul e Canadá. Propostas nesse sentido foram igualmente encaminhadas para a Rússia, Israel e Indonésia.

No âmbito da integração regional, foram fortalecidas as reuniões de monitoramento de comércio bilateral do Brasil com a Argentina, Paraguai, Uruguai, Chile e Peru, as quais têm contribuído significativamente para a solução de questões que restringem o aumento do fluxo de comércio do Brasil com esses países. No ano de 2006, a Venezuela passou a ser membro pleno do Mercosul, e a adesão aos compromissos do Bloco por aquele país está sendo negociada por um grupo *ad doc*.

Ainda no âmbito do Mercosul, o Governo empenhou-se na internalização de acordos fitossanitários relativos ao comércio regional de agroquímicos (agrotóxicos). Nesse sentido, o Decreto nº 5.981, de 6.12.2006, que dá nova regulamentação para o registro por equivalência de agroquímicos (registro de “genéricos”), deve possibilitar não apenas a solução favorável de pendências de longo prazo do Brasil no âmbito do Mercosul, mas, principalmente, contribuir de forma significativa para a desoneração do setor produtivo, aumentando a competitividade do agronegócio empresarial e familiar.

Com o incremento contínuo das exportações do complexo de produtos agropecuários, torna-se necessário adquirir mais eficiência no combate à fraude e nas ações de supervisão, auditoria e fiscalização sanitária e fitossanitária dos produtos em trânsito internacional, minimizando a possibilidade de introdução e disseminação de doenças e pragas exóticas que possam comprometer a saúde dos animais e vegetais e nossa competitividade. Vale ressaltar, também, as ações, previstas para 2007, de análises fiscais e periciais de agrotóxicos, seus componentes e afins, além do estabelecimento de laboratórios de referência em organismos geneticamente modificados, agrotóxicos e resíduos, da implantação do Sistema Informatizado Rede Clav (Coordenação de Laboratórios de Análise Vegetal). Há, ainda, importantes ações de controle e erradicação de pragas, a serem implantadas em 2007, dinamizando as exportações de vegetais e da fruticultura.

Nos últimos três anos, o reconhecimento da qualidade do Serviço de Inspeção Federal (SIF) por autoridades sanitárias internacionais – Canadá, União Européia e Estados Unidos – assegurou o aumento das exportações brasileiras. O esforço da área vegetal garantiu a manutenção das exportações de soja para a China e de manga para o Japão e Estados Unidos. Hoje o Brasil responde por 38% da soja, 82% do suco de laranja, 29% do açúcar, 28% do café em grãos, 44% do café solúvel, e 23% do tabaco consumidos mundialmente.

Para manter o status sanitário vigente nas áreas vegetal e animal, frente à ameaça constante de entrada de doenças não existentes em nosso território, foram intensificadas medidas preventivas contra doenças como a Encefalopatia Espongiforme Bovina BSE (doença da vaca louca), influenza aviária e demais pragas e doenças exóticas dos animais e vegetais, mediante o fortalecimento dos sistemas de fiscalização e de inspeção do trânsito internacional de animais, vegetais e de produtos agropecuários. Foram implantadas, em 2006, 113 Unidades de Vigilância Agropecuária nos portos, aeroportos, postos de fronteira e aduanas especiais.

Para o combate a febre aftosa, em 2005 e 2006, o Governo destinou R\$ 33 milhões para as ações de controle sanitário e de apoio à população das áreas atingidas. Toda a região com animais suspeitos de infecção pela febre aftosa foi isolada, montaram-se dezenas de postos de fiscalização e 35 equipes técnicas foram deslocadas aos Municípios afetados. O abate dos animais doentes e suspeitos foi realizado, bem como o pagamento das indenizações e dos auxílios financeiro e alimentício às famílias que sofreram restrições econômicas em razão do combate à doença.

Por sua vez, a qualidade dos produtos de origem animal e vegetal e dos insumos agropecuários depende da aplicação de procedimentos que garantam o cumprimento de normas e padrões referentes aos aspectos higiênico-sanitários, tecnológicos e de identificação das características dos produtos. O objetivo é aliar segurança à saúde do consumidor. Nesse sentido, em 2007, o Governo pretende: (i) estabelecer normas regulamentares de prevenção, controle e monitoramento dos fatores que afetam a segurança dos alimentos; (ii) revisar o Sistema de Inspeção de Produtos e Insumos Agropecuários; (iii) tornar obrigatória, em todo o território nacional, a inspeção dos produtos de origem vegetal industrializados, processados, semiprocessados ou minimamente processados, in natura, seus subprodutos, derivados e resíduos de valor econômico; e (iv) estabelecer parcerias com associações e lideranças do agronegócio.

Consoante os aspectos de segurança alimentar, o Governo envida esforços na organização de cadeias produtivas, observando os critérios de sustentabilidade e rastreabilidade. O cooperativismo possui, também, papel de fundamental importância, a exemplo das perspectivas de extensão da ação cooperativista para o Mercosul, da capacitação de cooperados, com inclusão do público jovem e priorização das regiões Norte e Nordeste. Vale ressaltar, ainda, a importância do fomento, em 2007, de sistemas agroecológicos de produção, com destaque para a cacauicultura, cuja produção alcançará 200 mil toneladas neste ano.

No âmbito multilateral, destaca-se a atuação do Brasil na defesa da implementação do princípio da regionalização para as questões de natureza sanitária, significativa para países de dimensões continentais. No Comitê de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da OMC, efetuou o seu compromisso no que se refere à notificação de regulamentos nacionais aos demais Membros. Em 2006, foram notificados mais de 100 regulamentos nacionais. Um reflexo da crescente atenção que nosso País tem despertado no cenário internacional agropecuário é o crescimento do número de missões estrangeiras nas áreas de inspeção de produtos de origem animal e vegetal recebidos pelo Brasil. Consciente desse cenário, o Governo, por intermédio do Mapa, tem envidado esforços na negociação e conclusão de acordos sanitários e fitossanitários internacionais, somando, até a presente data, 80 acordos em vigor e mais 41 em processo de negociação.

Foram realizadas, em 2006, negociações para superação de barreiras de natureza sanitária. Como resultado positivo, obteve-se acesso, entre outros, aos seguintes mercados: de carne suína processada e de mamão papaia, dos Estados Unidos da América; de lácteos, carne bovina e aves, da China; de algodão, do Equador; sêmen e embriões, da Colômbia; e de carnes bovinas e suína, da Ucrânia. Obtiveram sucesso, também, as gestões realizadas junto às autoridades sanitárias da Rússia para a liberação de Estados brasileiros à exportação de carne bovina e suína para aquele país.

O Governo recebeu, também, diversas missões estrangeiras de inspeção com vistas à habilitação de estabelecimentos brasileiros à exportação, como foi o caso de missão romena (carne suína) e norte-americana (carne bovina processada), que visitaram o Brasil, em 2006.



Foi promovida, igualmente, uma aproximação estratégica com Portugal e Espanha, visando entender mais profundamente a aplicação dos requisitos sanitários europeus nos países membros da União Européia, incluindo o estreitamento da colaboração entre os técnicos, e o desenvolvimento de projetos de cooperação técnica, sendo dois especialmente importantes: laboratórios e pescados.

O Programa de Desenvolvimento da Fruticultura, que representa importante instrumento para a promoção da competitividade de agropecuária, objetiva elevar os padrões de qualidade das frutas ao patamar de excelência requerido pelos mercados, tais como: sustentabilidade econômica, social e ambiental, rastreabilidade, racionalização do uso de agroquímicos, água e combustível. No contexto desse Programa, institucionalizaram-se 14 normas técnicas específicas de Produção Integrada de Frutas (PIF), das seguintes espécies: maçã, manga, uva, melão, citros, mamão, banana, caju, maracujá, figo, goiaba, coco, pêssego e caqui.

A implantação do Sistema Agropecuário de Produção Integrada (Sapi) reflete a preocupação do Brasil em ofertar alimento seguro, produzido de acordo com parâmetros e sistemas de produção sustentável.

Quanto às atividades de promoção comercial, o foco esteve na produção de informações sobre o comércio exterior do agronegócio brasileiro, na organização interna para exportação (com ênfase na integração por meio da formação de consórcios e condomínios rurais) e na realização de eventos no exterior. Além disso, foi desenvolvido um sistema de informação do comércio exterior do agronegócio brasileiro, o AgroStat Brasil, que já conta com mais de 1.600 usuários cadastrados. Foi criado o portal de informações de comércio exterior do agronegócio, que disponibiliza informações de comércio exterior por intermédio de acesso ao AgroStat Brasil e às publicações produzidas sobre comércio externo do agronegócio.

A área de integração para exportação intensificou o desenvolvimento do Programa de Integração do Agronegócio para Exportação, composto dos seguintes projetos: (i) Fomento da Exportação (AgroEx), que realizou cinco seminários para a sensibilização dos diversos setores do agronegócio para exportar; (ii) Formação da Cultura de Integração Contratual, que ofereceu um curso destinado aos exportadores e instituições que auxiliam o agronegócio; (iii) Manual de Procedimentos para Exportação, denominado manual “Caminhos para Exportar”, com a síntese das documentações e certificações necessárias para o empresário do agronegócio realizar suas exportações; e (iv) Desenvolvimento da Integração Contratual, em que se apoiou a formação de Condomínios Rurais e Consórcios Contratuais de Exportação, como projetos-piloto.

Quanto à realização de eventos no exterior, cabe citar: (i) Campanha de Promoção do Alimento Brasileiro na Copa da Alemanha, que consistiu na promoção do agronegócio brasileiro por meio de ações de difusão e valorização do alimento brasileiro na Alemanha, durante a copa do mundo de futebol; (ii) dois eventos sobre biocombustíveis na Holanda, na forma de uma mesa redonda para técnicos de instituições públicas e universidades e um Seminário para empresários e imprensa; (iii) organizou-se uma missão prospectiva à França por ocasião do Salão Internacional de Alimentação, com uma programação desenvolvida para representantes de setores exportadores do agronegócio brasileiro, incluindo visitas a estabelecimentos comerciais, centros de distribuição, porto do Havre; e (iv) apoio à organização de seminário sobre energias renováveis na feira Pollutec, em Lyon, França, em parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), para divulgar a experiência brasileira com biodiesel e etanol.

O fomento à pesquisa e à produção e geração de novas tecnologias são áreas priorizadas pelo Governo. A biotecnologia, a nanotecnologia, a engenharia genética e a agroenergia formaram bases para mecanismos diferenciais de competitividade do País que, aplicados às cadeias agroindustriais, são capazes de agregar valor aos produtos finais, beneficiando as indústrias alimentar, farmacêutica, energética e química. Em 2006, o Governo envidou esforços para o estabelecimento de nova política institucional sobre inovação tecnológica e propriedade intelectual na agropecuária nacional. Pesquisas para aplicações de biotecnologia e nanotecnologia na agricultura alimentar e energética serão prioritários, em 2007, assim como aquelas que auxiliem a prevenção e o controle de pragas e doenças exóticas.

Em 2006, o Governo trabalhou com uma carteira de 808 projetos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) em temas estratégicos e inovadores. Por meio de parcerias, a Embrapa manteve o pioneirismo em áreas como biotecnologia, clonagem de animais, seqüenciamento genético e lançamento de cultivares adaptadas às diversas regiões do País. Até o momento, foram geradas 47 novas cultivares, realizados 136 monitoramentos e zoneamentos agropecuários, lançadas 47 novas metodologias científicas de trabalhos, criados 39 novos processos agropecuários, lançados 46 novos *softwares*, além de sete novas estirpes ou variedades de microorganismos. Também por meio das ações de pesquisa, contribuiu-se para o desenvolvimento do agronegócio em bases sustentáveis, bem assim para o planejamento de ações voltadas para o desenvolvimento territorial.

Ainda em 2006, foram desenvolvidos temas relevantes para o cenário nacional e internacional. Agroenergia é o principal deles. Foi criada a Embrapa Agroenergia, cuja missão é a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação de produtos tecnológicos para a nova matriz energética, com base na agricultura. No desenvolvimento da agroenergia, o principal desafio da Embrapa é a criação das Empresas de Propósito Específico (EPE). Trata-se de uma necessidade para a estruturação de redes, como a rede do etanol e a rede do biodiesel. Destaca-se, ainda, a criação do Marco Referencial em Agroecologia, plataforma de agroecologia, pesquisas em biologia avançada, trabalhos em aquíicultura, sistema de integração lavoura-pecuária-floresta e participação da Embrapa no banco de proteção de cultivares.

As ações em transferência de tecnologia, difusão e cooperação internacional, também tiveram ênfase em 2006, com destaque para a criação do escritório da Embrapa na África e dos Labex Europa na França e Holanda.

### 3. Turismo

O turismo, como uma das principais atividades econômicas em crescimento no Brasil, tem papel fundamental para redução das desigualdades regionais e sociais. O setor envolve milhares de pequenos negócios em todo o País – taxistas, lojistas, guias turísticos, restaurantes, meios de hospedagem, artesãos e agências de viagens, entre outros. Dessa forma, o fomento ao aumento da competitividade dos destinos turísticos, com a implementação de projetos e ações para o incremento dos produtos e serviços ofertados em todos os elos da cadeia produtiva do setor, tem sido prioridade.

### a) Plano Nacional do Turismo

A atuação do Governo se orienta pelas diretrizes definidas no Plano Nacional do Turismo (PNT), que estabelece um conjunto de Programas alinhados com o Plano Plurianual 2004/2007, que são desenvolvidos e implementados de forma integrada e articulada, constituindo esta integração uma das garantias do sucesso dos resultados apresentados.

Em 2006, para o desenvolvimento das ações do PNT, foram realizadas reuniões regulares do Conselho Nacional de Turismo e das suas 10 Câmaras Temáticas, dos Fóruns Estaduais de Turismo e do Fórum de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo, além de outras ações relacionadas a diversos programas, cuja implementação se dá de forma descentralizada e articulada com vários parceiros localizados nas diferentes regiões do País. Essas ações têm como pressupostos básicos a ética e a sustentabilidade, e como princípios orientadores a redução das desigualdades regionais e sociais, a geração e distribuição de renda, a criação de novos empregos e ocupações e a geração de divisas para o Brasil.

As metas estabelecidas no PNT deverão ser atingidas até o ano de 2007, não obstante uma certa retração registrada em 2006, em função dos impactos decorrentes da crise de uma das empresas aéreas. As metas para o período de 2007 a 2010 foram estabelecidas em documento referencial, desenvolvido por solicitação do Conselho Nacional de Turismo, denominado Turismo no Brasil 2007/2010.

Para orientar o Plano, o Governo tem investido na realização de pesquisas que propiciem o conhecimento do comportamento e das tendências do turismo nacional e internacional. Entre os principais trabalhos, desenvolvidos em 2006, estão: (i) Boletins de Desempenho Econômico do Turismo; (ii) Estudo da Demanda Turística Internacional – 2004/2005/2006; (iii) Pesquisa Anual de Conjuntura Econômica do Turismo; (iv) Cartas de Conjuntura; (v) Estudo da Demanda Turística Doméstica – 2006; (vi) Estudo da Demanda Turística em Aeroportos – 2006; (vii) Meios de Hospedagem – Estrutura de consumo e impacto na economia; e (viii) Compilação e divulgação mensal de dados sobre a movimentação de embarque e desembarque de passageiros nacionais e internacionais.

Foi elaborada, ainda, a Conta Satélite de Turismo Experimental, metodologia recomendada pela Organização Mundial do Turismo (OMT), para dar apoio às ações, acompanhar e avaliar a implementação da política de turismo, seu reflexo no mercado e o estabelecimento de bases comparativas. Em 2006, dando continuidade ao desenvolvimento da metodologia de Conta Satélite do Turismo, foram calculados os indicadores econômicos e sociais do setor no Brasil, a partir de pesquisas do IBGE.

### b) O Setor Turismo Continua Crescendo no Brasil Acima da Média Mundial

No exercício de 2006, foi aplicado o valor de R\$ 1,409 bilhão (excluídos os gastos com pessoal ativo e inativo), na implementação das ações do setor, o que corresponde a um crescimento próximo a 96,7% em relação a 2005, ano em que foram gastos R\$ 716,3 milhões. Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, o setor turístico gerou 292 mil novos empregos formais, de janeiro de 2003 a novembro de 2006. Estudos realizados pelo Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília (CET/UnB), mostram que para cada emprego formal gerado no setor de turismo, outros dois informais são criados. Sendo assim, pode-se afirmar que, no citado período, o Setor gerou 878 mil novas ocupações para o País.

Outros resultados significativos, até novembro de 2006, são:

- i) o desembarque de 5,8 milhões de passageiros de vôos internacionais em 2006 (inclui brasileiros voltando do exterior e turistas estrangeiros);
- ii) o desembarque de passageiros de vôos nacionais foi de 42,3 milhões, 8,1% acima do verificado no mesmo período de 2005 (39,1 milhões de passageiros);
- iii) o País alcançou a receita cambial turística de US\$ 3,92 bilhões, superior em 11,81% ao mesmo período do ano de 2005 (US\$ 3,50 bilhões). Até dezembro, a estimativa de entrada de divisas com o turismo em 2006 é de US\$ 4,3 bilhões, o que levaria o Brasil à marca de cinco anos consecutivos de crescimento. Considerando a série histórica mensal, percebe-se que esse crescimento é consistente e que, com exceção de setembro, em todos os outros meses de 2006 houve aumento de gastos de estrangeiros no Brasil em relação aos mesmos meses do ano anterior. O Banco Central do Brasil, que registra essa estatística desde 1969, apontou o recorde mensal de toda a história do setor em março de 2006, quando foi alcançado o resultado de US\$ 453 milhões de receita cambial turística.

#### c) Regionalização do Turismo e o Salão Brasileiro do Turismo 2006

Visando nortear as ações do Governo para o período 2007/2010, o Governo Federal promoveu, em outubro de 2006, o 1º Encontro Nacional do Programa de Regionalização do Turismo, com o objetivo de identificar as demandas de infra-estrutura e de qualificação das regiões turísticas que integram 87 roteiros priorizados pelo Governo Federal em articulação com os Estados e os Fóruns Estaduais de Turismo. Por meio desse Programa, o Governo promove a integração e a cooperação entre os municípios, amplia e qualifica o mercado de trabalho, impulsiona uma melhor distribuição de renda e inclusão social, aumenta o tempo médio gasto pelo turista na região e apresenta alternativas de desenvolvimento aos Municípios sem potencial turístico.

A realização da segunda edição do Salão do Turismo, em junho de 2006, em São Paulo, com a participação de agentes públicos e privados, profissionais de turismo e o público em geral, abriu perspectivas de desenvolvimento socioeconômico para diferentes regiões, ofertando novos produtos e inserindo novos segmentos da população no mercado do turismo, seja pela oferta de novos postos de trabalho, seja pela ampliação do consumo para faixas de renda até então excluídas.

Nesse Salão foram apresentados os roteiros turísticos no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo para 109,4 mil visitantes, os quais também tiveram a oportunidade de conhecer outros 396 roteiros, envolvendo 149 regiões e 1.027 Municípios. A inovação do Salão foi a possibilidade de comercialização direta dos destinos apresentados.

#### d) Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo

Os Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo, Prodetur Nordeste II, Prodetur JK e Proecotur II visam o desenvolvimento sustentável da atividade turística em grandes regiões do País. Cada região é objeto de um Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), instrumento fundamental para a execução dos Programas. Cada



Plano é validado de forma participativa por meio dos Conselhos de Turismo dessas regiões, denominadas de pólos turísticos. Os PDITS são instrumentos de planejamento que traçam estratégias desse desenvolvimento sustentável da região, tendo o turismo como vetor de desenvolvimento, e definem as ações de investimentos a serem implementadas de forma integrada. A experiência acumulada com o Prodetur NE I e os PDITS deram ênfase ao papel do município no desenvolvimento desses Programas, principalmente por serem eles os detentores dos ativos turísticos e, em última instância, as localidades que irão receber os impactos da atividade.

Os Programas não são voltados exclusivamente à implantação de infra-estrutura pública em regiões turísticas, mas também ao desenvolvimento integrado dessas regiões, abarcando uma larga gama de ações, que vão desde a elaboração de planos diretores municipais e do fortalecimento da gestão administrativa e fiscal do Município, até a gestão do turismo estadual, a capacitação de mão-de-obra e empresarial, estudos de mercado turístico, planos de gestão ambiental, planos de marketing, além das intervenções em infra-estrutura de transporte, de saneamento ambiental e de conservação de patrimônio histórico. São Programas que visam promover o desenvolvimento local e a qualidade de vida de sua população.

O Prodetur NE II abrange os nove estados da Região Nordeste e a parte norte dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, compreendendo 14 Pólos, envolvendo 113 Municípios. Até 2006, cinco desses Estados conseguiram celebrar empréstimos no valor global de US\$ 240 milhões, com o Banco do Nordeste, instituição responsável pelo repasse dos recursos do BID: Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais. O Governo, por intermédio do Ministério do Turismo repassou, em 2006, a esses 11 Estados, incluindo aqueles que ainda não obtiveram recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o montante de R\$ 26 milhões, a título de contrapartida federal ao Programa. Ainda no âmbito do Prodetur NE II, estão sendo realizados estudos de Aperfeiçoamento dos Programas Regionais, visando o alívio da pobreza na região, em parceria com o Banco Mundial.

O Governo vem trabalhando, ainda, em outros dois programas análogos aos já citados: o Proecotur, para a região da Amazônia Legal, cuja Fase I, em conclusão, esta sendo executada em parceria entre os Ministérios do Turismo e do Meio Ambiente. Nessa primeira fase, o Governo Federal repassou recursos ao estado do Amazonas para elaboração do plano estratégico para o desenvolvimento turístico na região de Parintins.

Finalmente, o Prodetur JK, que abrange a região central e sudeste do País, teve a sua fase inicial implementada com a preparação do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo e a elaboração de uma Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) visando o desenvolvimento do turismo na região do cerrado brasileiro.

#### e) Infra-estrutura do Turismo

Foram investidos, em 2006, R\$ 605,5 milhões em infra-estrutura do turismo. Esse valor é 48,9% superior aos investimentos realizados em 2005. Os recursos foram aplicados em melhoria e recuperação da infra-estrutura dos Municípios, saneamento básico e miniestações de esgoto, melhorias de marinas e pontos náuticos, reurbanização de orlas marítimas e fluviais, melhoria do acesso ferroviário e rodoviário, recuperação de mercados, feiras e pontes. Também foi contemplada a construção, ampliação e reforma de centros de eventos, parques de exposições, parques ecológicos, terminais de turismo, acampamentos, centros de cultura, teleféricos e mirantes, além de escolas destinadas à qualificação de profissionais para os setores de hotelaria, entre outros.

Foi firmado convênio entre o Governo Federal e a Infraero para a ampliação e modernização da infra-estrutura aeroportuária de 11 Municípios: Brasília; Boa Vista; Fortaleza; Goiânia; Guarulhos; João Pessoa; Macapá; Rio de Janeiro; Salvador; São Paulo; e Vitória. O incremento do fluxo turístico nacional e internacional em níveis acima da média mundial foi um dos fatores preponderantes para que o Ministério do Turismo participasse diretamente da reestruturação dos aeroportos brasileiros.

#### **f) Serviços Turísticos e Produção Associada ao Turismo**

O Programa Nacional de Qualificação Profissional e Empresarial, lançado em 2006, atende 46 mil pessoas no País, em parceria com Estados, Municípios, iniciativa privada e organizações não-governamentais. Para incrementar a competitividade do turismo brasileiro, foi priorizada a Certificação de Pessoas, de Turismo de Aventura e de Sustentabilidade de Meios de Hospedagem.

Em 2006, foram desenvolvidas 19 normas brasileiras referentes à gestão de segurança – diretrizes, auditores e requisitos; competência mínima para condutores de seis atividades de turismo de aventura; e produtos e procedimentos para nove atividades de turismo de aventura.

No que se refere ao Turismo de Aventura, encontra-se em implementação a certificação para 225 empresas e qualificação e certificação de 2.500 condutores em 15 destinos. Para os meios de hospedagem, está em implementação, em 565 empresas de 30 destinos, a norma de sustentabilidade, que relaciona os requisitos econômico, ambiental e social mínimos para uma atuação responsável no turismo.

Em parceria com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e a Associação Brasileira de Bares, Restaurantes e Similares (Abrasel), foi dada continuidade à implementação, em 2006, do Programa de Alimento Seguro no Turismo, com a qualificação de 5.632 manipuladores de alimentos e atendimento a 662 empresas.

Para a dinamização econômica das comunidades locais, com a geração de renda e trabalho, o Governo apoiou, em 2006, projetos como a criação de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares em áreas de pobreza e com potencial turístico, e as oficinas de desenvolvimento de produtos artesanais ao exigente mercado turístico, que beneficiaram diretamente cerca de 900 artesãos com cursos voltados ao fortalecimento organizacional e ao empreendedorismo. O Governo, para promover os produtos associados ao turismo e escoar a produção, ainda patrocinou a participação de artesãos em mais de 10 feiras e eventos do setor.

#### **g) Promoção do Turismo e do Produto Turístico Brasileiro**

Considerando tratar-se de meta prioritária, as ações de promoção do produto turístico brasileiro foram contempladas, no ano de 2006, com o maior volume de recursos orçamentários já executados em sua história. Essas ações, no Brasil e no exterior, focadas em promoção, marketing e apoio à comercialização de produtos, serviços e destinos turísticos, como também no apoio à realização de eventos que atraem os turistas e que evidenciam as manifestações artísticas e culturais do povo brasileiro, receberam o montante de R\$ 195,1 milhões, com acréscimo de aproximadamente 17% em relação ao que foi investido em 2005.

A Marca Brasil, primeiro resultado direto do Plano Aquarela, firmou-se como representante da imagem do turismo brasileiro e dos principais atributos de exportação do País no exterior. O símbolo está sendo incorporado a todo o programa de promoção,



divulgação e apoio à comercialização dos produtos, serviços e destinos turísticos brasileiros no mercado internacional. Em 2006, foram feitas cerca de 1.400 solicitações de uso da Marca Brasil. Além disso, o Governo, por meio da Embratur, investiu R\$ 40 milhões em marketing e publicidade, sobretudo com a Campanha “Brasil. Vire fã!”, iniciada em 2005. O Banco de Imagens, acervo que serve de referência aos parceiros do setor na venda do destino Brasil, disponibilizou 3.500 imagens.

Em seus dois anos de existência, o Plano de Marketing do Turismo para o Mercado Interno, denominado “Plano Cores do Brasil” tem norteado as ações do Governo relacionadas à promoção do turismo para o mercado interno, bem como tem fornecido subsídios para o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Entre esses subsídios, destacam-se a indicação de segmentos mais expressivos e das principais carências e potencialidades dos destinos turísticos priorizados.

O Governo tem incrementado, também, o financiamento a campanhas educativas, bem como a elaboração de instrumentos promocionais, que divulguem os destinos turísticos brasileiros e incentivem cada vez mais pessoas a viajar. Nesse sentido, diversos materiais promocionais foram desenvolvidos para divulgar os produtos turísticos brasileiros no Brasil e no exterior, enfocando os ativos turísticos dos Estados brasileiros. Essa ação inédita na gestão pública do turismo permitiu uma promoção descentralizada, mas seguindo uma mesma metodologia. As propostas foram avaliadas em cada Fórum Estadual, que decidiu pela alocação de recursos de acordo com critérios específicos para cada Estado, gerando a confecção de folderes, cartazes e bancos de imagens, entre outros materiais. É a primeira vez que um projeto de promoção turística do Governo Federal é realizado em parceria com todos os Estados.

Como destaque na promoção do turismo para o mercado interno está o Projeto Vai Brasil. Lançado em junho de 2006, em parceria com a Associação Brasileira das Operadoras de Turismo (Braztoa) – e a Associação Brasileira de Agências de Viagens - (ABAV), o Vai Brasil objetiva incentivar as viagens dos brasileiros dentro do País em períodos de baixa ocupação, além de ser uma grande oportunidade para comercialização dos destinos turísticos trabalhados pelo Programa de Regionalização do Turismo.

No fim de 2006, o sítio do Vai Brasil ganhou novas funcionalidades e passou a operar como uma bolsa de negócios em tempo real entre todos os fornecedores, acelerando a formulação e a oferta de pacotes turísticos. Com mais de quatro mil empresas cadastradas, a ferramenta eletrônica publicou cerca de 500 mil pacotes e alcançou a marca de dois milhões de acessos no período de junho a dezembro de 2006.

Destaca-se, também, o efetivo desempenho dos oito Escritórios Brasileiros do Turismo (EBT), instalados nos Estados Unidos (Nova Iorque), em Portugal (Lisboa), no Reino Unido (Londres), na França (Paris), na Alemanha (Frankfurt), na Itália (Milão), na Espanha (Madri) e no Japão (Tóquio) com a missão de consolidar a imagem do Brasil no exterior como destino turístico competitivo. Em 2006, o foco do trabalho dos EBTs foi a aproximação com as principais organizações do turismo emissivo desses mercados, o que possibilitou a ampliação de parcerias e a qualificação dos responsáveis pela venda dos pacotes turísticos com destino ao Brasil. Observou-se, também, a ampliação da atuação desses Escritórios para fora dos grandes centros.

Dentre os principais resultados obtidos pelos EBTs no ano estão: (i) a realização de 69 eventos de treinamento, capacitando cerca de 6.600 agentes envolvidos na cadeia turística; (ii) a participação em 37 Feiras do Calendário Oficial que ocorreram nos países onde os Escritórios atuam; e (iii) a conquista de 15 novas operadoras para a venda do destino Brasil e a ampliação dos destinos nacionais vendidos por outras 42, que já ofertavam o destino brasileiro.

Em 2007, o trabalho dos EBT continuará focado nas ações voltadas ao setor turístico dos mercados onde atuam, porém, com maior ênfase na qualificação e capacitação de agentes de viagens.

Em relação à Captação de Eventos, a Embratur garantiu a realização de 28 eventos internacionais a serem realizados até 2012 em diversas cidades brasileiras. Os eventos devem atrair cerca de 34 mil pessoas, entre brasileiros e turistas estrangeiros, gerando divisas para o País. Ainda em 2006, 21 eventos internacionais foram realizados no Brasil, com o apoio da Embratur.

O Governo participou, também, de 41 feiras internacionais de turismo e 21 feiras comerciais. O Brasil é hoje o décimo primeiro País em número de participações em eventos internacionais, segundo ranking divulgado pelo *International Congress and Convention Association* (ICCA).

Merece registro o encontro anual do Fórum Mundial de Turismo para a Paz e o Desenvolvimento Sustentável (FMT), que em 2006 ocorreu em Porto Alegre, reuniu 4.457 pessoas de 81 países. Como resultados imediatos da terceira edição desse Fórum, destaque para: (i) capacitação de 898 profissionais do turismo em práticas de hospitalidade e manipulação de alimentos (Programa de Alimento Seguro no Turismo e Boas Práticas de Manipulação de Alimentos); (ii) capacitação de representantes de cada país do Mercosul em elaboração de políticas públicas de turismo para a prevenção da exploração sexual infantil no turismo; e (iii) apresentação do Programa de Integração Física da América do Sul – Módulo Aéreo – Foco Turismo.

Quanto aos trabalhos relacionados à temática de Turismo Sustentável e Infância, o Governo Federal dedicou parcela substancial de seus esforços, em 2006, para promover uma ação de sensibilização, em 21 Estados brasileiros. Essa ação foi definida como prioritária para o esforço de promover uma mudança cultural mostrando que a exploração sexual é um péssimo negócio para o turismo brasileiro. Foram desenvolvidos *kits* de sensibilização para levar o tema ao nível operacional dos diversos segmentos da cadeia produtiva do turismo. Foram realizados, ainda, seminários de sensibilização em 25 cidades do País.

Ainda em 2006, por intermédio do Programa de Turismo Sustentável e Infância, foi dado seguimento às ações previstas na Declaração do Rio de Janeiro, em que Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) determinaram a realização de ações para a proteção de crianças e adolescentes da exploração sexual no turismo. Como parte de sua missão, o Brasil concebeu e produziu a primeira campanha regional da América do Sul sobre o tema, na qual são mostrados todos os países da região exaltando o turismo e a proteção da infância.

Para 2007, além do lançamento dessa campanha para a proteção de crianças e adolescentes no Brasil e nos demais países do continente sul-americano, estão previstas novas ações, como a campanha no carnaval, e a continuidade das ações de sensibilização dos setores componentes da cadeia produtiva do turismo.

## 4. Trabalho e Emprego

### a) Estímulo à Geração de Emprego e Renda

De 2003 a 2006, foram dados passos decisivos na direção da geração de novos empregos e da elevação da renda dos trabalhadores, entre outras formas, por meio da ampliação do volume de recursos de fundos públicos para estimular o



investimento produtivo. Os resultados da aplicação de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) mostram o acerto dessa estratégia e os resultados alcançados.

No âmbito do FAT, o estímulo ao investimento e à geração de emprego ocorre por meio das linhas de crédito do Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger). Desde 2003, o conjunto de linhas de crédito vem sendo reestruturado para garantir maior articulação com as estratégias e prioridades das políticas setoriais e territoriais de desenvolvimento. A esse movimento somou-se a implementação de nova metodologia de alocação dos recursos nos agentes financeiros, que, baseada no conceito de eficiência alocativa, busca evitar que recursos do Fundo fiquem nas tesourarias das instituições financeiras oficiais federais sem a efetiva destinação aos financiamentos para os quais foram previstos os depósitos especiais pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat).

O resultado dessas ações se expressa em substancial aumento do número de operações realizadas, bem como do volume aplicado. Em 2006, por exemplo, somente nos primeiros 11 meses do ano, foram realizadas mais de 2,5 milhões de operações, com valor contratado de R\$ 22,8 bilhões.

Entre as linhas de crédito com recursos do FAT, merece destaque o Proger Urbano, cujo público-alvo é composto por micro e pequenos empreendimentos urbanos. Somente nos primeiros 11 meses de 2006, foram realizadas 2,10 milhões de operações de financiamento a esses empreendimentos, com a aplicação de R\$ 6,61 bilhões. Somados aos resultados alcançados no triênio 2003-2005, o Proger Urbano concedeu, no período de 47 meses, encerrado em novembro de 2006, financiamentos de R\$ 19,64 bilhões a esse segmento, cuja contribuição para geração de emprego e renda é reconhecidamente elevada. Em 2007, novas alterações nos programas/linhas de crédito serão propostas ao Codefat, para reduzir a pulverização dos recursos do FAT e racionalizar os programas existentes. Serão iniciados estudos para a revisão dos critérios de remuneração dos bancos na operacionalização do crédito FAT e para revisões pontuais da Lei do FAT (Lei nº 7.998, de 1990). Serão também propostas modificações na regulamentação do Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger).

Quanto ao FGTS, cujos recursos são utilizados para o financiamento de ações nas áreas de habitação, saneamento e infra-estrutura urbana, o seu Conselho Curador aprovou, no quadriênio 2003-2006, medidas que resultaram em um acréscimo substancial dos recursos aplicados nesse período.

Diante dos resultados financeiros alcançados pelo FGTS, o Conselho Curador pôde incrementar uma nova política de subsídio à habitação, voltada para as famílias com renda de até 5 salários mínimos. Duas decisões do Conselho Curador do FGTS, adotadas no final de 2006, reafirmam o compromisso de utilizar os recursos desse Fundo para estimular o desenvolvimento econômico com inclusão social. A primeira refere-se à área de habitação popular, que disporá, no orçamento de 2007, de um adicional de R\$ 1 bilhão em relação a 2006 e direcionará 50% do total exclusivamente para a produção de novas moradias, o que irá proporcionar a geração de mais emprego e a melhoria de qualidade de vida da população.

A segunda decisão refere-se a uma inflexão importante na linha de atuação do FGTS, a partir de 2007. Por proposta do Ministério do Trabalho e Emprego, os recursos do FGTS serão direcionados a investimentos na expansão e recuperação da infra-estrutura nacional, contribuindo, assim, para viabilizar um período de crescimento sustentado do País. Os setores escolhidos para receber

os investimentos, prioritariamente, são energia, rodovias, ferrovias, portos e saneamento. A proposta recebeu aprovação do Conselho Curador e será encaminhada ao Congresso Nacional.

Além do apoio creditício, por meio do Proger, foram mantidos os esforços no sentido de impulsionar os empreendimentos autogestionários e cooperativas. Segundo o Atlas de Economia Solidária, publicado em 2006 como parte do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, existem, hoje, 14,9 mil empreendimentos solidários atuantes no Brasil, distribuídos em 2.274 Municípios e que envolvem 1,25 milhão de pessoas. Para estimular esse conjunto de empreendimentos, várias ações vêm sendo implantadas pelo Governo.

A partir de 2005, foi constituída uma rede de agentes de desenvolvimento local e economia solidária espalhados por todas as Unidades da Federação. Assim, os agentes de desenvolvimento solidário, que estão trabalhando em 258 comunidades, fornecem apoio e assessoria e articulam ações para a constituição de empreendimentos econômicos solidários. O projeto já beneficia mais de 35 mil trabalhadores diretamente e 212 mil pessoas indiretamente. Em 2006, foi dada centralidade à formação de gestores públicos municipais, estaduais e federais de economia solidária, que estão facilitando a ampliação de políticas públicas para o setor. Também, em 2006, foi realizada a 1ª Conferência Nacional de Economia Solidária, que reuniu mais de 1,2 mil delegados de todos os estados da federação, e foi criado o Conselho Nacional de Economia Solidária.

Para 2007, a ênfase será na maior integração dos mecanismos de apoio e estímulo à economia solidária com as demais políticas, e programas implementados pelo Governo Federal, além do desenvolvimento de ação estruturada de fortalecimento de cooperativas de catadores de material reciclável, para torná-las empreendimentos sustentáveis de geração de trabalho e renda.

A maior eficiência da ação de orientação profissional e intermediação de mão-de-obra deve-se a mudanças implementadas pelo Governo na execução de parcerias, que permitiram resultados mais expressivos, mesmo com menor disponibilidade de recursos. Entre essas mudanças, as mais importantes para os resultados são a alteração do critério de distribuição de recursos para os parceiros, que passou a considerar as necessidades dos mercados de trabalho locais, a integração das ações de seguro-desemprego e intermediação de mão-de-obra, e a participação dos públicos prioritários na população economicamente ativa (PEA); a ampliação e redistribuição espacial da rede de atendimento, que alcançou um total de 1.155 postos em 2006; e a implantação de convênios únicos com Estados e Municípios, com periodicidade plurianual e que prevêm a execução integrada das ações de intermediação, qualificação social e profissional e habilitação ao seguro-desemprego. Em 2006, 876,5 mil trabalhadores foram colocados no mercado de trabalho por meio das parcerias estabelecidas.

Um conjunto de iniciativas de qualificação e inserção profissional está sendo desenvolvido por meio do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE). Após uma reorientação de foco, as ações do PNPE passaram a contemplar, de forma integrada, o ciclo qualificação profissional – intermediação de mão-de-obra – colocação no mercado de trabalho. Os Consórcios Sociais da Juventude são uma das modalidades do Primeiro Emprego, implementada por meio de parceria com entidades sociais, que têm experiência de atuação com o público-alvo do Programa, que capacitam jovens e inserem no mínimo 30% deles no mercado de trabalho. Desde 2003, os Consórcios já atenderam 64,7 mil jovens.



Com base na experiência dos Consórcios e na metodologia dos arcos ocupacionais, desenvolvida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, para o módulo de qualificação do Pró-Jovem, a partir de 2006 uma nova modalidade do Primeiro Emprego foi iniciada – o Juventude Cidadã. Por meio de parcerias com Prefeituras Municipais, jovens de 16 a 24 anos, de baixa escolaridade e baixa renda, serão qualificados e pelo menos 30% deles deverão ser colocados no mercado de trabalho.

A modalidade do Empreendedorismo Juvenil fornece qualificação profissional associada ao crédito, para criar oportunidades de ocupação e renda para jovens de baixa renda, por meio do estímulo ao desenvolvimento de pequenos negócios. Inicialmente implementado em parceria com o Sebrae, essa modalidade foi aprimorada, para incluir novos parceiros. Até 2006, foram atendidos 9,1 mil jovens. Para 2007, pretende-se aprimorar a articulação das políticas ativas de emprego com outras políticas sociais do Governo Federal, notadamente o Programa Bolsa Família.

O seguro desemprego beneficiou, em 2006, cinco milhões de trabalhadores, além de 229,27 mil pescadores artesanais em período de defeso. Destaque-se, ainda, que 2,6 mil trabalhadores resgatados da condição análoga à escravidão, em decorrência de ação de fiscalização, receberam seguro desemprego em 2006. Já o abono salarial beneficiou em 2006, 11,1 milhões de trabalhadores.

#### **b) Continua a Recuperação do Mercado de Trabalho Formal**

Como resultado das políticas de emprego implementada pelo Governo e, também, da estabilidade macroeconômica e horizonte de crescimento que se abre para a economia brasileira, o País assiste a uma contínua recuperação do mercado de trabalho formal.

Em 2006, o bom desempenho do nível de emprego confirmou-se como um dos traços distintivos do último período. Nesse ano, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), foram criados 1.228.686 empregos assalariados com carteira de trabalho assinada. Tal comportamento positivo foi observado em todos os segmentos produtivos e níveis territoriais e é similar ao total registrado no mesmo período de 2005. Dessa forma, nos períodos 2003/2006 foi criada uma média mensal de 96,9 mil empregos formais.

#### **c) Aumentos Reais do Salário Mínimo**

Em consonância do Governo, em novembro de 2006, o valor real do salário mínimo acumulava crescimento de 39,2% na comparação com dezembro de 2002. No mês de abril de 2006, quando o salário mínimo foi elevado para R\$ 350,00, seu valor real alcançou o mais elevado patamar desde novembro de 1985, utilizando como deflator o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE). Outra forma de mensuração do aumento do poder de compra do salário mínimo é sua comparação com a cesta básica calculada pelo Dieese. Em outubro de 2006, o valor real do salário mínimo permitia adquirir 2,2 cestas básicas, ampliação substancial do poder de compra de março de 2003, quando propiciava a compra de 1,3 cesta.

O aumento real do salário mínimo é um dos fatores determinantes da melhoria do perfil da distribuição da renda no Brasil no período recente. A continuidade dessa política requer novo avanço estratégico, com a implementação de uma política de valorização desse salário. Nesse sentido, é importante destacar o acordo entre o Governo Federal e as Centrais Sindicais, que estabeleceu as bases para uma política de valorização do salário mínimo para o período de 2007 a 2023. O referido acordo prevê

o piso legal de remuneração em R\$ 380,00, em abril de 2007 e, a partir de 2008 até 2011, os reajustes serão definidos pela reposição da inflação mais o crescimento real do PIB. Essa política de valorização do salário mínimo será encaminhada ao Congresso Nacional, por meio de projeto de lei, prevendo que, em 2011, serão estabelecidos novos critérios de correção, para o período de 2012 a 2023.

#### d) Fiscalização dos Direitos do Trabalhador

A consolidação do quadro de Auditores Fiscais do Trabalho e o contínuo aperfeiçoamento dos mecanismos de planejamento e implementação das ações resultaram em grandes avanços das ações de fiscalização. Em 2006, foram fiscalizados 357,3 mil empresas ou locais de trabalho, com a regularização da contratação de 670 mil trabalhadores por meio da ação fiscal. No que se refere às questões de saúde e segurança do trabalho, foram realizadas, em 2006, 162 mil ações fiscais, que permitiram regularizar 768,8 mil situações de descumprimento da legislação e resultaram na imposição de 3.857 embargos e interdições.

Foi atribuída à fiscalização para erradicação do trabalho infantil e do trabalho escravo, em 2006, a mesma ênfase do período 2003/2005. A fiscalização para prevenir e reprimir a prática de trabalho de crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos resultou, em 2006, no afastamento de 12.458 crianças do trabalho. Em 2007, deverão ser estabelecidas políticas públicas voltadas para os maiores focos de crescimento do trabalho infantil no País, que são o trabalho em regime de economia familiar e o trabalho infantil doméstico, setores em que a intervenção da fiscalização do trabalho é legalmente limitada.

A fiscalização do trabalho de jovens na faixa etária de 14 a 24 anos resultou na contratação de 44 mil jovens na condição de aprendiz e no registro de 2.831 adolescentes de 16 a 18 anos. A intensificação da fiscalização indireta – com a notificação prévia às empresas para que compareçam às unidades descentralizadas e comprovem o cumprimento da lei em relação ao preenchimento das cotas de aprendizagem – mostrou-se ferramenta auxiliar importante das ações fiscais *in loco*. Em 2007, serão intensificadas as ações de fiscalização para garantir a expansão do número de contratações de aprendizes, privilegiando os grupos mais vulneráveis de jovens no acesso às vagas.

A política para erradicação do trabalho escravo, em 2006, continuou produzindo os resultados planejados. Em 2006, foram realizadas 103 operações conjuntas do MTE, Polícia Federal e Ministério Público do Trabalho, que fiscalizaram 199 fazendas e libertaram 3.308 trabalhadores encontrados em situação análoga à escravidão. O Cadastro de Infratores, que reúne o nome de empregadores flagrados explorando mão-de-obra escrava, recebeu, em dezembro de 2006, a sétima atualização, passando a conter 204 nomes de pessoas físicas e jurídicas. Esse conjunto de infratores está impedido, com base em acordo com a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e recomendação do Codefat aos bancos públicos, de contrair financiamento público.

Para que o combate ao trabalho escravo seja ainda mais efetivo, em 2007, é importante, entre outras medidas legislativas, que haja avanços na tramitação da Proposta de Emenda à Constituição que prevê a desapropriação das unidades produtivas em que for constatada a utilização de trabalho escravo.



### e) Democratização das Relações de Trabalho

Outras iniciativas relevantes foram adotadas, em 2006, no sentido de democratizar as relações de trabalho. Entre elas convém destacar: (i) a coleta de informações referentes à sindicalização por meio da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), que permitirá aferir o índice de representatividade das entidades sindicais; (ii) a criação do Sistema Integrado de Relações do Trabalho (SIRT), que passou a dotar o Governo de uma base de dados atualizada e confiável de informações relativas às entidades sindicais, negociações coletivas e outros indicadores de relações de trabalho; (iii) a valorização da negociação coletiva e composição voluntária de conflitos do trabalho, mediante a capacitação de servidores públicos e de dirigentes sindicais na área de relações do trabalho. Como resultado, a mediação de conflitos realizada por Auditores Fiscais nas Delegacias Regionais do Trabalho (DRT) têm sido mais eficiente: em 2004, 62% das mediações resultaram em acordos firmados, percentual que se elevou para 70% em 2005 e para 72% em 2006.

## 5. Inclusão Bancária e Microcrédito

A existência de um ambiente macroeconômico adequado ao investimento e à produção é fundamental para o desenvolvimento de políticas de acesso ao sistema financeiro pelos trabalhadores e microempreendedores. O Governo atuou nessas duas frentes, garantindo a estabilidade econômica e desenvolvendo políticas e medidas que permitiram ampliar o acesso aos serviços financeiros, com destaque ao crédito, elevando o padrão de consumo das pessoas de baixa renda e ampliando as possibilidades de geração de trabalho e renda entre os microempreendedores.

O Banco Central do Brasil ampliou as garantias dos depositantes, elevando o valor de cobertura proporcionada pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC), inalterado há mais de 10 anos, de R\$ 20.000,00 para R\$ 60.000,00. Além disso, incluiu os depósitos mantidos em contas não movimentáveis por cheques destinadas ao registro e controle do fluxo de recursos referentes à prestação de serviços de pagamento de salários, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares – portabilidade de salário – entre os créditos sujeitos à garantia (Resolução 3.400, de 6 de setembro de 2006).

### a) Acesso aos Serviços Bancários

#### a.1) Contas Simplificadas

Para ampliar o acesso aos serviços bancários à população excluída do Sistema Financeiro, especialmente aos trabalhadores informais e os de mais baixa renda, o Governo criou, ainda em 2003, a conta corrente e a poupança simplificada, pela qual as pessoas podem abrir contas, gratuitamente, em instituições financeiras. Essa medida, que dispensa comprovação de renda, garante cidadania, reduzindo a exclusão social e combatendo a pobreza.

A CEF, que em 2002 já contava com uma conta corrente popular – a Conta Caixa Fácil – foi a primeira instituição financeira a disponibilizar a conta simplificada no Brasil. Partindo de 1,1 milhão de contas Caixa Fácil, em 2002, no final de 2006 a Caixa já disponha de 4,7 milhões de contas simplificadas.

O Banco Popular do Brasil, criado para operar exclusivamente com microfinanças, detinha 1,3 milhão de contas simplificadas, o Banco do Brasil possuía outras 910 mil, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) 282 mil e o Banco da Amazônia (BASA) 27 mil contas simplificadas, totalizando 7,2 milhões de contas nestes bancos públicos federais, em 2006. Deste total, cerca de 5,9 milhões de contas simplificadas estavam ativas. As contas de poupança simplificadas fecharam, o ano de 2006, com 341 mil contas abertas, sendo 230 mil ativas.

Os bancos privados, que também têm operado com contas poupança simplificada e com contas eletrônicas (contas correntes normais movimentadas apenas com cartão bancário e com cobrança de pequenas tarifas), também participam do processo de inclusão bancária. Essas contas, abertas principalmente nos correspondentes bancários, ampliam o acesso aos serviços financeiros pela população de baixa renda e pela população nos Municípios com baixo ou nenhum atendimento bancário. Destaca-se, ainda, a ampliação do cooperativismo de crédito, especialmente no meio rural e nas pequenas cidades. Essas cooperativas têm desenvolvido um grande trabalho de expansão de sua base de associados, ampliado de forma qualificada o acesso aos serviços financeiros.

#### **a.2) Banco Postal**

O Banco Postal, gerido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), auxilia o desenvolvimento econômico dos pequenos municípios, ao garantir acesso a serviços bancários para mais de 45 milhões de cidadãos que não contavam com agência bancária convencional em suas localidades. Para isto, faz uso da rede de agências da ECT, que tem presença em todos os 5.563 municípios do País, além de 1.295 distritos.

Em 2006, foram instaladas 111 novas agências alcançando um total de 5.581. O serviço conta com 5,4 milhões de correntistas, sendo a sua grande maioria cidadãos com renda de até três salários mínimos.

O Banco Postal também disponibiliza o microcrédito para pessoas físicas e jurídicas com juros de 2% ao mês, os mais baixos do mercado, e limites de R\$ 600,00 e R\$ 1.000,00. Até 2006, foram efetuadas cerca de 500 mil operações, nesta modalidade de crédito.

Para 2007, estão previstas a ampliação desses serviços e melhorias na qualidade de sua prestação por meio da abertura de novas contas, do aumento da quantidade de localidades abrangidas pelo serviço, e da criação de novos canais de atendimento – como a implantação dos terminais de auto-atendimento.

#### **b) Crédito Consignado**

Em 2004, o Governo regulamentou o crédito com desconto na folha de pagamento visando ampliar o acesso ao crédito e reduzir as taxas de juros paga pelos trabalhadores assalariados e pelos aposentados e pensionistas do INSS. As operações de crédito consignado continuam crescendo, com um incremento mensal da carteira superior a R\$ 1 bilhão. No final de novembro de 2006, a carteira de crédito consignado (empresas públicas e privadas) era de R\$ 47 bilhões, representando 53,1% do total do crédito pessoal no Brasil.



O crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS tem sido responsável por uma parte significativa deste crescimento. Em 2004, foram realizadas 816 mil operações de crédito envolvendo cerca de R\$ 1,53 bilhão. Em 2005, este número saltou para 5,3 milhões de operações, com um total de R\$ 8,76 bilhões emprestados. Em 2006, foram 8,75 milhões de operações de crédito e R\$ 11,53 bilhões emprestados. No período compreendido entre a regulamentação do programa, em 2004, a dezembro de 2006, foram realizados 14,77 milhões de operações e emprestados mais de R\$ 21,82 bilhões.

No final de dezembro de 2006, o número total de empréstimos ativos era de 10,2 milhões, com um total de R\$ 17 bilhões emprestados. Os beneficiários que recebem até um salário mínimo por mês eram responsáveis por 25,6% dos contratos ativos e 16,4% do valor. Agregados todos os que recebem benefícios de até três salários mínimos, o percentual de contratos ativos chegava a 77,2% e o valor emprestado representava 60,6% do total.

Para dar uma maior transparência e reduzir as taxas de juros e outros encargos cobrados nas operações de crédito consignado para beneficiários do INSS, o Ministério da Previdência Social, com base nas recomendações do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), tem desenvolvido diversas ações, com destaque para: proibição da cobrança da TAC (Taxa de Abertura de Crédito), a partir de maio de 2006; limitação da taxa máxima de juros em 2,78% ao mês, a partir de outubro de 2006; a proibição da contratação de empréstimos por telefone; e a disponibilização em seu *site* na internet de informações atualizadas sobre as taxas de juros mensais praticadas por todos os bancos conveniados, conforme o prazo de cada empréstimo.

### c) Microcrédito Popular e Microfinanças

Em 2003, o Governo fixou o percentual mínimo de 2% dos depósitos à vista nos bancos a ser destinado ao microcrédito, com taxas de juros limitadas a 2% ao mês. Essa medida, juntamente com a abertura de contas simplificadas, possibilitou que muitas pessoas de baixa renda tivessem acesso às microfinanças e ao microcrédito.

Os recursos dos depósitos especiais para o microcrédito podem ser destinados para operações de uso livre, para microempreendedores e para o microcrédito produtivo orientado. Entre janeiro de 2004 e 31 de outubro de 2006, foram realizados 20,7 milhões de operações de microcrédito com uso livre e com taxas de juros limitadas a 2%, emprestando mais de R\$ 2,59 bilhões, conforme demonstrado no quadro a seguir. O Banco Popular e a CEF são os principais operadores dessa modalidade de crédito. Para ampliar as aplicações e utilizar os recursos disponíveis, em novembro de 2006, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução ampliando o valor máximo financiando de R\$ 600 para até R\$ 1 mil, quando destinar ao uso livre. Além disso, ampliou de R\$ 1 mil para R\$ 3 mil o saldo em contas/aplicações que os beneficiários dessas operações podem deter nas instituições financeiras.

## Operações de Microcrédito de Uso Livre ou Crédito Popular - Desembolsos Realizados

ANO	Recursos dos 2% dos Depósitos à vista	
	Número de Operações	Valor (R\$ 1.000)
2004	3.678.415	930.263
2005	9.349.924	1.063.063
2006(1)	7.655.691	598.768
<b>TOTAL</b>	<b>20.684.334</b>	<b>2.592.289</b>

Fonte: Banco Central do Brasil (Bacen)

(1) Dados até 31/10/06

Elaboração: Ministério da Fazenda

As operações de crédito destinadas a microempreendedores (microcrédito produtivo) englobam os créditos concedidos com parte dos recursos dos depósitos especiais para o microcrédito destinado especificamente para empreendedores, do PIS Empreendedor e do PASEP Empreendedor, estes dois últimos, operados respectivamente pela CEF e Banco do Brasil, com operações limitadas a R\$ 10 mil por operação.

## Operações de Microcrédito Produtivo

MICROCRÉDITO PRODUTIVO	TOTAL		Microempreendedor (Juros de 2%-DV) (2)		PIS/CEF Empreendedor			
	Número de Operações	Valor (R\$1.000)	Número de Operações	Valor (R\$1.000)	Número de Operações	Valor (R\$1.000)		
2002	61.736	425.035			61.736	425.035		
2003	22.194	144.971			22.194	144.971		
2004	480.091	531.101	362.371	250.076	31.869	219.668	85.851	61.357
2005	815.995	1.161.297	642.326	458.872	69.509	615.700	104.160	86.725
2006(1)	723.044	934.749	562.549	456.739	50.675	389.337	109.820	88.673
<b>Total Gov. Lula</b>	<b>2.041.324</b>	<b>2.772.118</b>	<b>1.567.246</b>	<b>1.165.687</b>	<b>174.247</b>	<b>1.369.676</b>	<b>299.831</b>	<b>236.755</b>

Fonte: Bacen, BB/BPB, CEF, BNB e BASA

Elaboração: Ministério da Fazenda

(1) Desembolsos até 30/11/06

(2) Dados até 31/10/2006.

Entre janeiro de 2004 e 31 de outubro de 2006, os recursos dos depósitos especiais para o microcrédito haviam sido responsáveis por financiar 1,57 milhão de operações destinadas a microempreendedores, com cerca de R\$ 1,16 bilhão em empréstimos. Destaca-se que, em 2006, apesar de 93,2% dos contratos realizados com recursos dos depósitos especiais para microcrédito serem destinados a uso livre, utilizados principalmente para o consumo, 43,3% dos recursos dessa fonte foram emprestados para microempreendedores.

Atendendo uma demanda dos microempreendedores, em novembro de 2006, o CMN ampliou o valor máximo financiando por essa modalidade de crédito, passando de R\$ 1,5 mil para até R\$ 3 mil. Também ampliou o limite de crédito, de R\$ 10 mil para R\$ 15 mil, que um empreendedor pode ter para ser enquadrado como beneficiário dessas operações, além de excluir o crédito habitacional desse cálculo para efeito de enquadramento no Programa.

### c.1) Microcrédito Produtivo Orientado

As operações de microcrédito produtivo orientado, que contam com o assessoramento dos agentes de crédito aos microempreendedores, também têm crescido após a criação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, em 2005. Considerando apenas as operações realizadas pelo BNB, por meio do Programa Crediamigo, e as operações realizadas com recursos repassados pelo BNDES, verifica-se uma expansão de mais de 50% no período de 2003/2006.

#### Operações de Microcrédito Produtivo Orientado

ANO	Desembolsos Realizados					
	TOTAL		BNB Crediamigo/PNMPO		BNDES - Programa de Microcrédito/PNMPO (2)	
	Número de Operações	Valor (R\$1.000)	Número de Operações	Valor (R\$1.000)	Número de Operações	Valor (R\$1.000)
2002	459.513	407.984	359.216	287.382	100.297	120.602
2003	552.392	507.291	434.810	368.203	117.582	139.088
2004	638.130	616.824	507.807	440.920	130.323	175.904
2005	744.530	745.689	595.742	548.237	148.788	197.452
2006 (1)	722.835	715.229	619.158	573.153	103.677	142.076
<b>TOTAL Gov. Lula</b>	<b>2.657.887</b>	<b>2.585.034</b>	<b>2.157.517</b>	<b>1.930.513</b>	<b>500.370</b>	<b>654.521</b>

Fonte: BNB, BNDES

Elaboração: Ministério da Fazenda

(1) Desembolsos até 30/11/06

(2) Parte significativa destes recursos são repassados pelos bancos privados na forma de Depósitos Interbancários de Microcrédito (DIM) para o BNB, que os empresta pelo seu Programa de Microcrédito Produtivo Orientado - CREDIAMIGO.

As instituições habilitadas a operar o programa já somam 209, sendo quatro agências de fomento, 99 cooperativas de crédito, 90 organizações da sociedade de interesse público (OSCIP) e 16 sociedades de crédito ao microempreendedor (SCM). O conjunto de instituições habilitadas atende 4.327 Municípios, por meio de 309 postos de atendimento. Os contratos já realizados pelos bancos com essas instituições já resultaram no atendimento a cerca de 290 mil empreendedores de pequeno porte.

Em conjunto com o BNDES, foi iniciado, em 2006, um plano de desenvolvimento institucional com o objetivo de capacitar gestores e operadores em microcrédito produtivo orientado, elaborar manual e disseminar o plano de contas padrão e outras práticas, revisar o marco legal do segmento e realizar formação em governança institucional. Esse plano beneficiará diretamente 100 instituições ou 930 técnicos e gestores de microcrédito.

Além disso, para ampliar a efetividade do Programa, foi iniciada, em 2006, a elaboração de um plano setorial de qualificação social e profissional para os empreendedores que tomam seus recursos – no primeiro ano, serão mil vagas para a formação em gestão de empreendimentos. Também, com base em projeto já desenhado, será iniciada experiência de articulação entre o PNMPO e os beneficiários do Programa Bolsa Família, considerando que o acesso ao crédito assistido pode ser um instrumento de estímulo e de fortalecimento a iniciativas de geração de trabalho e renda para as famílias atendidas por aquele Programa.

## 6. Política de Incentivo à Aqüicultura e à Pesca

O Governo definiu um novo modelo de desenvolvimento da aqüicultura e pesca, fundado na sustentabilidade ambiental, aumento da produção e inclusão social dos pescadores artesanais e pequenos aqüicultores. Esse modelo está viabilizando o resgate de um setor econômico importante, que responde por mais de um milhão de empregos diretos, 2,5 milhões de empregos indiretos e uma renda anual de R\$ 5 bilhões. Os pilares desse modelo são: participação social; sustentabilidade ambiental; inclusão social; desenvolvimento de toda a cadeia produtiva do pescado; e aumento da produção, do trabalho e da renda.

No ano de 2007, serão dados novos e decisivos passos para consolidar a política de desenvolvimento sustentável da pesca e aqüicultura. O desenvolvimento do setor ganha relevância num País que tem 8.500 km de costa marítima, 4,3 milhões de km<sup>2</sup> de Zona Econômica Exclusiva (ZEE) e 13,7% do total de reserva de água doce do planeta, com imenso potencial.

### a) Ações que Fortalecem a Inclusão e a Organização Social

Em 2006, foram recadastrados 391 mil pescadores artesanais, que receberam as suas carteiras em todo o Brasil. A nova Carteira do Pescador, hoje concedida sem ônus ou pagamento de taxas, identifica o trabalhador da pesca e o torna cada vez mais protegido pela legislação previdenciária e facilita o acesso às políticas públicas. O seguro defeso, concedido ao pescador no período em que a pesca está proibida, reduziu de três para um ano o tempo de comprovação do exercício da atividade para ter acesso ao benefício, e sua cobertura social praticamente dobrou, provocando um salto de 92 mil beneficiários em 2002, para aproximadamente 229,27 mil em 2006. Os recursos aplicados aumentaram 380%, de R\$ 62,7 milhões para aproximadamente R\$ 300 milhões, em 2006.

Com metodologia própria à alfabetização de jovens e adultos, o Pescando Letras leva em consideração as especificidades socioculturais das comunidades pesqueiras e já alfabetizou 100 mil pescadores. Sendo previstos, para 2007, mais 100 mil novos alunos em sala de aula.



## **b) Ações que Fortalecem o Setor da Pesca**

### **b.1) Profrota Pesqueira**

O Programa Nacional de Financiamento da Frota Pesqueira Nacional (Profrota Pesqueira) visa estimular a construção, modernização e ampliação da frota pesqueira brasileira, com estímulo a indústria nacional. Com metas que visam garantir a substituição das embarcações arrendadas por embarcações totalmente nacionais e adaptadas à realidade brasileira, o Profrota Pesqueira possibilita a exploração autônoma das riquezas de nossos recursos pesqueiros, além de modernizar a frota nacional, melhorar a rentabilidade do setor e as condições de trabalho. O Programa já contemplou 21 embarcações, no valor de R\$ 85 milhões, com mais R\$ 18 milhões para equalização de juros. Para construir, adquirir, converter ou modernizar a embarcação, os contemplados com o financiamento recebem empréstimos com encargos entre 7% e 12% e com prazos de até 18 anos para pagar. Assim, se efetiva como o programa de construção de uma frota nacional para a pesca no mar territorial, na ZEE e em águas internacionais.

### **b.2) Subvenção ao Preço do Óleo Diesel Marítimo**

A subvenção ao preço do óleo diesel marítimo passou de 12% para 20%, com o objetivo de diminuir as diferenças de custos entre os produtores nacionais e estrangeiros. Dirigida antes apenas ao setor industrial, agora também chega ao pescador artesanal. Levando-se em conta que o óleo diesel representa pelo menos 50% dos custos de um cruzeiro de pesca, a subvenção possibilita aumento na competitividade no mercado internacional e da rentabilidade dos pescadores. Assim, em 2005, 2500 embarcações estavam habilitadas e 90 milhões de litros de óleo diesel foram subvencionados, representando um investimento de R\$ 7,7 milhões. Em 2006, foram subvencionados aproximadamente 121 milhões de litros de combustível, representando um investimento de aproximadamente R\$ 26 milhões. Também em 2006, o Governo modernizou a gestão por meio da informatização, ampliando o controle e a transparência, e possibilitando um maior acesso dos pescadores artesanais ao benefício da subvenção. Ao final de 2006, a subvenção econômica foi ampliada novamente, para 25%, melhorando ainda mais as condições para a pesca em 2007.

### **b.3) Crédito aos Pescadores Artesanais**

Combinando o incentivo à pesca industrial com o apoio à pesca artesanal, foram produzidos importantes canais de abertura e acesso ao crédito para o pescador e o pequeno e médio aquícultor, seja por meio do Pronaf, seja dos Fundos Constitucionais (FNO, FNE, FCO) ou de outras carteiras de créditos que foram estimuladas a se adaptarem à demanda do setor pesqueiro/aquícola. Com isso, utiliza-se o sistema financeiro público como instrumento estratégico de desenvolvimento da atividade pesqueira. Entre 2003 e 2006, foram realizados cerca de 100 mil contratos, ofertando cerca de R\$ 600 milhões para custeio, investimento e comercialização aplicados na pesca artesanal e na aquícultura familiar. É meta para 2007 a desburocratização do acesso ao crédito, a especialização das linhas existentes de acordo com as necessidades dos tomadores, e a criação de novas linhas ou adaptação de algumas existentes para que atendam essas necessidades.

#### **b.4) Assistência Técnica e Desenvolvimento Tecnológico**

O Programa de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aqüícola beneficiou, em 2006, pescadores e aqüicultores em todos os Estados. A pesquisa e a geração de novas tecnologias tiveram um investimento de R\$ 18,8 milhões em diversas ações nas áreas de aqüicultura e pesca, com a integração de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico de grupos de pesquisa das universidades e outras instituições brasileiras.

#### **b.5) Parques Aqüícolas**

Os Parques Aqüícolas tiveram seu marco regulatório definido em 2004, contemplando o modelo de gestão de uso e ocupação das águas federais, tendo sido emitidos os primeiros títulos de autorização de uso.

Em 2006, foram realizados estudos de zoneamento para garantir a inserção da aqüicultura como forma legítima de produção, com a execução de 44 projetos. Foram demarcados e estão em processo de regularização parques nos reservatórios de Itaipu, no Paraná e Castanhão, no Ceará. Na Serra da Mesa foi feita a primeira cessão de uso de águas da União para uma unidade demonstrativa. Também está em curso a demarcação de parques nos lagos das hidrelétricas de Furnas e Três Marias, no Estado de Minas Gerais; em Ilha Solteira, na divisa entre São Paulo e Mato Grosso.

Em 2007, serão concluídos os estudos de zoneamento para garantir a inserção da aqüicultura, marinha e continental, como usuário legítimo da água, numa perspectiva de ordenamento e gestão participativa, minimizando conflitos e direcionando investimentos em infra-estrutura para espaços territoriais pré-selecionados. Também serão implementados os estudos para demarcação dos Parques Aqüícolas nos reservatórios de Itaparica, Moxotó e Xingó entre os Estados de Pernambuco e Bahia e Sobradinho, na Bahia, e Balbina, no Amazonas.

Os parques aqüícolas marinhos proporcionarão a regularização de cerca de 1.200 maricultores e a geração de cerca de seis mil empregos diretos. Estão em construção dois laboratórios de produção de peixes marinhos em São Paulo e na Bahia e 24 unidades demonstrativas de maricultura estão sendo instaladas em Santa Catarina, Alagoas e Bahia, com previsão de conclusão em 2007. A marca do próximo período será a produção de pescado em águas da União, nos reservatórios de hidrelétricas e na costa marítima.

#### **c) Incentivo à Exportação de Pescado Brasileiro**

Missões e intercâmbios internacionais foram viabilizados em parceria com a APEX-Brasil para divulgar o pescado brasileiro e promover a exportação. O foco predominante é a exportação de peixes nativos brasileiros, os quais, apesar da elevada qualidade, são ainda pouco conhecidos no mercado internacional. Para tanto, foram elaborados materiais de divulgação nos idiomas dos principais mercados importadores, para ações de capacitação da oferta exportadora e para a participação em importantes eventos internacionais do setor de pesca e aqüicultura. As primeiras exportações oficiais de peixes nativos da Amazônia e Pantanal, oriundos do cultivo, são frutos desta política. Também com o setor exportador de camarões foram buscados mercados alternativos



na Europa e na Ásia, diante das barreiras comerciais impostas pelos EUA. Além disso, as exportações de tilápia de cultivo duplicaram. A exportação de pescados das empresas participantes no Projeto chegou a U\$ 45 milhões, com estimativa de U\$ 50 milhões para 2007.

#### d) Investimento na Cadeia Produtiva

O Programa Nacional de Terminais Pesqueiros Públicos (TPPs) está promovendo a reforma ou a construção de 19 terminais pesqueiros de porte médio e grande. Em 2006, foi inaugurado o terminal de Laguna, o mais moderno da América Latina. O de Manaus tem inauguração prevista para 2007 e suportará uma capacidade de 200 toneladas de peixe, por dia. O Terminal de Cabedelo, no Estado da Paraíba, está em obras, com um investimento de R\$ 6 milhões. Além desses, continuam sendo implantados os Terminais de Cananéia e Santos, Santana, Natal, Belém e Camocim. Várias unidades frigoríficas, entrepostos de pescado e 27 fábricas de gelo também continuarão a ser implantados em 2007, com o objetivo de estruturar as comunidades pesqueiras.

## 7. Reforma Agrária e Agricultura Familiar

### a) Desenvolvimento Sustentável para o Meio Rural

A criação e consolidação de um conjunto de políticas permanentes voltadas para a promoção econômica e de acesso a direitos pelos agricultores familiares, assentados da reforma agrária e comunidades tradicionais, constituem-se em um dos principais avanços deste Governo.

O reconhecimento público da importância econômica e social da agricultura familiar e das comunidades rurais tradicionais para a segurança alimentar e para o desenvolvimento do País, aliado à incorporação de seus interesses na política internacional do Governo brasileiro, expressa as conquistas desse setor, cuja participação econômica no PIB total do País atinge 10%, sendo responsável por 40% do valor bruto da agropecuária e pela maior parte da produção nacional de alimentos.

A política de reforma agrária teve seu maior desenvolvimento nos últimos quatro anos na definição e implementação do II Plano Nacional de Reforma Agrária, amplamente discutido com os movimentos sociais. O Plano representa uma mudança no modelo e consolida a Reforma Agrária como geradora de postos de trabalho no campo, capaz de contribuir fortemente com as políticas de soberania alimentar e combate à pobreza.

O ano de 2007 tem como prioridade a ampliação e a consolidação das políticas que integram e compõem a estratégia de desenvolvimento rural sustentável.

## **b) Uma Reforma Agrária de Qualidade**

### **b.1) Avanços na Reforma Agrária**

As mudanças na implementação da reforma agrária, desde 2003, que passou a incorporar as especificidades de cada público e região do País, estão orientadas para a viabilidade econômica, sustentabilidade ambiental e desenvolvimento territorial.

A ênfase está na qualificação da reforma agrária em curso, na melhoria das condições de trabalho, instrução, produção, enfim, das condições de vida dos assentados. O programa garante, além do acesso à terra, a infra-estrutura social, as estradas, a energia elétrica, o acesso a direitos e o apoio à produção e à comercialização.

As prioridades na Reforma Agrária são: (i) a ampliação da capacidade de assentamentos; (ii) a busca de alternativas integradas com as dinâmicas das economias locais/territoriais; (iii) a continuidade dos investimentos em infra-estrutura que garantirá a redução do passivo existente; e (iv) a consolidação de parcerias com as entidades representativas dos movimentos sociais, para atividades relativas ao fortalecimento da gestão de empreendimentos sociais/produtivos nos projetos de assentamento.

Importante destacar a intensificação da atuação governamental na região Norte do País, fortalecendo o combate à grilagem e a retomada de terras públicas, destinando-as à criação de novos assentamentos. Essas ações, conjuntamente com a edição de normas que regulamentam a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, possibilitaram a regularização de posses com área entre 100 e 500 hectares naquela região e têm contribuído para a redução dos índices de desmatamento na Amazônia Legal e da violência no campo.

O Governo investiu no fortalecimento institucional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Foi instituído um novo plano de cargos, aprovada a nova estrutura organizacional da autarquia e nomeados mais de 1.300 servidores selecionados no concurso realizado em 2005. Somando-se os nomeados desde 2003, cerca de 1.800 novos servidores passaram a integrar o quadro do Incra, representando um aumento de mais de 40% na sua força de trabalho.

### **b.2) Maiores Investimentos em Obtenção de Terras e Novos Assentamentos**

Em 2006, foram assentadas 136.358 famílias, totalizando 381.419 no atual Governo. A média anual de assentamentos atingiu 95.354 famílias. A área destinada à reforma agrária no último ano, com a criação de 717 projetos de assentamentos, é da ordem de 9.402.089 hectares, o que totaliza mais de 31,6 milhões de hectares destinados à reforma agrária neste Governo, constituindo-se no melhor desempenho da história do Incra.

## Assentamento de Famílias/ Implantação de Projetos

A N O	Famílias Assentadas	Implantação de Projetos	
		Qtd. Projetos	(Área / ha)
2003	36.301	320	4.573.173
2004	81.254	426	3.511.434
2005	127.506	880	14.193.094
2006	136.358	717	9.402.089
<b>TOTAL</b>	<b>381.419</b>	<b>2.343</b>	<b>31.679.790</b>

Fonte: Sipra/Incra

Os recursos aplicados em obtenção de terras tiveram uma ampliação expressiva, passando de R\$ 409 milhões, em 2003, para R\$ 1,37 bilhão, em 2006, criando condições para o cumprimento das metas de assentamento definidas no II PNRA e garantindo o acesso a áreas emblemáticas para a reforma agrária e para os trabalhadores rurais.

**b.3) Qualificação na Reforma Agrária**

Em 2003 havia um grande passivo nos assentamentos criados, uma enorme carência de abastecimento de água e energia elétrica, infra-estrutura, acesso a estradas e assistência técnica. Para reverter esta realidade, o Governo nos últimos quatro anos investiu mais de R\$ 2 bilhões em ações de qualificação dos assentamentos. Paralelamente, foram ampliadas as equipes técnicas que atuam na execução e acompanhamento das ações em campo, além de investimentos crescentes na formação e capacitação dessas equipes.

A assistência técnica aos assentados foi retomada, com a criação do Programa de Assessoria Técnica Social e Ambiental (ATES), que, conjuntamente com os demais instrumentos, elevou o número de assentados atendidos para mais de 555 mil famílias.

Nesse período houve um significativo crescimento dos recursos destinados ao crédito de apoio e instalação. Os valores que viabilizam a manutenção das famílias até o início da produção, habitação, construção e reforma, e cisternas no semi-árido, passaram de R\$ 4,5 mil para até R\$ 11,3 mil por família. Além dos limites, os montantes investidos também foram ampliados, de R\$ 191 milhões, em 2003, para aproximadamente R\$ 900 milhões, em 2006. Outro importante avanço foi o estabelecimento de parceria com a Caixa Econômica Federal para, através da Carta de Crédito Individual (FGTS), a construção e recuperação de unidades habitacionais em projetos de assentamentos do Incra.

O Programa Nacional de Educação do Campo (Pronea) ampliou o acesso à educação formal de jovens e adultos assentados, atendendo, em 2006, cerca de 57 mil alunos. Além de promover a redução do analfabetismo, foram implantados cursos superiores em diversas áreas do conhecimento, como engenharia agrônoma, história, ciências agrárias, pedagogia e formação de professores.

#### **b.4) Programa Nacional de Crédito Fundiário**

O Programa Nacional de Crédito Fundiário foi reorganizado por meio do diálogo social, preservando a estratégia descentralizada e assumindo um papel complementar à reforma agrária, para viabilizar o acesso à terra por trabalhadores rurais. São linhas de crédito para o financiamento de imóveis e investimentos em infra-estrutura básica e produtiva em áreas não passíveis de desapropriação. Em 2006, o Programa beneficiou mais de 15 mil famílias, com o investimento da ordem de R\$ 427 milhões, aplicando a sua maior parte nos municípios com menor índice de desenvolvimento humano.

#### **b.5) Regularização Fundiária**

As atividades de cadastro e regularização fundiária, que há mais de uma década haviam sido paralisadas, foram retomadas no atual Governo, com ênfase na região da Amazônia Legal. Estão sendo realizadas ações utilizando-se a tecnologia do georreferenciamento, por meio de convênios com órgãos federais, estaduais e municipais. Como exemplo, podem ser citadas as realizações no Estado do Pará, onde em 2006 foi concluída a rede geodésica física e realizado mapeamento com imagem de radar de 75% da área do Estado em convênio com o Sipam/Sivam. Aliada a essas ações está a revisão das normas que disciplinam o registro de propriedades na região. No final de 2005, foi aprovada a Lei nº 11.196, que define parâmetros para a regularização das posses entre 100 e 500 hectares. Os procedimentos para essas regularizações já foram editadas pelo Incra, em 2006.

Em 2006, o Programa de Apoio aos Estados para Implantação do Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil, que atua por meio de convênios estabelecidos com 15 Estados, promoveu o cadastramento de mais de 16.000 imóveis rurais e a titulação de outros 4.623, viabilizando uma vinculação consistente entre a situação real (de campo), o cadastro (sistema) e o registro de imóveis (cartórios).

Para 2007 está prevista a intensificação do georreferenciamento de imóveis rurais direcionado para grandes obras e/ou regiões prioritárias, impulsionando a ação do Poder Público brasileiro nessa temática.

#### **b.6) Projeto Dom Helder Câmara**

O Projeto de Desenvolvimento Sustentável para os Assentamentos da Reforma Agrária no Semi-Árido do Nordeste – Projeto Dom Helder Câmara, apresentou avanços significativos no ano de 2006. Mais de 11 mil famílias foram beneficiadas com assistência técnica permanente, o que representou uma ampliação de duas mil famílias em relação a 2005.

Na área de comercialização, 2,5 toneladas de mel foram comercializadas para a Merenda Escolar, em articulação com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e duas feiras implementadas para comercialização de produtos agrícolas. Foram beneficiados com educação do campo e convivência com o Semi-árido cerca de 10.000 alunos. Em relação aos recursos hídricos, foram irrigados 50 hectares em pequenas propriedades rurais, duas barragens sucessivas construídas e 50 km de adutoras implantadas. Com relação ao cooperativismo, cinco Cooperativas de Crédito foram apoiadas para constituição e operação, e constituídos nove Fundos Rotativos, além da capacitação de 400 professores em educação do campo e convivência com o Semi-árido.



O fortalecimento das ações já existentes criará condições para que as famílias ou comunidades adquiram autonomia, com segurança hídrica, alimentar, produção e condições de comercialização. Esse projeto continuará a implementar ações estruturantes, em 2007, para autonomização dessas famílias.

### c) Apoio à Agricultura Familiar

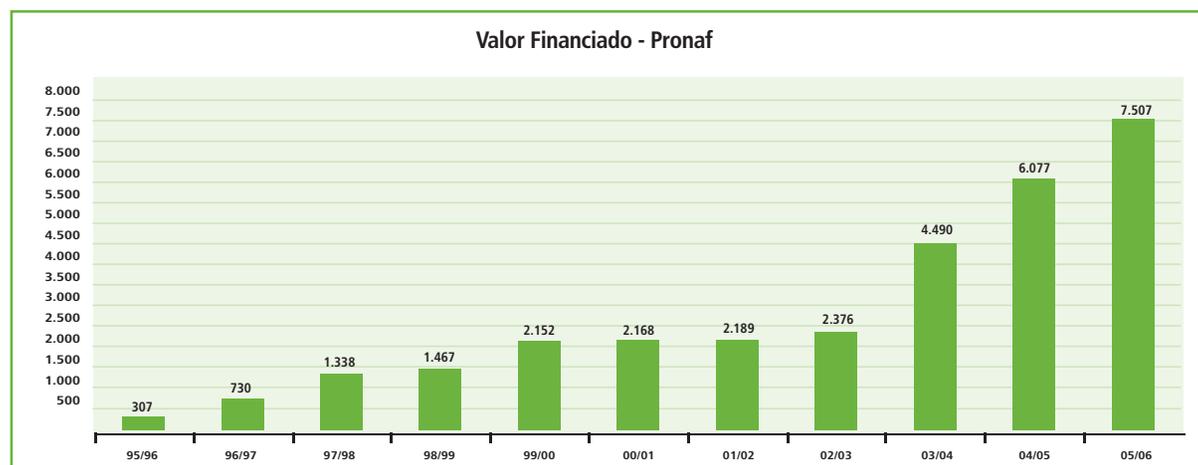
O ano de 2006 marca um momento importante para a agricultura familiar, com a aprovação e início da vigência da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que instituiu a Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. A Lei reconhece a agricultura familiar como segmento produtivo e consolida a existência de políticas públicas especificamente voltadas para a agricultura familiar.

A safra 2006/2007 marca também um enorme crescimento do Pronaf, em particular da sua ação de crédito, bem como a consolidação dos mecanismos de seguro ao produtor, com o recém-criado “Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar”. Agora, além da garantia de renda para a família alicerçada pelas ações de “Seguro da Agricultura Familiar” e “Garantia Safra”, que protegem a produção em caso de perdas por problemas climáticos, o produtor também estará segurado contra queda de preços na época da comercialização da produção. Esses instrumentos proporcionam um ambiente de estabilidade, estimulando o aumento da produção e da renda.

#### c.1) Ampliação do Crédito

Os dados da aplicação de crédito ao amparo do Pronaf demonstram a prioridade dada à agricultura familiar neste Governo. Os empréstimos do Pronaf chegaram a R\$ 7,5 bilhões na safra 2005/2006, com recursos previstos da ordem de R\$ 10 bilhões na safra 2006/2007. O número de contratos realizados pelo Programa chegou a mais de 1,9 milhão na safra 2005/2006 e deverá atingir dois milhões na próxima safra.

Evolução do Volume de Crédito ao Amparo do Pronaf, Safra 1995/1996 – 2005/2006 (em R\$ milhões)



Fonte: Pronaf/SAF/MDA

## Evolução do Número de Contratos ao Amparo do Pronaf, Safra 1995/1996 – 2005/2006 (em milhares de contratos)



Fonte: Pronaf/SAF/MDA

O Pronaf é hoje uma política implementada em todo o campo brasileiro, estando presente em 5.360 Municípios. Houve um esforço muito grande no sentido de reverter a concentração de recursos no Centro-Sul do País. O quadro a seguir revela o resultado desse esforço, podendo-se notar um significativo aumento da participação da região Nordeste. Vale salientar, também, que os valores absolutos foram ampliados em todas as regiões, tanto em número de contratos como no montante de recursos.

## Evolução da Distribuição Regional do Pronaf

Região	2002/2003		2002/2003		Evolução	
	Contratações		Contratações		VF	NC
	Valor (R\$) VF	Nº de Contratos NC	Valor (R\$) VF	Nº de Contratos NC		
Centro-Oeste	186.663.776	30.104	532.337.056	67.443	185%	124%
Nordeste	393.094.834	285.595	1.888.484.848	805.131	380%	182%
Norte	201.081.157	35.145	718.118.253	101.420	257%	189%
Sudeste	389.899.633	118.358	1.470.931.034	303.623	277%	157%
Sul	1.205.702.271	435.009	2.928.615.987	630.820	143%	45%
<b>Total Global</b>	<b>2.376.441.672</b>	<b>904.211</b>	<b>7.538.487.179</b>	<b>1.908.437</b>	<b>217%</b>	<b>111%</b>

Fonte: Agentes Financeiros – Dados atualizados Bacen: até 06/2006; Bancoob até 11/2006; Bansicredi: até 11/2006; Basa: até 11/2006; BB: até 11/2006; BN: até 10/2006 e BNDES: até 07/2006 últimos três meses sujeitos a alterações.



Novas linhas de financiamento foram implementadas, com destinação aos jovens, às mulheres, à agroecologia e, a partir da safra 2006/2007, também à comercialização, com taxa de juros de 4,5% ao ano. Além disso, foram criadas linhas de financiamento de cotas-parte aos associados de cooperativas de produção, aos agricultores familiares do Semi-árido e foram instituídos três financiamentos de custeio para os agricultores familiares assentados.

O Pronaf também cresceu em eficiência. Houve significativa economia de recursos do Tesouro Nacional, com a redução dos custos com equalização e modificação de procedimentos administrativos, fruto das ações em parceria com os agentes financeiros, o que resultou em expressiva redução no tempo empregado pelos agricultores para obtenção do crédito.

Ações como a redução do *spread* médio em 26,1%, e de 42,9% das taxas administrativas bancárias nas operações de financiamento resultaram em economia de mais de R\$ 55 milhões para o Tesouro Nacional. Houve economia de recursos também com a utilização de fontes sem custo: foi assegurado que pelo menos 8% das exigibilidades bancárias do crédito rural sejam aplicadas nos financiamentos do Pronaf.

Foi realizado um trabalho continuado para minimizar o processo de endividamento de agricultores. Foram editadas leis e resoluções do Conselho Monetário Nacional, possibilitando que a quase totalidade dos agricultores familiares que tinham dívidas contraídas até 31 de dezembro de 2005 pudessem efetuar os ajustes junto aos agentes financeiros, regularizando o seu cadastro.

A expansão do crédito e os demais avanços obtidos possibilitam, em 2007, direcionar os esforços para aumentar a eficácia e a efetividade do crédito por meio da ampliação e da qualificação dos serviços de assistência técnica e extensão rural voltados para a modificação dos sistemas de produção, para o aumento da renda e a sustentabilidade ambiental. Assim o crédito será expandido para setores mais empobrecidos, por meio de ações integradas das políticas de apoio à produção e de acesso a direitos sociais e à segurança alimentar.

### c.2) Seguro da Agricultura Familiar (Seaf)

O Seguro foi disponibilizado aos agricultores familiares a partir da safra 2004/2005. Na primeira safra, mais de 550 mil empreendimentos foram amparados. Com a ocorrência da maior seca dos últimos 60 anos na região Sul, o Seaf foi um importante instrumento para minimizar o problema, evitando que se configurasse uma grave crise social no campo.

Dentre os principais avanços alcançados pelo Seaf estão o desenvolvimento de ações integradas com o sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), visando a gestão de riscos na agricultura familiar e a promoção do uso de tecnologias adequadas que incluíram a adoção de medidas preventivas contra eventos agroclimáticos adversos. As culturas anuais incluídas no zoneamento agrícola foram ampliadas de seis para 20.

Na safra 2005/2006, o programa atingiu 580 mil adesões conforme demonstra o quadro a seguir, tendo viabilizado o pagamento de benefícios a mais de 133 mil agricultores familiares.

Safra 2004/2005	Nº DE EMPREENDIMENTOS	VALORES (R\$)
Nº DE ADESÕES	553.565	2.549.867.145,55
COMUNICADOS DE OCORRÊNCIA DE PERDA - COP	270.612	1.188.618.972,76
COBERTURAS PAGAS	242.117	794.645.316,06
Safra 2005/2006	Nº DE EMPREENDIMENTOS	VALORES (R\$)
Nº DE ADESÕES	580.384	2.513.308.489,65
COMUNICADOS DE OCORRÊNCIA DE PERDA - COP	149.417	645.998.794,73
COBERTURAS DEFERIDAS	134.326	392.262.662,55
COBERTURAS PAGAS	133.731	392.522.531,77

Fonte: Bacen – dez. 2006.

Os avanços e o crescimento do seguro têm permitido identificar necessidades de aprimoramento do Programa, inclusive quanto ao arcabouço institucional e sua estrutura de gestão, o que se constitui em um desafio para o próximo período.

### c.3) Garantia Safra

Para atender às especificidades da região do Semi-árido, implementou-se o Garantia-Safra por meio da atuação conjunta dos governos Federal, Estaduais, Municipais e entidades sindicais, com contrapartida dos beneficiários. Na safra 2005/2006, o Garantia-Safra atingiu um total de 356.584 famílias, o que representa um aumento de 24% em relação à safra anterior e de 78% em relação ao primeiro ano de implementação (safra 2002/2003). Um dos principais motivos para essa evolução é a consolidação do Programa junto aos atores envolvidos, principalmente aos agricultores familiares e à sociedade civil organizada.

### c.4) Assistência Técnica

No período 2003/2006, foi construída a política nacional Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), por meio do diálogo social. A implementação dessa política conta com a participação de instituições públicas (27 empresas estaduais, empresas municipais, universidades e a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) e privadas (cooperativas e organizações não-governamentais). A ampliação dos recursos aplicados de R\$ 21,3 milhões, em 2003, para R\$ 108,5 milhões, em 2006, viabilizou a expansão da cobertura de 107 mil agricultores, em 2003, para 1,8 milhão, em 2006, com a incorporação de cinco mil novos profissionais em campo (o número total já chega a 20 mil no País).

É importante ressaltar que o fortalecimento do trabalho das instituições governamentais e não-governamentais está baseado em mecanismos transparentes para a seleção de projetos e repasse de recursos, que são as Chamadas para Projetos e os Termos de Referência lançados anualmente, e no estímulo à organização das entidades em redes para prestação dos serviços.



O Sistema Nacional de Assistência Técnica (Sibrater), que teve suas diretrizes definidas em 2006, deverá ser implementado e consolidado como instrumento de integração das ações. Em 2007, planeja-se a viabilização da universalização do acesso à assistência técnica, com a ampliação da dotação orçamentária da União e dos Estados, e a criação de mecanismos de financiamento permanente, aperfeiçoando a legislação que regulamenta a descentralização de recursos às entidades parceiras e o fortalecimento da capacidade de coordenação institucional do Governo Federal.

#### c.5) Apoio à Comercialização

O Governo tem apoiado fortemente o processo de comercialização da agricultura familiar. Em 2006, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) passou a ter dotação orçamentária também no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), tendo sido criada uma nova modalidade: Formação de Estoques pela Agricultura Familiar. Foram investidos aproximadamente R\$ 80 milhões nessa modalidade, contemplando a compra de alimentos de 22 mil agricultores. A formação de estoque complementou as demais modalidades já desenvolvidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e sua consolidação se dará por meio da ampliação da participação do PAA nas compras governamentais, em especial, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Na safra 2006/2007 foi criada a linha Pronaf Comercialização, que viabiliza o custeio do beneficiamento, industrialização ou ainda a formação de estoques pelos agricultores familiares. Os limites individuais são de até R\$ 5 mil e de R\$ 2 milhões para as agroindústrias ou cooperativas, com juros de 4,5% ao ano e prazo de pagamento de até 12 meses.

Estão sendo criadas as condições para ampliar o acesso dos agricultores familiares, assentados da reforma agrária e comunidades tradicionais a novos mercados. Uma ação importante é o Programa Nacional de Agroindústria Familiar, com ações de apoio à criação e ampliação de unidades agroindustriais, cujos resultados estão apresentados no quadro a seguir.

#### Quadro de Resultados Alcançados pelo Programa de Agroindústria (período 2003 - agosto 2006)

Especificação de meta	Unidade	Resultados alcançados (por período)				
		2003	2004	2005	2006	2003-2006
Agroindústrias apoiadas	Número	195	1.690	2000	2.400	6.285
Famílias apoiadas	Número	1.170	10.140	16.000	19.200	46.510
Crédito Rural aplicado	R\$ 1.000,00	15.700	47.694	70.000	84.000	217.394

Fonte: MDA

Em 2006, importantes avanços normativos de interesse das agroindústrias familiares merecem ser registrados, como: i) o aperfeiçoamento do marco legal para facilitar a instalação e o funcionamento das agroindústrias; ii) a aprovação do Sistema Único de Assistência à Sanidade Animal (Suasa), sob coordenação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que deverá ter sua implementação efetivada a partir de 2007; e iii) a aprovação de resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) que simplifica os procedimentos de licenciamento ambiental das pequenas agroindústrias.

Para o estímulo à diversificação produtiva, investiu-se, na produção orgânica, na produção de plantas medicinais e produtos da biodiversidade e também no turismo e no artesanato. Um bom exemplo dessas ações é o projeto “Caras do Sertão”, no qual um grupo de produtoras familiares da região Nordeste tem conseguido inserir sua produção artesanal em mercados sofisticados do Centro-Sul do País.

#### **c.6) Produção de Biodiesel pela Agricultura Familiar**

A agricultura familiar tem tido sua produção fortalecida por meio do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB). O MDA concedeu o Selo Combustível Social a oito empresas de biodiesel, fazendo com que mais de 60.000 agricultores tenham a compra de sua produção garantida. Foram investidos recursos da ordem de R\$ 5 milhões em projetos de formação de pólos de produção de matérias-primas para biodiesel. Em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), o MDA tem estimulado a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologia de baixo custo para extração de óleos vegetais e para detoxicação da torta de mamona, visando dar maior competitividade à produção familiar no Programa.

Na safra 2006/2007 foi criado o Pronaf Biodiesel, que permite ao agricultor celebrar crédito para plantar sua lavoura e contratar novo crédito para o plantio de oleaginosas no mesmo ano agrícola. Essas ações criam as condições para ampliar a participação da agricultura familiar e dos assentamentos da reforma agrária no PNPB, tanto como fornecedores de matéria-prima, como na produção do óleo (esmagamento), por meio de projetos com a participação da Petrobras, BNDES e agricultores, promovendo melhorias no desempenho agrícola das oleaginosas e aumento da renda líquida dos agricultores.

#### **d) Desenvolvimento Territorial**

Desde 2003, quando criou uma estrutura específica para este fim, o Governo incorporou a abordagem territorial na formulação e implementação dos processos de desenvolvimento rural sustentável. Buscando superar a fragmentação e desarticulação das diversas ações, o Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais constituiu 118 territórios rurais nas 27 Unidades da Federação, abrangendo 1.833 Municípios, com uma população de cerca de 39,7 milhões de pessoas (22,46% do total brasileiro) e correspondendo a uma área de 3.101.227 Km<sup>2</sup> (36,4% da área total do País). Nesses territórios concentram-se 44,3% dos beneficiários diretos das ações do MDA. Os recursos totais aplicados pelo Programa, em 2006, foram de R\$ 152,6 milhões.

Em consonância com a estratégia de envolver os atores locais na construção de planos de desenvolvimento, foram constituídos Colegiados Territoriais em 97 dos 118 territórios rurais, nos quais foram discutidos e deliberados os projetos de infra-estrutura e serviços apoiados, no montante de R\$ 131,17 milhões, beneficiando 1.892 Municípios, em 2006. Como forma de garantir os



processos de sensibilização e mobilização dos atores territoriais, foram investidos recursos da ordem de R\$ 11,5 milhões na formação de 30.000 agentes de desenvolvimento, elaborados 96 Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) e 38 planos safra-territorial, que visam ordenar e adequar as políticas públicas de âmbito nacional, tais como o crédito rural, a assistência técnica e extensão rural.

No Projeto de Fomento e Cooperativismo da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Coopersol), foram executadas ações, em 2006, como a capacitação de dirigentes de cooperativas e cooperados, fortalecendo a gestão social desses empreendimentos e, também, a construção de sedes de cooperativas, bases de serviços ou pontos de atendimento, além da compra de equipamentos e programas de informática que permitem a dinamização e/ou o funcionamento das cooperativas, viabilizando, assim, a capacitação de 4.680 pessoas.

#### e) Política Internacional e Agricultura Familiar

No período 2003/2006, foi desenvolvido um trabalho inédito de inserção da agricultura familiar no processo de integração do Mercosul. Depois de várias negociações, foi aprovada pelo Grupo do Mercado Comum, instância máxima decisória do bloco, a Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (Reaf). Ela se constituiu numa referência para o bloco porque, desde sua aprovação, a sociedade civil participa diretamente das discussões e das decisões. É apoiada pelo Fundo de Investimento para o Desenvolvimento Agrícola (Fida) e mantém uma forte dinâmica de trabalho, especialmente na temática de gênero, crédito, seguro agrícola, comercialização e reforma agrária e acesso à terra.

Outro ponto culminante à atuação internacional em relação à agricultura familiar foi a realização da II Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (CIRADR), da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), no Brasil, em março de 2006. A CIRADR teve a presença de 96 delegações, que discutiram mais uma vez, após 27 anos, o tema terra e Reforma Agrária em âmbito internacional, o que contribuiu para a incorporação na agenda internacional da discussão sobre a terra. O evento contou, pela primeira vez na história da FAO, com a presença da sociedade civil na organização da conferência e nos trabalhos desenvolvidos.

Para 2007, é preciso consolidar as propostas formuladas pelo MDA em negociação na OMC e que foram incorporadas pelo G20, de modo a garantir a coerência entre as negociações multilaterais e as prioridades da política nacional de desenvolvimento rural e de segurança e soberania alimentar, e trabalhar para garantir um acordo mais equilibrado na negociação entre o Mercosul e a União Européia.

#### f) Programa Arca das Letras

Como parte das ações para garantir o acesso a direitos fundamentais às populações rurais, o Governo implementou e consolidou uma política de incentivo e acesso à leitura para o meio rural brasileiro, com Programa de Bibliotecas Arca das Letras. Ao disponibilizar às comunidades rurais informações e literatura de acordo com seus interesses e necessidades, esse Programa está contribuindo para o desenvolvimento do trabalho, da educação e do lazer no campo. Além disso, estimula a leitura em ambiente familiar e contribui para a redução da evasão escolar.

O acesso à leitura ocorre por meio de bibliotecas móveis, no formato de caixas-estantes, e o trabalho de 2.350 agentes de leitura em assentamentos da Reforma Agrária e em comunidades de agricultores familiares e quilombolas. Em 2006, foram 1.243 Bibliotecas Rurais implantadas em 692 Municípios de 24 Estados. Foram distribuídos mais de 303 mil livros e atendidas 133 mil famílias do campo. O Programa Arca das Letras também implantou 77 bibliotecas nas Escolas Famílias Agrícolas e Casas Familiares Rurais de 76 Municípios de oito Estados, apoiando os processos educacionais da pedagogia da alternância no meio rural. Em 2007, esse Programa continuará a ser implementado, ampliando o número de beneficiários.

## 8. Desenvolvimento Regional

Em 2006, o Governo concentrou esforços na consolidação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que retomou o planejamento estratégico com base em um modelo fundamentado nos conceitos do planejamento e gestão territorial, objetivando a redução das desigualdades regionais. A PNDR define mecanismos e instrumentos para implementação de políticas públicas, tendo sido enfatizada a articulação das políticas entre os entes federados e a participação da sociedade para fortalecer a integração, a racionalização de ações e o controle social.

### a) Implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional

Um dos instrumentos da PNDR é a elaboração dos Planos Macrorregionais do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste. Em 2006, o Governo concluiu a versão preliminar desses Planos, sendo que o Plano Amazônia Sustentável passou pela fase de consultas públicas. Em 2007 esses Planos serão debatidos e aperfeiçoados já sob a coordenação das novas Superintendências Regionais de Desenvolvimento do Nordeste e Amazônia (Sudene e Sudam), criadas por leis complementares em janeiro de 2007.

Em relação à Transnordestina, foi definida a modelagem econômico-financeira de financiamento do empreendimento com a seguinte composição de fontes de recursos: Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE): R\$ 2.227 milhões; Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) R\$ 823 milhões e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES): R\$ 400 milhões; além de recursos próprios da concessionária privada na ordem de R\$ 1.050 milhão, totalizando um investimento de R\$ 4,5 bilhões. As obras tiveram início, em 2006, no trecho de 10 km a contar de Missão Velha/CE em direção a Salgueiro/PE. Ainda em 2007, terá início a construção do trecho Salgueiro – Araripina.

Os programas de desenvolvimento regional implementados em escala sub-regional apoiaram a organização dos atores socioeconômicos, a capacitação local, o associativismo e, principalmente, o fortalecimento de núcleos e arranjos produtivos locais. Nesse enfoque, destacam-se as ações realizadas, prioritariamente, por meio dos programas regionais Promeso, Conviver, Faixa de Fronteira, Promover e Produzir em 13 Mesorregiões, em nove subespaços do Semi-árido Nordeste e em cinco cidades-gêmeas fronteiriças aos vizinhos sul-americanos.

No Alto Solimões, merecem ênfase as ações de organização da atividade produtiva da pesca. A região apresenta características peculiares pela sua localização e difíceis condições de acesso, inclusive entre os Municípios que a compõem, e por essa razão foi implantada a Rádio AM Mesorregional, com sede em Tabatinga. Trata-se do primeiro veículo falado de comunicação com conteúdo educativo e cultural que facilitará a integração de nove Municípios da Mesorregião e parte da Colômbia e do Peru.



Na Chapada do Araripe, as ações voltaram-se para a atividade produtiva da ovinocaprinocultura, com resultados expressivos na organização para a produção e melhoria da qualidade do rebanho. Essa mesma atividade é apoiada na Mesorregião de Xingó, destacando-se a criação de uma unidade móvel de assistência ao pequeno produtor rural para promover a sanidade e o aprimoramento genético dos rebanhos. Outros setores produtivos receberam apoio expressivo, tais como apicultura, produção de gesso, calcário cariri e artesanato. Um projeto de grande importância no arranjo produtivo local da apicultura refere-se à construção do Centro Tecnológico da Apicultura (CTA) em Picos/PI, parceria entre o Ministério da Integração Nacional (MI) e a Codevasf, Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e o Governo do Estado do Piauí, com capacidade para processar cerca de 1.800 toneladas/ano de mel, beneficiando cerca de 2.500 famílias.

Na Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, destaca-se o apoio ao Pólo Moveleiro de Turmalina com a instalação de oficina de prototipagem, do núcleo de informações estratégicas de madeira e móveis, e da Oficina de *Design* e escola para formação de mão-de-obra, beneficiando 50 micro e pequenas empresas e gerando 350 empregos diretos. Em 2006, foi concluída a primeira etapa do Centro Eunapolitano de Produção Moveleira (Ceprom) que beneficiará 21 Municípios do extremo sul da Bahia, com previsão de geração de aproximadamente 300 novos empregos. Outro apoio de destaque foi oferecido à cadeia produtiva da cachaça, identificando e solucionando os principais problemas, contribuindo para a competitividade e estimulando o cooperativismo. Uma das cooperativas já beneficiadas com o projeto aumentará, até 2009, sua produção dos atuais 400 mil litros/ano para 1,2 milhão de litros/ano.

Na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, foram apoiados os segmentos de turismo rural, da produção leiteira e de embutidos, contribuindo para compassar o avanço da Mesorregião à dinâmica econômica dos Estados que a compõem – Paraná e Santa Catarina. No Município de Ametista do Sul, foi instalado o centro de lapidação de pedras preciosas que beneficiará a produção de 2.000 garimpeiros da região. No oeste de Santa Catarina, foi dado mais um importante passo para consolidação do pólo regional de móveis com a instalação de um centro de usinagem na escola de movelaria apoiada pelo Ministério da Integração Nacional em 2005. No oeste do Paraná, cinco cantinas de produção de vinho e suco de uva estão em fase final de implantação.

Cabe ainda ressaltar o trabalho de estruturação de arranjos produtivos em fruticultura nas mesorregiões do Xingó, Itabapoana e Vale do Ribeira/Guaraqueçaba, gemas, jóias e mineração nas mesorregiões do Bico do Papagaio e do Seridó; do turismo na Chapada das Mangabeiras e Águas Emendadas e do tratamento do látex no Vale do Rio Acre.

Em 2006, no âmbito do Programa de Promoção de Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais (Promeso), o Ministério da Integração Nacional intensificou o processo de criação e fortalecimento de fóruns mesorregionais bem como de elaboração de planos de ação para as mesorregiões. Cabe ainda destaque à institucionalização da 13ª mesorregião, a Mesorregião do Seridó, que abrange 28 Municípios do Rio Grande do Norte e 26 no Estado da Paraíba.

No Semi-árido, foi introduzida uma lógica diferenciada de convivência, articulando ações de infra-estrutura hídrica com a dinamização de núcleos produtivos vivenciados na região por meio do Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-árido (Conviver). Assim, registra-se o apoio às atividades de piscicultura em tanques-rede, ovinocaprinocultura, artesanato, mineração, fruticultura irrigada, turismo agroecológico, além da disseminação de tecnologia alternativa para a

produção agrícola sustentável junto a 900 famílias, em 27 Municípios localizados no Semi-árido.

Outra ação de destaque no Semi-árido é o apoio ao setor do biodiesel, tal como a inauguração da primeira usina piloto de produção de biodiesel com capacidade de produzir 844 mil litros/ano, localizada no Município de Tauá/CE. Encontra-se, também, em fase de implantação, a usina de Piquet Carneiro, no Ceará, e a de Irecê, na Bahia. Além do fortalecimento desses projetos, em 2007, o Governo, por intermédio da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), prevê as seguintes ações no segmento do biodiesel: o Projeto Irecê, campos de experimentação de produção de oleaginosas para a difusão de tecnologias e melhoramento genético dos sistemas de produção de mamona; o Projeto Norte de Minas, que pretende instalar campos experimentais de pinhão manso na área Semi-árida de Minas Gerais; e o Projeto Piauí que apóia a organização de produtores de oleaginosas para o fornecimento de matéria-prima para usina de biodiesel da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Outro território priorizado pela PNDR sobre o qual assentam-se programas de desenvolvimento regional é a Faixa de Fronteira. O Programa empenhou-se, em 2006, no aproveitamento das potencialidades locais para ampliação da infra-estrutura e dinamização econômica com vistas à integração regional, tendo como foco territorial as cidades-gêmeas. A perspectiva, para 2007, é a continuação das atividades de desenvolvimento econômico integrado com uma abordagem dirigida às sub-regiões das cidades-gêmeas e da intensificação da articulação com os países da América do Sul que fazem fronteira com o Brasil.

Em 2006, os financiamentos contratados com os recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), este último até o mês de outubro, totalizaram aproximadamente R\$ 4,5 bilhões, o que representou um crescimento de 22% em relação a idêntico período de 2005. Por seu lado, os Fundos de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste (FDA e FDNE) começaram a apresentar os primeiros resultados no ano de 2006. Até a primeira quinzena de dezembro de 2006, o FDA aprovou projetos que demandarão recursos da ordem de R\$ 518 milhões.

É importante ressaltar a contribuição que os recursos desses Fundos vêm prestando à manutenção e à geração de novos postos de trabalho, ao incremento das produções regionais, à arrecadação de tributos e à redução do êxodo rural.

Em 2007, deverá ser mantida a tendência de crescimento no volume de financiamentos para as regiões prioritárias, tendo em vista os recursos oferecidos pelo Governo para o fomento às atividades produtivas nessas áreas. No total, serão destinados aproximadamente R\$ 9 bilhões, sendo R\$ 7,3 bilhões provenientes dos fundos constitucionais de financiamento (FCO, FNE e FNO) e R\$ 1,7 bilhão dos fundos de desenvolvimento regional (FDA e FDNE).

#### **b) Infra-estrutura Hídrica**

Na área de Infra-estrutura Hídrica, o Governo vem buscando de forma determinada e permanente retomar o planejamento de seus empreendimentos, mediante a elaboração de estudos, planos e projetos, estimulando alguns Estados estratégicos a procurar o ordenamento dos seus recursos hídricos no plano físico e institucional.

A obediência a critérios técnicos para a celebração de convênios com a União para a execução de obras hídricas vem permitindo

uma significativa melhoria na qualidade dos projetos apresentados. Complementarmente, tem sido seguida a diretriz da priorização de conclusão das obras em andamento, não se autorizando novas iniciativas antes que os investimentos realizados no passado gerem resultados para a sociedade.

Nesse sentido, está sendo desenvolvido o Plano de Integração das Bacias do Nordeste Setentrional, incluindo a Fronteira Seca do Piauí, projetos-pilotos de integração de sistemas de abastecimento em Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Ceará, Bahia e Norte de Minas Gerais, assim como o fortalecimento dos processos de disciplinamento da água, redirecionamento da irrigação, macrodrenagem e controle da erosão fluviomarítima, para beneficiar os Estados do Espírito Santo, Tocantins, Paraíba e Roraima.

No esforço de oferecer água em quantidade suficiente e de boa qualidade para o abastecimento humano, em 2006, foram investidos R\$ 253,0 milhões. Para o Semi-árido, foram destinados R\$ 69,3 milhões, permitindo a conclusão de 10 sistemas adutores, com 848 km de extensão, beneficiando uma população estimada em 520 mil habitantes.

Os projetos nas outras regiões do País resultaram na implantação de 472,9 km de adutoras, beneficiando 873 mil habitantes. Destaca-se, ainda, a execução de obras de controle de enchentes no Vale do Rio dos Sinos, bem como as ações de manutenção e recuperação de 75 barragens, beneficiando três milhões de habitantes em oito Estados com recursos da ordem de R\$ 31 milhões.

Para 2007, projeta-se a conclusão de barragens e adutoras que compõem sistemas de abastecimento das regiões metropolitanas de Alagoas, Goiás, Sergipe e Pernambuco, assim como para o Semi-árido, com potencial de beneficiar 1,7 milhão de habitantes.

No segmento da agricultura irrigada, foram aplicados, em 2006, R\$ 52,9 milhões em obras de infra-estrutura de irrigação de uso comum, compreendendo uma área de 56,2 mil hectares (ha), o que permitiu disponibilizar 2.571 ha de áreas irrigáveis, cujos projetos estão inseridos na Carteira das Parcerias Público-Privadas (PPP). Para 2007, está prevista a disponibilização de 9.219 ha.

Com vistas à transferência da gestão dos perímetros públicos de irrigação, foram aplicados R\$ 92,4 milhões. Parte desses recursos possibilitou a transferência da gestão dos perímetros Tourão/BA (13.575 ha), Pirapora/MG (1.236 ha), Arroio Duro/RS (18.000 ha), Lagoa Grande/MG (1.678 ha) e Chasqueiro (7.200 ha). Ainda foram agregados mais 10.229 ha ao processo produtivo, propiciando a geração de 45 mil empregos.

### **b.1) Revitalização da Bacia do Rio São Francisco**

Para a Revitalização da Bacia do rio São Francisco foram direcionados, em 2006, recursos da ordem de R\$ 93,6 milhões. Em saneamento ambiental, foram implementados projetos para viabilizar os sistemas de esgotamento sanitário em 59 Municípios, com benefícios para, aproximadamente, um milhão de habitantes.

Para 2007, estão previstas obras de saneamento básico e tratamento de resíduos sólidos, contenção de desmoronamento de barrancas, desassoreamento e recuperação do leito do rio, com vistas a favorecer a sua navegabilidade, assim como a implementação de projetos de reflorestamento de nascentes, margens e áreas degradadas.

Em relação ao Projeto Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional, as sucessivas interposições de liminares impossibilitaram a emissão da Licença Ambiental de Instalação e o conseqüente início das obras. Todavia, com a decisão favorável do Supremo Tribunal Federal, em dezembro de 2006, o Ministério da Integração Nacional, em parceria com o Ministério da Defesa, iniciará a primeira etapa das obras, em 2007, e lançará as concorrências para a elaboração dos projetos executivos e a implantação das demais etapas do empreendimento, adicionalmente à implementação dos projetos ambientais básicos.

### c) Defesa Civil

As ações de defesa civil foram marcadas pela reversão de uma prática voltada exclusivamente para intervenções emergenciais, passando a congregar ações de prevenção. Os marcos dessa virada foram a criação do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres e a expansão do número de Coordenadorias Municipais de Defesa Civil (Comdec), ampliando para 70% o número de Municípios cobertos, de 2.200, em 2002, para 3.856, em 2006.

No ano de 2006, com o objetivo de fortalecer as Defesas Civas Municipais, foram realizados cursos de capacitação para 5.738 técnicos em todos os Estados e no Distrito Federal. Além disso, realizou-se a 2ª Semana Nacional de Redução de Desastres, o 3º Fórum Nacional de Defesa Civil e o 1º Seminário Nacional de Psicologia das Emergências e dos Desastres. Com a finalidade de atender à população afetada por desastres, o Governo repassou em 2006, R\$ 46,8 milhões a 95 Municípios, para reabilitação após desastre.

## 9. Cuidar do Meio Ambiente para o Desenvolvimento do Brasil

O novo modelo de política ambiental integrada, compatível com o avançado arcabouço legal brasileiro, baseia-se no compartimento da gestão ambiental entre os vários setores governamentais, os três níveis de Governo e a sociedade em geral, capaz de agregar conceitos socioambientais ao novo ciclo de desenvolvimento econômico do País. As articulações e parcerias desenvolvidas ao longo deste Governo resultaram na definição de planos, programas e ações que aplicaram princípios e critérios para um conceito moderno e apropriado de desenvolvimento.

### a) Planos Amazônia Sustentável (PAS) e BR-163 Sustentável

A elaboração e a discussão pública do Plano Amazônia Sustentável (PAS) foram realizadas por meio da parceria entre o Governo Federal e os Estados da Região Norte e Estados do Maranhão e Mato Grosso, que a ele aderiram em 2006. O Plano apresenta um conjunto de estratégias e orientações que devem ser consideradas na implementação de políticas públicas para a região, organizadas em cinco grandes eixos temáticos: produção sustentável com inovação e competitividade; gestão ambiental e ordenamento territorial; inclusão social e cidadania; infra-estrutura para o desenvolvimento; e novo padrão de desenvolvimento. Em 2006, foram realizadas consultas públicas nas capitais dos nove Estados da Amazônia Legal, cujas contribuições estão sendo sistematizadas, para consolidar a versão final do plano.



Já o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da Rodovia BR-163 (BR-163 Sustentável), lançado em 5 de junho de 2006, com orçamento de R\$ 640 milhões, é a primeira intervenção concreta na Amazônia com base nos princípios do PAS. Ele estabelece novos paradigmas para o desenvolvimento da Amazônia Brasileira, bem como apresenta um plano operacional, com vista à implementação de ações e políticas governamentais em toda a região de influência da Rodovia, trecho Cuiabá-Santarém, contemplando ações de ordenamento do território, infra-estrutura, fomento a atividades econômicas sustentáveis, melhoria dos serviços públicos e outras ações voltadas à inclusão social e fortalecimento da cidadania. Esse Plano foi elaborado por um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), composto por 20 órgãos federais, sob a coordenação da Casa Civil, com a parceria dos governos dos Estados do Mato Grosso, Pará e Amazonas, das organizações da sociedade civil e do setor privado. Para sua elaboração foram realizadas 17 rodadas de consultas públicas, em duas etapas, envolvendo mais de 5.000 pessoas. Ele está articulado com o Plano de Ação para Prevenção e Combate ao Desmatamento e o Programa Nacional de Florestas (PNF), em especial com o primeiro distrito florestal sustentável (Distrito Florestal Sustentável da BR-163).

#### **b) Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal**

No início de 2003, a Amazônia encontrava-se em acelerado processo de destruição. O período de 2001/2002 havia registrado um dos maiores crescimentos do desmatamento em toda sua história – 27%. Para reverter essa situação, o Governo lançou, em março de 2004, o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, elaborado por um Grupo Permanente de Trabalho Interministerial.

O Plano tem como objetivo diminuir as taxas de desmatamentos na região amazônica, considerando fatores econômicos e sociais. Assim, diferencia-se das ações passadas, uma vez que não se limita a ações ambientais voltadas para a fiscalização, mas contempla, também, ações de ordenamento fundiário e territorial e de fomento às atividades sustentáveis.

Os resultados do Plano são muito positivos, tendo sido alcançada a redução de 31% no período 2004-2005 em relação ao período anterior. É o maior percentual de redução do índice de desmatamento na Amazônia dos últimos nove anos. Conforme previsão do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), a taxa de desmatamento de 2005-2006 será de 13.100 km<sup>2</sup>, segundo menor registro feito desde que o Inpe iniciou o levantamento anual, em 1988.

Merecem destaque, entre outras, as seguintes ações associadas à queda do desmatamento na Amazônia Legal: a criação de 13 Unidades de Conservação (UC) federais e ampliação de outras duas, ampliando as áreas protegidas em aproximadamente 10 milhões de hectares; e atividades de prevenção, controle e combate de incêndios florestais na região do Arco do Desmatamento, por meio do Programa Proarco e do Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo).

#### **c) Unidades de Conservação**

O Programa Áreas Protegidas do Brasil tem como objetivo expandir e consolidar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e outras áreas protegidas, visando à proteção da biodiversidade brasileira e à justa repartição dos benefícios decorrentes. No período de 2003 a 2006, o SNUC, foi ampliado em 20,8 milhões de hectares (41,2% de aumento em relação a 2002), com a

criação de 52 unidades de conservação (UC) e a ampliação e recategorização de sete áreas já existentes, sendo que 28 das UC criadas foram na Amazônia Legal. Dentre os resultados alcançados em 2006 merecem destaque:

i) a aprovação do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), que estabelece uma política de gestão integrada do conjunto das áreas protegidas brasileiras (SNUC, Terras Indígenas, Terras Quilombolas, Áreas de Preservação Permanente, Reservas Legais), potencializado o esforço de conservação em todo o território nacional;

ii) a formalização de 19 Acordos de Cooperação Técnica com Estados, Organizações Não-Governamentais, Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente (Anamma) e Fundação Nacional do Índio (Funai), com objetivo de conjugar esforços para implementação do PNAP; e

iii) a sanção da Lei nº. 11.132, de 4 de julho de 2006, que inseriu o art. 22, na Lei nº 9.985, de 2000, que trata das limitações administrativas provisórias.

#### **d) Compensação Ambiental**

Em março de 2006, foi instituído o Fundo Nacional de Compensação Ambiental, resultado de parceria entre o Ibama e a Caixa Econômica Federal. Com ele, responsáveis por empreendimentos licenciados que causem danos não mitigáveis ao ambiente devem, em contrapartida, contribuir financeiramente para o Fundo, destinado a financiar atividades e projetos em benefício das unidades de conservação do SNUC. O Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), por sua vez, aprovou a Resolução nº 371 de 2006, que estabelece diretrizes aos órgãos ambientais para o cálculo, cobrança, aplicação, aprovação e controle de gastos de recursos advindos da compensação ambiental. Atualmente, 22 Florestas Nacionais se beneficiam de cerca de R\$ 62 milhões oriundos da compensação ambiental.

#### **e) Programa Nacional de Florestas**

O Programa Nacional de Florestas (PNF) tem como objetivos a expansão da base florestal plantada, a recuperação de áreas degradadas em pequenas e médias propriedades rurais, a expansão da base de florestas naturais sob manejo sustentável e a proteção de áreas com alto valor para conservação.

O PNF desenvolve ou apóia atividades voltadas para a produção e coleta de sementes, reflorestamento com espécies nativas em áreas de preservação permanente, implantação de Sistemas Agro-florestais em áreas de reserva legal, manejo das florestas naturais, recuperação e conservação de nascentes, crédito, capacitação, assistência técnica e extensão florestal em pequenas propriedades rurais. Dentre os resultados alcançados em 2006 merecem destaque:

i) Florestas Plantadas – de 2002 a 2005, a atividade obteve crescimento expressivo de 71%, passando de 320.000 hectares, em 2002, para 553.000, em 2005. Estima-se que em 2006 a área de floresta plantada atingirá 600.000 ha. Assim, a área de plantio de 2005 e 2006 superará pela primeira vez em mais de uma década a área de colheita. Em 2006 estima-se que a participação do pequeno produtor deverá ser de 25% da área de 600.000 ha, sendo que em 2002 essa participação era de apenas 7%.



ii) Manejo Sustentável de Florestas Naturais – estas florestas ocupam 85% da Amazônia, onde se concentra 90% da produção de florestas naturais no Brasil. Em 2002, a área de manejo florestal certificada era de 350.000 ha, em 2004 1.400.000 ha, e em 2006 estima-se uma área de 3.000.000 ha. A principal dificuldade para o alcance da meta de 15 milhões de hectares de florestas naturais manejadas, em 2007, era a ausência de regulamentação para gestão de florestas públicas. Com a promulgação da Lei nº 11.284/06, de Gestão de Florestas Públicas, foi possível ao PNF criar as condições para a retomada do ritmo dos trabalhos e iniciar atividades para perseguir essa meta, destacando-se: a implementação do Serviço Florestal Brasileiro, que foi criado em 2 de março de 2006; a assinatura dos primeiros Contratos de Transição para os detentores de Plano de Manejo Florestal já aprovados; a regulamentação da Gestão Florestal Compartilhada; e a implementação de um novo sistema de emissão de transporte de produtos florestais -Documento de Origem Florestal (DOF).

Com relação ao Bioma Caatinga, o PNF realizou o levantamento de áreas prioritárias para o manejo florestal em 100 Unidades de Assentamento Rural, envolvendo 10 mil famílias da região do Semi-árido. Foram contratados e estão sendo implementados os Planos de Manejo em 20 Assentamentos das 30 Unidades selecionadas para o início dos trabalhos na região.

#### **f) Zoneamento Ecológico-Econômico**

O Programa Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) tem como objetivo promover o zoneamento ecológico-econômico do território nacional a fim de planejar de forma sustentável o processo de uso e ocupação, subsidiando a gestão e o planejamento territorial do País. Vale mencionar que graças à ampliação das parcerias com diversos órgãos do Governo Federal e de governos Estaduais foi possível, nos últimos anos, ampliar a área do território nacional sob zoneamento, passando de 11% do território nacional, em 2002, 23% em 2005, para 25% em 2006. Além disso, estão em andamento projetos que abrangem cerca de 3,05 milhões de km<sup>2</sup>, o correspondente a 33% do território nacional.

Em 2006 foi homologado o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Rondônia, marco fundamental por representar a primeira experiência concluída no País, mediante a aprovação pelo Conama da Recomendação nº 003, de 22 de fevereiro.

Essa medida já está sendo amplamente aplicada no Estado de Rondônia, mediante Termos de Ajustamento de Conduta, atendendo a produtores rurais que enfrentavam dificuldades no acesso a crédito rural e outros benefícios. Outros Estados como o Acre e o Pará, já estão aprovando seus Zoneamentos, que deverão ser enviados à apreciação do Conama, em 2007.

#### **g) Licenciamento Ambiental**

Nesses quatro anos, o licenciamento ambiental, na esfera federal, avançou significativamente em números e em qualidade. A quantidade de licenciamentos passou de 145 empreendimentos para 225 por ano, permitindo o licenciamento, de 2003 a 2006, entre outros empreendimentos, de 21 hidrelétricas (4.880,6 MW), estando oito já em operação; de três termelétricas capazes de produzir 744 MW; de projetos de exploração petrolífera; de 3.134 Km de gasodutos, sendo 1.824 Km para início de obras; de trechos significativos de rodovias e ferrovias, como 840 Km da Rodovia BR-163 e 637 Km da Ferrovia Transnordestina. Somente em 2006, o Ibama autorizou a perfuração de 220 poços de petróleo. A área de portos, especialmente o de Santos, também foi objeto de concessão de licenças ambientais.

O Governo, em 2007, vai continuar a promover o permanente diálogo interno entre os atores responsáveis pelo planejamento dos setores estratégicos para o desenvolvimento, bem assim com os demais setores da sociedade, especialmente em relação aos aspectos gerais do licenciamento ambiental para as grandes obras de infra-estrutura energética, de transportes, de saneamento e de mineração. Neste sentido, em 2007, será encaminhado ao Congresso Nacional o Projeto de Lei Complementar para regulamentação dos incisos III, VI, e VII do art. 23 da Constituição Federal, fixando as normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e definindo as competências de cada um desses entes federativos no que se refere a gestão ambiental.

#### **h) Política Nacional de Recursos Hídricos**

O Brasil foi o primeiro País da América Latina a elaborar um plano para assegurar o uso racional da água até 2020. O Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), cujo processo de elaboração envolveu mais de sete mil pessoas, foi lançado pela Presidência da República em março de 2006, atendendo compromisso assumido junto à Organização das Nações Unidas na Cúpula Mundial de Joanesburgo para o Desenvolvimento Sustentável. O Plano é um dos instrumentos da PNRH que tem como objetivo garantir à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos seus múltiplos usos.

##### **h.1) Outorga e Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos**

O Programa Probacias possui ações de outorga e cobrança pelo uso dos recursos hídricos. Um avanço relevante foi a implantação do primeiro sistema de pagamento voluntário pelo uso da água na Bacia do Rio Paraíba do Sul, o qual acumulou o montante de R\$ 23,7 milhões, de 2003 a 2006, sendo que a arrecadação, no exercício de 2006, foi de aproximadamente R\$ 5,8 milhões repassados integralmente para aplicação em projetos e investimentos para a recuperação da própria bacia.

Com vistas à regularização e à cobrança do uso dos recursos hídricos de forma mais abrangente, a Agência Nacional de Águas (ANA) concluiu a estruturação dos comitês das bacias do Rio Verde Grande (BA/MG), onde cadastrou 1.800 usuários, e dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (MG/SP), com 441 usuários, desenvolvendo ações de capacitação nessas regiões. Tais iniciativas levaram o Comitê da bacia dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá a implementar a cobrança pelo uso da água, sendo o segundo no País. A cobrança nessa bacia iniciou-se no ano de 2006, e em seu primeiro ano obteve o montante de R\$ 8,96 milhões. A ANA definiu, ainda, os marcos regulatórios de uso da água nas bacias dos rios Piranhas-Açu (PB/RN), Paranã (GO), Pipiripau (DF/GO) e Poti-Longá (CE/PI), realizando estudos de disponibilidade hídrica, cadastrando e regularizando os usuários.

Merece ser destacada, também, a finalização da elaboração do Atlas de Obras Prioritárias para a região Semi-árida, o qual traz um diagnóstico da situação da oferta de água bruta em todos os nove estados da região nordeste e norte do Estado de Minas Gerais, totalizando mais de 1.100 Municípios, a fim de identificar as alternativas técnicas para atender as atuais e futuras demandas de água. Pela primeira vez elaborou-se um estudo capaz de propor alternativas de abastecimento de água com sustentabilidade hídrica e operacional às sedes municipais, beneficiando 34 milhões de habitantes, o que representa 94% da população urbana da área em estudo.

## h.2) Populações Tradicionais

Além de se notabilizar por sua biodiversidade, o País conta com uma sociodiversidade expressiva. São mais de 220 etnias indígenas e diversas comunidades locais (quilombolas, caiçaras, seringueiros etc.) que detêm importantes conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade.

Assim, nos últimos quatro anos, o Governo, por intermédio dos Ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, investiu cerca de R\$ 79,5 milhões em 1.756 projetos que beneficiaram 107.538 famílias, sendo R\$ 22 milhões investidos em 2006, beneficiando cerca de 30 mil famílias.

Outras iniciativas foram adotadas para promover a cidadania, a geração de renda e a qualidade de vida dessas populações, fortalecendo institucionalmente suas entidades representativas. As ações objetivaram, ainda, apoiar as populações na defesa de seus direitos à propriedade intelectual e proteger seus conhecimentos tradicionais.

## i) Esfera Internacional

Na esfera internacional, o ano de 2006 caracterizou-se pelo fortalecimento do protagonismo brasileiro nas negociações internacionais. De igual maneira, buscou-se, nesse período, fortalecer o processo de implementação, em caráter nacional, do grande número de acordos e tratados internacionais na área ambiental. O Governo participou ativamente das reuniões relativas a todos os instrumentos internacionais de que o País é signatário, mas destaca-se, de maneira especial, a atuação do Brasil em duas Convenções internacionais:

i) Convenção das Nações Unidas sobre Mudança Climática. Na 12ª Conferência das Partes da Convenção, realizada em Nairóbi, em novembro de 2006, o Brasil apresentou proposta para a concessão de incentivos positivos aos países em desenvolvimento que reduzirem suas emissões de gases de efeito estufa decorrentes do desmatamento. Essa proposta dá seqüência a esforços realizados em anos anteriores que visavam incluir a discussão sobre as emissões derivadas do desmatamento no âmbito da Convenção de Mudança do Clima; e a

ii) 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica e a 3ª Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança. A realização dessa Conferência no Brasil propiciou a oportunidade de influenciar avanços em importantes tópicos de negociação, como no que se refere ao regime internacional de acesso e repartição de benefícios derivados da biodiversidade, e de promover grande mobilização de âmbito nacional em torno do significado e da importância da Convenção no que se refere às oportunidades para o País. A 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica – a chamada COP 8, ocorreu em Pinhais/PR, em março de 2006, e contou com a participação de representantes de 160 países signatários da convenção e outros três países observadores. Na 3ª Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, a MOP 3, ocorrida no mesmo local, compareceram delegações de 144 países signatários e de 17 países observadores.

Na COP 8, os governos signatários da convenção deram um passo importante. Adotaram o Texto de Granada, documento elaborado em fevereiro de 2006, na Espanha, como referencial das negociações do regime internacional de acesso a recursos

genéticos e repartição de benefícios. Outras deliberações da COP 8 apontaram formas para proteger os conhecimentos tradicionais, aqueles próprios de comunidades tradicionais, particularmente quilombolas e indígenas, e ainda destacaram a necessidade da criação de um código de conduta ética para preservar a herança intelectual e cultural dessas comunidades. O objetivo é garantir mecanismos capazes de beneficiar as comunidades que detêm conhecimento tradicional.

Outra decisão importante da Conferência (COP 8) refere-se as Tecnologias de Restrição de Uso Genético, chamadas de GURTS. Os países recomendaram que não sejam aprovados testes de campo com produtos com GURTS em sua composição, até que haja informações suficientes sobre elas. Na reunião das partes, o principal resultado foi a determinação de que os países que comercializam cargas com organismos geneticamente modificados (OGM), deverão identificá-las com a expressão "Contém OGM", a partir de 2012. Até lá, essas cargas poderão ser rotuladas com a expressão "Pode conter OGM".

## 10. Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico

O Governo norteou-se nos últimos quatro anos, pela determinação de transformar Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I) em alavancas do desenvolvimento nacional, de forma soberana e sustentável, com os seguintes objetivos gerais: i) consolidar, aperfeiçoar e modernizar o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, expandindo a base científica e tecnológica nacional; ii) criar um ambiente favorável à inovação no País, estimulando o setor empresarial a investir em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação; iii) integrar todas as regiões ao esforço nacional de capacitação para ciência, tecnologia e inovação; iv) desenvolver uma base ampla de apoio e envolvimento da sociedade na Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação; e v) transformar C,T&I em elemento estratégico da política de desenvolvimento econômico do Brasil.

Do ponto de vista da gestão, destaca-se o novo modelo de gestão integrada dos Fundos Setoriais, principal instrumento de fomento do Governo para a área. Em 2007, na regulamentação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), a consolidação do novo modelo permitirá integrar grande parte dos investimentos dos fundos por meio de ações transversais alinhadas com as prioridades nacionais, evitando a duplicidade ou dispersão de iniciativas, além de assegurar maior transparência e eficiência na execução dos recursos. Foi realizada uma ampla convocação, em 2006, para apresentação de propostas de ações transversais envolvendo não apenas os Comitês Gestores, mas também entidades e conselhos diversos, como a Academia Brasileira de Ciências (ABC), o Fórum dos Secretários Estaduais de C&T e a Confederação Nacional da Indústria (CNI), entre outros. Em 2007, o Governo Federal fortalecerá a capacidade de gestão e o planejamento de longo prazo, ampliando a capacidade do sistema nacional de analisar e monitorar as trajetórias tecnológicas e os potenciais de desenvolvimento de temas e áreas estratégicas para o País.

Entre os novos marcos legais que passaram a regular as atividades de C,T&I, em 2006 destacam-se: a regulamentação, pelo Decreto nº 5.798/2006, de 7 de junho de 2006, do Capítulo III da Lei nº 11.196/2005, de 21 de novembro de 2005, a Lei do Bem, que estabeleceu incentivos fiscais para as atividades de P&D e inovação tecnológica das empresas; regulamentação da Lei nº 11.077/2004, de 30 de dezembro de 2004, a Lei de Informática, pelo Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e, pelo Decreto nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006, este último especificamente para as empresas na área da Suframa. A regulamentação da Lei de Informática prevê que as empresas habilitadas à isenção de 95% do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) terão de investir, em contrapartida, o equivalente a 5% de seu faturamento em vendas de bens e serviços de informática e estabelece que apenas as empresas nacionais poderão participar de pregões do Governo Federal para compras no setor.



Em 2007, será apresentado ao Congresso o Projeto de Lei de Regulamentação do mencionado Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), consolidando a arquitetura de gestão desse Fundo.

Na formação de recursos humanos qualificados deve ser ressaltada a recuperação, nos últimos anos, do número de bolsas concedidas via CNPq. A expansão do número de bolsas, de 2003 a 2006, ocorreu em todas as categorias, mas é marcante nas de pós-graduação (11.401 em 2002 e 16.270 em 2006) e de produtividade em pesquisa (7.784 em 2002 e 9.860 em 2006). Em 2002, o total de bolsas do CNPq era de cerca de 45 mil, número que passou para 65 mil em 2006, o que representa um aumento de 45% em quatro anos. Ao término de 2006, o sistema de pós-graduação brasileiro terá formado 10.600 doutores, superando a meta proposta de titular 10.000 doutores por ano. Em 2007, continuará o processo de ampliação do número e do valor das bolsas de formação, de pesquisa e de extensão.

O Governo procurou aprofundar a articulação com os Estados, a partir de sugestões e reivindicações encaminhadas pelo Conselho Nacional de Secretários de C&T e pelo Conselho Nacional de Fundações de Amparo à Pesquisa (FAP). Entre as ações de parceria com os Estados, destacam-se: (i) o Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex), que financia projetos de grupos de pesquisa considerados núcleos de excelência; (ii) o Programa de Apoio à Pesquisa em Empresas (Pappe) – programa da Finep presente em 20 Estados, nos quais 599 projetos, envolvendo 540 empresas, encontram-se em andamento. O Pappe e as FAP financiam, conjuntamente, atividades de pesquisa e de desenvolvimento de processos e produtos inovadores. A operação é baseada no apoio direto ao pesquisador associado a uma empresa existente ou em implantação. O investimento em 2006 foi de R\$ 21 milhões; (iii) Editais de apoio financeiro a projetos de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico, que contribuem para a estruturação dos sistemas estaduais de C,T&I. A contrapartida dos Estados é feita mediante critérios propostos pelo Conselho Nacional de Secretários de C&T e pelo Conselho Nacional das FAP, pelos quais os Estados com menor PIB desembolsam recursos em menor proporção. Em 2006, os Editais comprometeram valores não reembolsáveis de R\$ 15 milhões, originários dos Fundos Setoriais; e (iv) o Programa Nacional de Apoio a Incubadoras e Parques Tecnológicos (PNI), – que tem foco na demanda por capacitação, na criação de novas empresas e no apoio à estruturação de redes estaduais e regionais de incubadoras de empresas. Em 2006, o PNI apoiou 16 projetos, envolvendo recursos da ordem de R\$ 11,6 milhões. Em 2007, o Governo ampliará as ações de cooperação entre organismos Federais, Estaduais e Municipais, em particular, as secretarias estaduais de C&T e fundações de amparo à pesquisa, intensificando a articulação e a descentralização da execução e a sistematização do acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações, fortalecendo assim o Sistema Nacional de C,T&I.

Ainda no âmbito da infra-estrutura para pesquisa, cabe destacar a Rede E-Conhecimento, implantada por intermédio da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), que conecta todo o sistema nacional de educação superior, universidades, escolas técnicas, centros de pesquisa Federais, Embrapa, Fiocruz, entre outras organizações, por meio de uma rede de comunicação de alta capacidade para pesquisa, educação e inovação. A capilarização dessa rede, iniciada em 2006, em todas as capitais, permitirá, a partir de 2007, a interligação destas 300 organizações em grandes velocidades, permitindo economia de recursos e o uso de aplicações de colaboração a distância, principalmente para suporte à educação, na formação de professores e alunos, e na saúde, em projetos de tele-saúde. São mais de um milhão de professores, pesquisadores e alunos que podem estar em contato constante no País e com o exterior para a geração de conhecimento e colaboração. Em 2007 continuará a expansão da Rede E-Conhecimento, com destaque para a implantação de redes metropolitanas no interior dos Estados e das redes internas das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e da Rede Universitária de Telemedicina (Rute). No âmbito latino-americano, em 2006, foram integradas as

redes nacionais de pesquisa de 14 países, do México à Argentina, por meio da Rede Clara – Cooperação Latino Americana de Redes Avançadas – permitindo, pela primeira vez, a comunicação direta regional entre mais de 500 universidades e centros de pesquisa.

Os investimentos no Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE), coordenado pela Agência Espacial Brasileira (AEB), atingiram, em 2006, o montante de R\$ 258 milhões, aproximadamente 16% acima do orçamento autorizado para 2005, o que permitiu maiores avanços nos trabalhos de revisão e implementação do Programa de Veículo Lançador de Satélites (VLS) e no desenvolvimento, integração e testes do satélite CBERS-2B, com previsão de lançamento em 2007. O PNAE atingiu grande visibilidade, em 2006, com a realização da Missão Centenário, que compreendeu o voo do astronauta brasileiro e o envio de experimentos à Estação Espacial Internacional. Da mesma forma, foram distribuídas mais de 200 mil imagens do satélite CBERS-2, em órbita, a usuários nacionais e latino-americanos, contribuindo para firmar o Brasil no cenário mundial, como País com capacidade de produção e fornecimento de imagens para o mercado internacional. Em 2007, o Governo implementará a empresa binacional Alcântara Cyclone Space, para viabilizar o projeto de comercialização dos lançamentos do Cyclone-4, a partir do Centro Espacial de Alcântara; dará andamento à construção da plataforma de lançamento dos veículos lançadores de satélites (VLS) e à construção do Centro de Lançamento de Alcântara; e concluirá a construção do satélite sino-brasileiro CBERS-2B e efetuará seu lançamento, a tempo de substituir o atual satélite CBERS-2.

No âmbito do Programa Nacional de Atividades Nucleares (PNAN), destacam-se: (i) em maio de 2006, foi inaugurada a 1ª Cascata de Ultracentrífugas da Unidade de Enriquecimento de Urânio em Resende, na Indústrias Nucleares do Brasil (INB), marco importante para o início da produção em escala industrial de combustíveis para usinas nucleares. Tal iniciativa parte da estratégia de criar capacidade industrial para suprir as futuras expansões da geração nucleoe elétrica, além de dotar o País de autonomia tecnológica e industrial no fornecimento de combustível para as usinas nucleares Angra 1 e 2; (ii) a Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. (Nuclep) concluiu, com êxito, a fabricação dos blocos que formarão o casco da plataforma semi-submersível P-51 da Petrobras, primeira cujo casco será inteiramente fabricado no Brasil; e (iii) foram realizados, em 2006, aproximadamente três milhões de procedimentos médicos com radioisótopos e radiofármacos produzidos nos Institutos da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), representando um aumento de cerca de 36% em relação a 2003.

Em 2007, será ampliada a capacidade da Planta de Enriquecimento de Urânio da INB, em Resende (RJ), com a construção de todos os módulos previstos no projeto e instalada a planta-piloto de conversão gasosa. A Nuclep será revigorada, capacitando-se para ter grande participação na fabricação dos componentes para novas usinas nucleares.

Na área de meteorologia e climatologia, houve apoio a iniciativas de monitoramento de fenômenos naturais, principalmente no reforço de estruturas estaduais de meteorologia e parcerias entre órgãos Federais, além de consolidar a capacidade brasileira de gerar cenários futuros de mudanças climáticas, importantes para o planejamento estratégico de longo prazo do país. Destacam-se: (i) a criação do Centro Estadual de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia, em Manaus; (ii) a infra-estrutura dos Estados do Piauí, Amazonas, Tocantins e Goiás, para melhoria do monitoramento do tempo e clima e da taxa de acerto da previsão sazonal de clima (de 60%, em 2004, para 65%, em 2007); (iii) a capacitação de recursos humanos para P&D em Meteorologia e Clima, em parceria com a Sociedade Brasileira de Meteorologia; e (iv) o fortalecimento dos centros estaduais de meteorologia e pesquisa em fenômenos extremos, período 2006-2007, no valor de R\$ 13,2 milhões. Em 2007, ocorrerá a estruturação do Conselho



Nacional de Meteorologia (Coname), bem assim o fortalecimento das ações de infra-estrutura para o monitoramento das mudanças climáticas.

Na questão da Mudança Global do Clima, destacam-se atividades no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). O Brasil tem-se destacado como um dos países mais organizados e estruturados para atrair esse tipo de oportunidade, contando com um total de 197 atividades de projeto em processo de validação e registro, representando 15% do total mundial.

Na ampliação dos novos espaços e configurações geográficas para cooperação merecem destaque: a ampliação da cooperação espacial com a China garantindo a continuidade do Programa do Satélite CBERS; a consolidação do Programa de Apoio à Cooperação Científica e Tecnológica Trilateral entre Índia, Brasil e África do Sul (Programa IBAS); o apoio a 39 projetos conjuntos de pesquisa na África, por meio das chamadas públicas do ProÁfrica e do Programa de Ciências Sociais na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP); e a participação da área de C,T&I na iniciativa América do Sul e Países Árabes (ASPA). No âmbito multilateral, vale registrar, também, a defesa ativa dos interesses nacionais na área de C,T&I, nas negociações sobre propriedade intelectual, normas e barreiras técnicas ao comércio, e apoio estatal à pesquisa e inovação nas negociações comerciais multilaterais (OMC) e biregionais (Mercosul-União Européia). Em 2007 ocorrerá a consolidação das novas parcerias estratégicas na cooperação internacional em CT&I, com destaque para as iniciativas promotoras dessa cooperação na América do Sul, no âmbito do IBAS e da CPLP, na África, bem como as ações em parceria com a China, a Rússia, a Ucrânia, e o Reino Unido e os Estados Unidos da América.

